



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**ALEXANDRA DA SILVA SANTOS SAMPAIO**

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA: CONTRIBUIÇÕES DA  
FISIOTERAPIA NA FORMAÇÃO DOCENTE**

Salvador  
2015

**ALEXANDRA DA SILVA SANTOS SAMPAIO**

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA: CONTRIBUIÇÕES DA  
FISIOTERAPIA NA FORMAÇÃO DOCENTE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pesquisa e Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação - Universidade Federal da Bahia. Linha de Pesquisa Educação e Diversidade, Grupo de Pesquisa Educação Inclusiva e Necessidades Educacionais Especiais (GEINE), como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Educação.

Orientadora: Professora Dra. Alessandra Barros

Co-orientador: Professor Dr. Omar Barbosa Azevedo

Salvador  
2015

SIBI/UFBA/Faculdade de Educação – Biblioteca Anísio Teixeira

Sampaio, Alexandra da Silva Santos.

Educação inclusiva : contribuições da fisioterapia na formação docente /  
Alexandra da Silva Santos Sampaio. – 2015.

174 f. : il.

Orientadora: Profa. Dra. Alessandra Santana Soares e Barros.

Coorientador: Prof. Dr. Omar Barbosa Azevedo.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de  
Educação, Salvador, 2015.

1. Educação Inclusiva. 2. Crianças. 3. Educação infantil. 4. Fisioterapia. 5.  
Fisioterapia para crianças. 6. Formação de professores. I. Barros, Alessandra  
Santana Soares e. II. Azevedo, Omar Barbosa. III. Universidade Federal da  
Bahia. Faculdade de Educação. IV. Título.

CDD 371.9046 – 23. ed.

**ALEXANDRA DA SILVA SANTOS SAMPAIO**

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA: CONTRIBUIÇÕES DA  
FISIOTERAPIA NA FORMAÇÃO DOCENTE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pesquisa e Pós-graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, na Linha de Pesquisa Educação e Diversidade, Grupo de Pesquisa Educação Inclusiva e Necessidades Educacionais Especiais (GEINE), como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Educação.

Aprovada em 18 de dezembro de 2015.

Banca Examinadora

---

Professora Dra. Alessandra Barros – Orientadora  
Dra. em Antropologia pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas  
Universidade Federal da Bahia

---

Professor Dr. Omar Barbosa Azevedo  
Doutor em Educação pela Universidade Federal da Bahia

---

Professor Dr. Félix Marcial Díaz-Rodríguez  
Doutor em Ciências Pedagógicas - Universidade Pedagógica Enrique José Varona, Cuba  
Universidade Federal da Bahia

A

Alecsia Ellen, filha mais que amada e grande menina guerreira!

Eduardo Sampaio, amor que não se mede.

TODAS as crianças, pois nelas reside a esperança.

Aos docentes que dedicam seus dias a compartilhar conhecimentos e adquirir sabedoria para a construção de um mundo melhor para TODOS.

## AGRADECIMENTOS

Agradecer é tarefa difícil e corro o risco de cometer injustiças ou esquecimentos. Tenho tantas pessoas a quem devo meu mais sincero agradecimento que certamente aqui neste espaço seus nomes não caberiam. Por isso, desde já peço desculpas por possíveis nomes que aqui não apareçam por conta de lapsos em minha memória, mas espero que saibam que por mais limitadas que as lembranças possam ser, os sentimentos são eternos, pois estes estão gravados na alma.

Primeiramente, meu muitíssimo obrigada a DEUS! Meu único PAI e Senhor. A Ele seja toda a glória por tudo que tem feito em minha vida. Por me dar forças para seguir de pé e com fé. Que o Senhor “nunca me deixe esquecer que tudo que tenho, tudo que sou, e o que vier a ser vem de Ti Senhor”.

Ao meu ESPOSO, Eduardo Sampaio, por todo apoio que sempre encontro ao seu lado, pela confiança em mim depositada, pelo amor incondicional, e pelas horas e horas sentado passando os áudios das pesquisas para que eu pudesse chegar até aqui. Se eu acreditasse em reencarnação diria sem sombra de dúvidas que esse amor vem de outras vidas. Amor que compreende, acolhe, acalenta e que acima de tudo confia. Muito além das diferenças, muito além do que pode ser visto e ouvido fisicamente... Assim é esse amor. A mais doce melodia que meus ouvidos surdos imaginam um dia ouvir. Nem Beethoven comporia tão bela canção. A você, meu amor, meu agradecimento por toda a eternidade.

A minha FILHA, Alecsia Ellen, forte e iluminada como diz o nome. A cada um de seus passos nasce em mim a esperança e a força para continuar lutando por um mundo melhor e mais justo. A cada desequilíbrio nos passos vejo maior firmeza na caminhada, porque as pedras e percalços do caminho são apenas detalhes para nos fazer mais fortes. Nunca esqueça que o meu amor por você ultrapassa o infinito. Que DEUS te conserve esta criança linda, compreensiva, amorosa e cheia de alegria a ponto de expressar em palavras tamanha felicidade da alma: “mamãe, até quando eu estou triste, eu sou feliz”. Obrigada por fazer parte da minha vida e só tenho a agradecer a DEUS por ter-me dado à dádiva de ser sua mãe. “Eu queria o tempo parar e de novo lhe fazer ninar. Crescer e mudar não dá para evitar é o destino

que DEUS lhe traçou. [...] Os dedinhos que agarram minhas mãos, coisas grandes eu sei que farão... Você é presente de DEUS e O FUTURO está em suas mãos”. (Cristina Mel)

A minha MÃE, Antônia Isabel, pelo amor e cuidado com a minha pequena, que muito me ajudaram a chegar até aqui. Que DEUS a abençoe e ilumine seus caminhos a cada dia. Obrigada por tudo, pelos ensinamentos e exemplos que me fizeram ser a pessoa que sou hoje. Por me mostrar na mais tenra infância a importância da educação. Foram nos diálogos e canções que ouvi sair de seus lábios na minha infância que compreendi de forma primária a educação como “prática de liberdade”.

Meu agradecimento eterno ao Banco do Brasil, pela bolsa que me foi ofertada e pela disponibilização de tempo para realização deste mestrado. Aos amigos da área de Gestão de Pessoas do Banco do Brasil - Regional Salvador (Gepes Salvador), os de antes e os de agora, meu muitíssimo obrigado, especialmente a: Fernandinha (irmã caríssima de todos os momentos), Livia (a companheira), Tati (a mestre, sempre mestre e amiga), Sandra Bahia (a fé materializada e contagiante), Sandra Maia (certeza de um sorriso amigo em todas as horas, inclusive nas horas mais difíceis), Heleneide (presente nos bons e maus momentos), Kátia Maria Bastos (pela oportunidade de grandes mudanças em minha vida), José Adauto (amigo e conselheiro justo e sensato), Alexandre Veiga (bom amigo), a Silvia e Jade (sempre dispostas a ajudar), a Zidinha (cuidado e palavras de amor sempre presentes) e a Verônica (mão amiga, quem sabe de outras vidas, cheia de amor, que acreditou e colocou em mim a sementinha da crença no outro e em mim mesma). Aos chefes Reinaldo, Norminha e Lenilda, pelo apoio, compreensão das ausências inusitadas e confiança. Aos que aqui não citei, mas que fazem parte do meu dia-dia, vocês são verdadeiros ANJOS em minha vida. Obrigadão pelo apoio, compreensão, amizade e por me ensinaram que sempre posso ir além. Valeu por tudo! “Amigo é coisa para se guardar debaixo de sete chaves, dentro do coração” (Milton Nascimento e Fernando Brandt).

Obrigada à UFBA/FACED e aos atentos, dedicados e gentis funcionários da secretaria do PPGE, especialmente a Eliene (simpatia e disposição em ajudar, desde o primeiro contato) e Ricardo (calma e paciência nos momentos mais complicados). Muito obrigado também aos mestres e amigos: Dr. Miguel Bordas, pois suas aulas foram para mim verdadeiro aprendizado de didática e humanidade; Dra. Maria Helena Bonilla, por compartilhar conosco tão vasto e disciplinado saber; Dra. Maria Virgínia Dazzani, obrigada pela acolhida; Dra. Celi Tafarel,

pelo exemplo de intelecto e humildade em equilíbrio perfeito; a Dra. Cristina Maria D'Avila, por praticar o que defende; Dra. Nelma Galvão por sua participação na minha qualificação.

A Dra. Sheila Uzêda, pela participação na minha qualificação e pelas excelentes dicas de leitura.

A TODOS os professores (as), secretários (as), coordenadores(as), diretores(as) e demais profissionais das escolas onde realizei esta pesquisa. Por motivos éticos não poderei aqui citar seus nomes, mas o sentimento de pertença que me invadiu ao ser recebida nestas escolas, todas de portas e corações abertos, é algo que a própria ética não me permitirá esquecer. Valeu pela disponibilidade, doação, respeito, vontade de ajudar e consciência da importância de seus trabalhos na construção de uma escola e de uma sociedade mais inclusiva. A vocês, profissionais de educação, meu muitíssimo obrigada e meu mais alto respeito.

A amiga Dra. Vanda Machado pelas mãos estendidas. Pelo exemplo de luta e coragem no combate ao preconceito racial. Sua dedicatória no livro de sua autoria “Pele da Cor da Noite” foi uma previsão. Obrigada pelo apoio.

A amiga/irmã Luciana Conceição, por estar sempre junto mesmo que de longe. O que nos une é amor, e não tem distância que apague.

A amiga Rita de Cássia Carregosa, pelo apoio, ajuda e por nos ampararmos mutuamente neste percurso de estudos. E assim nasceu uma grande amizade regada a muitas lágrimas que quase sempre transformamos em largos risos, tanto via Facebook quanto pessoalmente. Nossas resenhas longas e onde somente nós entendemos a nossa própria linguagem de esperança daria um livro! Agradeço a DEUS por este encontro, pois Ele sabia exatamente o que estava fazendo quando nos colocou ali, entrando pela mesma porta estreita.

A Lana Borges, pelo apoio mútuo no início dessa caminhada de estudos, e apesar dos nossos passos terem encontrado caminhos distintos, fica sempre a lembrança dos bons momentos. Obrigada por ter feito parte desta caminhada. “Os que passam em nossas vidas não vão sós, deixam um pouco de si e levam um pouco de nós” (Antoine de Saint-Exupéry). Um dia, quem sabe um dia, nossos caminhos e ideias se cruzem novamente...



Sempre, em todas as conquistas, estará o meu mais sincero agradecimento aos médicos da Onco – Clínica de Oncologia da Bahia, especialmente para: Dra. Dolores Dórea, Dr. José Henrique, Dra. Núbia Mendonça e Dra. Suzana Lima. Também meu agradecimento a todos os amigos do Grupo de Apoio a Criança com Câncer - Bahia (GACC). Vocês são instrumentos de DEUS. Obrigada por terem ajudado a salvar a minha vida e de tantas outras crianças.

A odontóloga amiga e ex-voluntária do Gacc, Giselle Carmina Coelho pelas sementes de esperança que plantou em meu coração adolescente. Cada palavra de confiança e carinho gravei no coração e na alma. Você sempre fará parte da minha história.

A minha orientadora, professora Dra. Alessandra Barros por ter aceitado o desafio de me orientar no percurso já iniciado, com o coração aberto e boa vontade em ajudar. Pelas excelentes dicas para melhoria dessa dissertação. Valeu! Que DEUS lhe abençoe!

Ao professor Dr. Teófilo Galvão Filho, pela orientação inicial. Apesar das discordâncias em alguns pontos, e em muitas práticas, agradeço ao senhor por ter feito parte dessa jornada.

Obrigada ao professor Félix Diaz pela participação na banca, pelo exercício da paciência na leitura deste trabalho, pela disponibilidade de tempo e pelas excelentes críticas e sugestões para auxiliar a torná-lo melhor.

A minha querida e sempre professora/amiga Edvana Ferreira, que me orientou com maestria no curso de Fisioterapia, criando um laço que o tempo e a distância não podem apagar. Suas palavras de esperança, de força e coragem me ajudaram a vencer um difícil percurso de minha vida e me deram forças para acreditar que poderia ir além. Vi sua “face” em muitas das professoras que entrevistei. Que assim como você arregaçaram as mangas e praticaram a inclusão. Sempre lembrarei com carinho das suas aulas, da sua dedicação em escrever praticamente tudo no quadro para que eu pudesse acompanhar de forma plena o que se passava nas aulas. A sua atitude de humanidade e dignidade me fizeram acreditar que uma escola inclusiva é possível SIM, com professores engajados e dispostos a ir além. Obrigada por tudo minha querida mestre.

Ao professores da FSBA (os que permanecem e os que se foram), especialmente João Paulo Vieira, Pablo Barbosa, Jefferson Petto, Bruno Prata, Cátia Hansselmann, Patrícia Cunha, Ana

Paula Lima, Jamile Dourado, Renata Cardoso, Nildo Ribeiro e tantos outros que fizeram tudo que estava aos seus alcances para que eu fosse incluída. Obrigada.

E por fim, mas não por último, um agradecimento todo especial ao meu querido co-orientador Omar Barbosa Azevedo, por ser uma pessoa empenhada na arte de ser gente, pelo apoio, paciência, confiança e amizade. Aquele primeiro e-mail enviado por Vanda Machado sugerindo encontrá-lo foi um divisor de águas. O que aprendi nas nossas reuniões, o que levarei comigo por toda uma vida, não poderia jamais aprender de um livro. A sua humanidade e respeito às diferenças me fazem ter reais esperanças de que um mundo de inclusão é possível. Na frase de Skliar (2015, p.17) vejo a sua fotografia: “a inclusão ‘é’, ao fim e ao cabo, o que fizermos dela, o que fizermos com ela. Não ‘é’ em si mesma, nem por si mesma, nem a partir de si mesma, e nem mesmo por própria definição. Sendo assim, teríamos que ver na boca de quem aparece a palavra ‘inclusão’ e não tanto o que significa a palavra ‘inclusão’ ”. Na sua boca a palavra inclusão ganha conotação de ação. Obrigada Omar Barbosa, por tudo.

Somos uma “construção coletiva” e como tal carregamos conosco as nossas vivências e compartilhamentos, assim um pouco de tudo que vivemos está guardado em nosso ser. Por isso finalizo dizendo MUITÍSSIMO OBRIGADA a TODOS que encontrei no caminho, sem exceção.

Da Vinci afirmava que só se pode amar aquilo que se conhece.

Eu, presunçoso, digo o contrário:  
só se pode conhecer aquilo que se ama.

**É o amor que busca o conhecimento.**

Rubem Alves (2014, p. 120, grifos meus)

SAMPAIO, Alexandra da Silva Santos. **Educação Inclusiva: contribuições da Fisioterapia na formação docente**. 174 f. : il. 2015. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

## RESUMO

Falar acerca da inclusão da pessoa com deficiência é falar de um tema atual, porém não é discutir um assunto novo. São diversos os movimentos sociais e pedagógicos que tentam melhor entender esta questão, e principalmente encontrar soluções pertinentes para a mediação dos processos inclusivos no ambiente escolar, considerando todo o contexto, inclusive as dificuldades dos docentes. Assim, o presente estudo buscou identificar algumas dificuldades dos professores nas práticas da Educação Inclusiva com crianças com deficiência em escolas regulares, no Ensino Fundamental I, através da pesquisa qualitativa, com intuito de propor algumas possíveis contribuições dos conhecimentos da Fisioterapia na vivência cotidiana de tais práticas. Tal proposta surgiu no contexto de ampla revisão histórica, teórica e legal dos fundamentos na área da Educação Inclusiva. Além disso, aponta para a multidisciplinaridade no exercício da inclusão dentro do contexto escolar atual através de uma formação embasada no compartilhamento de conhecimentos entre áreas distintas, porém com um objetivo em comum: tornar o mundo um lugar melhor e mais acolhedor para todos. Para concretizar tais objetivos, foram realizadas observações em campo e entrevistas semiestruturadas com os atores sociais envolvidos e partindo das informações obtidas foi efetuada uma associação dos conhecimentos fisioterápicos com a prática docente na Educação Inclusiva de crianças com deficiência, objetivando assim, ampliar o leque de possibilidades para melhoria da escolaridade oferecida às crianças com deficiência, bem como diminuir as dificuldades enfrentadas pelos docentes nesta prática nobre, porém complexa.

**Palavras-chave:** Educação Inclusiva. Fisioterapia. Crianças com deficiência. Formação docente.

SAMPAIO, Alexandra da Silva Santos. **Inclusive Education: contributions of Physiotherapy in teacher formation.** 174 f. : Il. 2015. Thesis (MS) - Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

### **ABSTRACT**

Talking about the inclusion of the disabled person is talking about a current topic, but it is not discussing a new subject. There are several social and educational movements that try to better understand this issue, and to find relevant solutions for the mediation of inclusive processes at school, considering the entire context, including the difficulties of teachers. Thus, the present study tried to identify some difficulties of teachers while practicing inclusive education of children with disabilities in regular schools, in elementary school, through qualitative research, in order to propose some possible contributions of physical therapy in the daily life of such practices. This proposal came in the wide context of historical, theoretical and legal review of the fundamentals of Inclusive Education field. In addition, it points to the multidisciplinary approach in the exercise of inclusion within the current school context through an knowledge sharing between different areas education, but with a common goal: to make the world a better and more welcoming place for everyone. To achieve these goals, observations in the field and semistructured interviews with the actors involved were carried out, and based on the information obtained, an association of physiotherapy knowledge and teaching practice in inclusive education of children with disabilities was made, aiming to expand the range of possibilities to improve the education offered to children with disabilities, as well as to reduce the difficulties faced by teachers in this noble practice, however complex.

**Keywords:** Inclusive education. Physiotherapy. Children with disabilities. Teacher education..

SAMPAIO, Alexandra da Silva Santos. **La Educación Inclusiva: contribución de fisioterapia en la formación del professorado.** 174 f. : il. 2015. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

## RESUMEN

Hablar de la inclusión de personas con deficiencia es hablar de una temática actual, pero no es discutir un asunto nuevo. Son muchos los movimientos sociales y pedagógicos que intentan entender mejor la cuestión e intentan especialmente encontrar soluciones pertinentes para la mediación de procesos inclusivos en el ambiente escolar. Todos buscan considerar todo el contexto de la inclusión, hasta las dificultades de los docentes. Por estas razones, la presente investigación buscó identificar algunas dificultades de los profesores con la práctica de la Educación Inclusiva para niños con deficiencia en escuelas regulares, en la Enseñanza Fundamental I brasileña, desde un abordaje cualitativo, con el anhelo de proponer algunas posibles contribuciones de los conocimientos de la Fisioterapia en la vivencia cotidiana de esa práctica. Esa propuesta surgió en el contexto de una amplia revisión histórica, teórica y legal de los fundamentos del área de la Educación Inclusiva. Además, la investigación señala la multidisciplinariedad en el ejercicio de la inclusión dentro del contexto escolar actual a través de una formación basada en conocimientos compartidos entre áreas distintas, pero con un objetivo común: hacer del mundo un lugar mejor y más acogedor para todos. Para concretizar tales objetivos, fueron realizadas observaciones en campo y entrevistas semiestructuradas con los actores sociales implicados. Partiendo de las informaciones recogidas se efectuó una asociación de los conocimientos de Fisioterapia con la práctica docente en la Educación Inclusiva de niños con deficiencia, con el objetivo de ampliar el abanico de posibilidades para mejora de la escolaridad ofrecida a los niños con deficiencia. De ese modo, se espera disminuir las dificultades afrontadas por los docentes en esta práctica noble, pero compleja.

**Palabras-clave:** Educación Inclusiva. Fisioterapia. Niños con deficiencia. Formación docente.

## **LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AEE – Atendimento Educacional Especializado

AVD – Atividade de Vida Diária

CEB – Conselho para Educação Básica

CID – Classificação Internacional de Doenças

CIF – Classificação Internacional de Funcionalidade

CNE – Conselho Nacional de Educação

CNS – Conselho Nacional de Saúde

COFFITO – Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional

CONAE – Conferência Nacional de Educação

CREFITO - Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional

DF – Distrito Federal

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

EI – Educação Inclusiva

Etc. – Etecetera

FACED – Faculdade de Educação

FSBA – Faculdade Social da Bahia

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LDB / LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais

MEC – Ministério da Educação

NAPE - Núcleo de Apoio à Inclusão do Aluno com Necessidades Especiais

OMS – Organização Mundial de Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

PCD – Pessoa com Deficiência

PNE – Plano Nacional de Educação

PPGE – Programa de Pós-graduação em Educação

PROAE - Pró-reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil SEESP – Secretaria de Educação Especial

SEESP – Secretaria de Educação do Estado de São Paulo

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação

TA - Tecnologia Assistiva

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TIC – Tecnologia de Informação e Comunicação



## LISTA DE QUADROS

Escola Amor .....	74
Escola Solidariedade .....	74
Escola Respeito .....	74

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	20
1.1 FISIOTERAPIA: CONTRIBUIÇÃO MULTIDISCIPLINAR POSSÍVEL .....	22
1.2 PERGUNTAS QUE TRADUZEM INQUIETAÇÕES .....	25
1.3 OBJETIVOS .....	26
1.4 ASPECTOS DE UMA PROPOSTA .....	27
1.5 CONTEÚDO DA DISSERTAÇÃO .....	28
<b>2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA:</b>	
<b>ANTECEDENTES E SIGNIFICADOS ENVOLVIDOS</b> .....	30
2.1 ANTECEDENTES:	
BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL .....	30
2.2 O SENTIDO DAS LEIS E DEBATES .....	36
2.3 EDUCAÇÃO INCLUSIVA: O QUE ISSO QUER DIZER EXATAMENTE? .....	37
2.4 EXCLUSÃO, INTEGRAÇÃO E INCLUSÃO: SIGNIFICADOS EM JOGO .....	40
2.5 FORMAÇÃO DOCENTE E PRÁTICA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA:	
UM DESAFIO .....	42
2.6 MULTIDISCIPLINARIDADE E FISIOTERAPIA: POSSIBILIDADES .....	48
2.7 CONCEITOS E PRECONCEITOS: PAREDES OU PONTES? .....	51
2.8 DO QUE ESTAMOS FALANDO MESMO? .....	52
2.9 A DEFICIÊNCIA E SUA CONCEITUAÇÃO.....	54
2.10 ENTENDENDO OS PROCESSOS INCLUSIVOS NOS DIFERENTES	
CONTEXTOS .....	57
2.11 CONCEITOS: PONTES OU PAREDES PARA A EFETIVAÇÃO DOS PROCESSOS	
INCLUSIVOS .....	59
<b>3 BASES METODOLÓGICAS</b> .....	62
3.1 DESENHO E CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO .....	63
3.2 INSTRUMENTOS DE COLETA DE INFORMAÇÕES .....	64
<b>3.2.1 A Entrevista Semiestruturada</b> .....	64
<b>3.2.2 A Observação Simples</b> .....	65
<b>3.2.3 O Diário de Campo</b> .....	66
3.3 ASPECTOS ÉTICOS .....	67

3.4 LOCAIS .....	67
3.5 ATORES SOCIAIS DA PESQUISA .....	68
3.6 COLETA, REGISTRO E ANÁLISE DE INFORMAÇÕES .....	71
3.7 RELATO DOS RESULTADOS .....	72
<b>4 COMPREENDENDO ESCOLAS E PROFESSORAS .....</b>	<b>73</b>
4.1 ESCOLA AMOR .....	75
<b>4.1.1 Descrição da Escola .....</b>	<b>75</b>
<b>4.1.2 O que dizem as professoras da Escola Amor .....</b>	<b>76</b>
4.1.2.1 Professora Anita .....	77
4.1.2.2 Professora Beatriz .....	81
4.1.2.3 Professora Carla .....	86
4.2 ESCOLA SOLIDARIEDADE .....	88
<b>4.2.1 Descrição da Escola .....</b>	<b>89</b>
<b>4.2.2 O que dizem as professoras da Escola Solidariedade .....</b>	<b>90</b>
4.2.2.1 Professora Diana .....	91
4.2.2.2 Professora Eliane .....	94
4.2.2.3 Professora Flávia .....	96
4.3 ESCOLA RESPEITO .....	98
<b>4.3.1 Descrição da Escola .....</b>	<b>98</b>
<b>4.3.2 O que dizem as professoras da Escola Respeito .....</b>	<b>99</b>
4.3.2.1 Professora Gisele .....	100
4.3.2.2 Professora Helena .....	104
4.3.2.3 Professora Ivone .....	107
4.4 TUDO JUNTO E MISTURADO .....	110
<b>4.4.1 O que as professoras pensam sobre incluir .....</b>	<b>110</b>
<b>4.4.2 O que as professoras participantes entendem sobre Fisioterapia .....</b>	<b>112</b>
<b>4.4.3 O que esperam as professoras participantes desse estudo? .....</b>	<b>113</b>
<b>5 CONCLUINDO UM PERCURSO .....</b>	<b>116</b>
5.1 ORIGENS PESSOAIS DE UMA MOTIVAÇÃO .....	117
5.2 TODOS SOMOS PESSOAS, TODOS NÓS TEMOS DIFICULDADES! .....	118
5.3 EDUCAR A TODOS DE FATO .....	119

5.4 RELACIONAMENTO PROFESSOR-ALUNO COM DEFICIÊNCIA .....	120
5.5 COMPARTILHAR CONHECIMENTOS .....	121
5.6 O ENVOLVIMENTO DE TODOS .....	122
5.7 À GUIA DE CONCLUSÕES .....	123
5.8 E NO FUTURO? .....	124
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>126</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>136</b>
<b>APÊNDICE A – Roteiro para entrevista com os docentes .....</b>	<b>136</b>
<b>APÊNDICE B – Termo de consentimento livre e esclarecido (entrevista) .....</b>	<b>138</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>141</b>
<b>ANEXO 1 - Entrevista professora Anita .....</b>	<b>141</b>
<b>ANEXO 2 - Entrevista professora Beatriz.....</b>	<b>146</b>
<b>ANEXO 2 - Entrevista professora Carla .....</b>	<b>150</b>
<b>ANEXO 4 - Entrevista professora Diana .....</b>	<b>153</b>
<b>ANEXO 5 - Entrevista professora Eliane .....</b>	<b>156</b>
<b>ANEXO 6 - Entrevista professora Flávia.....</b>	<b>160</b>
<b>ANEXO 7 - Entrevista professora Gisele.....</b>	<b>164</b>
<b>ANEXO 8 - Entrevista professora Helena.....</b>	<b>167</b>
<b>ANEXO 8 - Entrevista professora Ivone .....</b>	<b>171</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A melhor maneira que a gente tem de fazer possível amanhã alguma coisa que não é possível de ser feita hoje, é fazer hoje aquilo que hoje pode ser feito. Mas se eu não fizer hoje o que hoje pode ser feito e tentar fazer hoje o que hoje não pode ser feito, dificilmente eu faço amanhã o que hoje também não pude fazer. (FREIRE, apud CORTELLA, 2011, p. 9)

A inclusão da pessoa com deficiência na sociedade é um tema complexo que vem sendo debatido há bastante tempo. Dentro deste cenário de posições prós e contras está a questão da inclusão da criança com deficiência na escola de ensino regular.

Durante muitos anos as crianças com deficiência foram encaminhadas às instituições especializadas onde, além de terapias específicas, recebiam atendimentos educacionais especializados. Vale destacar que o currículo das escolas especializadas não era idêntico ao das escolas regulares, conforme afirma Carneiro (2008), ou seja, o aluno com deficiência, matriculado na escola especializada, não recebia em seu currículo o mesmo conteúdo dos alunos das escolas regulares.

A Constituição brasileira sofreu algumas alterações ao longo de sua existência, sendo em 1988, através do artigo 208, declarado constitucionalmente como dever do Estado o “Atendimento educacional especializado aos portadores<sup>1</sup> de deficiências, preferencialmente na rede regular de ensino”. Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, lei nº 9.394/96, em seu capítulo V, passa a considerar a Educação Especial<sup>2</sup> como modalidade de educação escolar a ser ofertada preferencialmente na escola de ensino regular. Desde então as escolas regulares passaram a ter o dever, perante a lei, de receber em suas salas alunos com e sem deficiência.

Porém, ainda que a inclusão da criança com deficiência na escola regular seja um direito garantido pela legislação vigente, é importante refletir se a escola regular está realmente preparada para receber estas crianças de forma a incluí-las<sup>3</sup> e não apenas integrá-las<sup>4</sup> em suas classes. É possível que os docentes das escolas regulares não possuam, sozinhos,

---

<sup>1</sup>O termo portador de deficiência foi substituído por pessoa com deficiência desde a década de 90, sendo mantido na transcrição do texto da Constituição para preservar o texto original. Conforme Sasaki (2003, p. 8-11) a adoção e continuidade na utilização do termo pessoa com deficiência (PCD), foram decididas em 2000, num encontro das organizações de pessoas com deficiências (Encontrão) na cidade de Recife.

<sup>2</sup> A Educação Especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular. (BRASIL, 2008, p. 10)

<sup>3</sup> Incluir: fazer constar ou constar em; colocar dentro de; acrescentar ou introduzir em; compor-se de, abranger; fazer (alguém) tomar parte em. (Caldas Aulete, 2011, p. 339)

<sup>4</sup> Integrar: receber (alguém) em um grupo ou adaptar-se a ele como membro; Ser parte de (uma coisa ou conjunto maior). (Caldas Aulete, 2011, p. 352)

conhecimentos suficientes acerca das deficiências de forma a potencializar o desenvolvimento destas crianças em sala de aula, respeitando seus limites, suas diferenças, potencializando suas possibilidades e por fim promovendo a inclusão.

Skliar (2015) reflete acerca dos preceitos inclusivos que enfatizam a necessidade de “estarem todos juntos”, porém argumenta que o motivo, a pergunta “para quê e como é este estar juntos?” não foi devidamente esclarecida, debatida, compreendida. Para ele no discurso “parece ficar claro que devemos estar juntos no sistema educacional, mais ainda não dispomos de um pensamento firme sobre esse encontro em si, da relação pedagógica como tal.”. O autor salienta que:

Não compete a mim, e nem tampouco sou partidário de que devo dizer o que a inclusão deveria ser, e reafirmo isso agora, pois esta é a principal conclusão a qual se chega a partir de certa leitura do informe [da UNESCO]: a inclusão “é”, ao fim e ao cabo, o que fizemos dela, o que fizemos com ela. Não “é” em si mesma, nem por si mesma, nem a partir de si mesma, e nem mesmo por própria definição. Sendo assim, teríamos que ver na boca de quem aparece a palavra “inclusão” e não tanto o que significa a palavra “inclusão”. (SKLIAR, 2015, p. 17)

A inclusão da criança com deficiência na escola de ensino regular pode ser vista como um grande desafio. Existem, sim, inúmeros obstáculos que precisam ser entendidos e ultrapassados, e um desses pode estar relacionado ao nível de conhecimento por parte dos docentes e profissionais de educação acerca das deficiências e das inúmeras possibilidades de minimizar algumas das limitações impostas por estas e agravadas, muitas vezes, pelo próprio ambiente escolar. Pelegrinelli (2004, p. 11) reflete criticamente sobre a questão afirmando que “o processo de inclusão da pessoa com deficiência na escola regular é considerado bastante ameaçador por estar provocando um deslocamento. Este faz repensar conceitos”.

Todas estas mudanças demandam novas estratégias e modificações nos paradigmas dominantes na sociedade como um todo e de forma mais impactante na escola, que se vê diante de um grande desafio: mudar para incluir este novo alunado. É dentro deste contexto que o presente trabalho se insere, como uma nova possibilidade de enfrentamento dos desafios colocados frente à escola regular na Educação Inclusiva (EI), tendo como referência a multidisciplinaridade através do compartilhamento de saberes entre as Ciências da Saúde (como a Fisioterapia) e a Educação.

Em diversas pesquisas e estudos sobre o tema muitos autores vêm procurando elucidar as problemáticas relativas à inclusão através de discussões teóricas, relatos de casos e práticas bem sucedidas, tanto no Brasil quanto em outros países. Estes autores procuram tornar mais

claras as questões levantadas pela prática da inclusão, seja através do entendimento da história do tratamento social dispensado às pessoas com deficiência, da legislação atual, ou ainda das possibilidades e obstáculos existentes para que ocorra uma verdadeira inclusão. Gostaria de ressaltar que há praticamente um consenso entre os autores estudados quanto à necessidade da prática da Educação Inclusiva<sup>5</sup> para a formação de um mundo mais justo para todos (FERREIRA, 2005; GAIO, 2006; GAIO et al., 2007; PACHECO, 2007; PELLEGRINELLI, 2004; CARNEIRO, 2008; TEIXEIRA et al., 2010; SARTORETTO, 2011; entre outros).

Gostaria de destacar que, conforme Frias e Menezes (2008), a inclusão da criança com deficiência na escola regular não se resume a sua presença física nestas escolas, mas sim a toda uma estrutura que permita sua participação de forma efetiva em todas as atividades escolares.

Oliveira et al. (2007) afirmam que a escola inclusiva deve se apresentar como um espaço sem restrições e cada vez mais envolvido com as mudanças socioeducativas. Devendo ser um ambiente de aprendizagem para todos e onde se encontrem condições adequadas para tal. Assim cabe a todos os envolvidos neste processo, a exemplo do professor e da equipe escolar, retirar as barreiras que possam estar entrepostas entre o aluno e a educação que lhe é ofertada.

A partir da teoria do desenvolvimento humano defendida por Vygotsky (1984) compreendemos como a constituição do sujeito advém de diversos aspectos e abrangem dimensões sociais, históricas e culturais. Neste sentido, pensar sobre o desenvolvimento do ser humano implica em ponderar inúmeros aspectos que vão além de questões biológicas. Para este autor, um dos fatores que estimula e impulsiona o desenvolvimento humano é a possibilidade de relacionar-se com os demais. Ou seja, o que amplia e cria as possibilidades de desenvolvimento cognitivo são as relações e interações com os outros e com o meio externo. Esta é uma condição válida tanto para as pessoas consideradas dentro dos padrões conceituais de normalidade, quanto para as pessoas com deficiência.

## 1.1 FISIOTERAPIA: CONTRIBUIÇÃO MULTIDISCIPLINAR POSSÍVEL

Neste amplo contexto das questões da Educação Inclusiva e da importância das interações para o desenvolvimento humano, ao se discutir a inclusão do aluno com deficiência

---

<sup>5</sup> Para Leite, Borelli e Martins (2013, p. 6) a Educação Inclusiva pressupõe que “a escola deve ser um local acessível, diversificado e individualizado, onde os alunos possam expressar sua individualidade e diferença e serem correspondidos”.

na escola regular, entendo que é preciso levar em conta tanto as características específicas e possíveis dificuldades do aluno, quanto às dificuldades de todos os atores sociais envolvidos neste processo. Tendo em vista que o docente e a equipe escolar têm papel importante nesta empreitada, torna-se relevante entender quais são as limitações e dificuldades destes e de que forma os conhecimentos da Fisioterapia podem ser úteis com intuito de favorecer esse processo. De acordo com Gaio (2006):

O tempo de construção do saber e do saber fazer, isto é, da competência teórica e prática, é hoje. Para tanto precisamos conhecer profundamente a área em discussão, precisamos conviver com os sujeitos alvos da nossa indignação e precisamos, como aprendentes, aprender a transgredir a compreensão tradicional sobre os ditos deficientes e nos permitir ir além [...] aprender com eles. (GAIO, 2006, p. 89).

Pacheco (2007) relata que existem diferenças gritantes nas formações dos docentes das escolas regulares e especializadas. Além disso, as escolas especializadas, em sua grande maioria, possuíam em suas equipes profissionais de educação e de saúde, tais como fisioterapeutas, fonoaudiólogos e psicopedagogos. Essa multidisciplinaridade possivelmente permitia ao docente da escola especializada entender de forma mais plena as características de seus alunos.

Uma pesquisa realizada por Bartalotti et al. (2008) com profissionais de educação e saúde sobre a inclusão da criança com deficiência na escola de ensino regular verificou, através dos depoimentos, que não houve grande resistência por parte da maioria dos profissionais de educação para a prática inclusiva. Esse estudo, assim como outros, identificou que há sim uma falta de preparo. Temem, muitas vezes, que estas crianças possam necessitar de algum cuidado especial que eles não sabem realizar. Muitos profissionais declararam a necessidade de adequação de sua formação através de cursos, reciclagens, treinamentos, entre outras capacitações.

Ferreira (2005) enfatiza em seu trabalho que é necessário oferecer aos docentes que desenvolvem atividades com crianças com deficiência nas escolas regulares condições mínimas de atendimento a este público. O autor também destaca que alguns conhecimentos poderiam ser úteis ao docente e a equipe escolar para suprimir dúvidas e questionamentos, ampliando as possibilidades de participação dos alunos com deficiência nas atividades escolares.

A Fisioterapia pode ser entendida como “tratamento de doenças e reabilitação de pacientes com deficiências de várias ordens por meios físicos e mecânicos” (REY, 2008, p.



380). Pelegrinelli (2004) afirma que a Fisioterapia ocupa lugar diferenciado para cada pessoa, sendo fator determinante para plena recuperação dos que dela necessitam.

As possibilidades de atuação da Fisioterapia são amplas e seus conhecimentos podem ser úteis em inúmeras e distintas áreas. Effgen (2007) enfatiza que a finalidade da Fisioterapia na escola é a de facilitar a inclusão de crianças com deficiência. Segundo a autora, a Fisioterapia tem uma história antiga e rica de atendimento de alunos com necessidades especiais em escolas especializadas. Esta história poderia continuar nas escolas inclusivas...

Partindo dos desafios da Educação Inclusiva, da necessidade de mudança de paradigmas, e da ampliação de conhecimentos acerca deste novo alunado, fica evidente a urgência de uma formação docente multidisciplinar e continuada para a prática da inclusão, pois tal como sugerem Jesus e Effgen (2012):

A escolarização de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação tem desafiado os espaços escolares a construir novas/outras lógicas de ensino. Diante disso, a formação continuada em processo tem se configurado como uma possibilidade de pensar as demandas escolares e os processos de escolarização dos sujeitos que também são público-alvo da Educação Especial. Tal formação continuada em contexto deve ter como foco as diferentes situações que constituem o ato educativo, a análise das práticas docentes e a criação de espaços para a reflexão coletiva, esforçando-se, sempre, para criar na escola a crença de que é possível pensar soluções para as questões que se apresentam. [...] Sabendo que a educação é um direito de todos, a formação continuada representa um espaço-tempo de constituição e reflexão da ação educativa. É um espaço de potencialização das práticas pedagógicas. Uma oportunidade para (re)pensar as relações de poder existentes no currículo, os mecanismos utilizados para validar os conhecimentos e os pressupostos que fundamentam quem pode ou não aprender na escola. (JESUS; EFFGEN, 2012, p. 17-18 )

A inclusão não é uma tarefa simples. Levando em consideração a multiplicidade das características das crianças em geral e, especialmente, das crianças com deficiência, mais a variedade das possíveis limitações impostas por estas, entendo que há uma necessidade de mudança do sistema de crenças e atitudes dos docentes, bem como de toda a equipe escolar que realiza atividades com este novo alunado.

Sendo assim, penso que através de uma compreensão ampla e sensível do que é a deficiência os docentes poderão realizar suas atividades educativas de forma a potencializar o desenvolvimento de alunos com deficiência (bem como com outras dificuldades) em sua plenitude. Essa é uma compreensão que implica num conhecimento crítico e sensível de como as deficiências se expressam, principalmente dos mecanismos que possibilitam a superação de

obstáculos e a diminuição dos impactos causados pelas limitações que efetivamente existem enquanto necessidade educativa especial.

## 1.2 PERGUNTAS QUE TRADUZEM INQUIETAÇÕES

Partindo dos conceitos da Educação Inclusiva e da Fisioterapia, bem como considerando os desafios colocados pelo processo inclusivo e a necessidade de reformulação curricular da formação docente apontada em diversos estudos, surgiu a pergunta que traduz a principal problemática desse estudo:

- Os conhecimentos da Fisioterapia seriam relevantes quando compartilhados com docentes que desenvolvem atividades com crianças com deficiência na escola de ensino regular?

Ao pensar nesta possibilidade de interação entre conhecimentos multidisciplinares surgiram, ainda, outras questões que refletem minhas inquietações:

- Quais são as principais dificuldades dos docentes que desenvolvem atividades com crianças com deficiência nas escolas de ensino regular?
- A falta de conhecimento acerca das peculiaridades das deficiências por parte dos docentes pode dificultar a inclusão de crianças com deficiência?
- De que forma os conhecimentos da Fisioterapia seriam pertinentes à prática da Educação Inclusiva?

Todas estas perguntas demandam respostas e foram justamente estas respostas que busquei encontrar com a realização desta pesquisa, na tentativa de contribuir para a prática de uma educação mais inclusiva e na construção de uma sociedade melhor para todos.

### 1.3 OBJETIVOS

Pelegrinelli (2004) salienta que todas as respostas surgem de uma pergunta anterior, e que de perguntas e respostas nascem os conhecimentos. Para ela, só é possível entender as problemáticas relativas à deficiência através das indagações que possamos formular. Sem questionamentos não se encontram respostas, e sem respostas o conhecimento estagna. Neste sentido podemos supor que a interação e a comunicação entre diversas áreas podem favorecer o processo de inclusão e a formação de uma nova consciência sobre as deficiências, bem como sobre a prática da Educação Inclusiva na escola de ensino regular. Neste contexto, meu objetivo principal com a realização desta pesquisa consistiu em:

- Identificar possíveis contribuições dos conhecimentos da Fisioterapia para a formação e na atuação de docentes que desenvolvem atividades junto às crianças com deficiência no Ensino Fundamental I, com intuito de facilitar a inclusão destas na escola de ensino regular.

E, de forma específica, objetivei ainda:

- Caracterizar quais as principais dificuldades enfrentadas pelas docentes nas atividades desenvolvidas com alunos com deficiência em três escolas regulares, uma pública em Lauro de Freitas e duas privadas em Salvador, ambas no estado da Bahia.
- Descrever as práticas educativas utilizadas pelas profissionais de educação na relação professor-aluno com deficiência.
- Propor a utilização dos conhecimentos da Fisioterapia para a prática da Educação Inclusiva na escola de ensino regular.

Desta forma, sugiro uma interação entre as Ciências da Saúde e da Educação, entre os conhecimentos da Fisioterapia e da Pedagogia na formação docente para a prática da Educação Inclusiva. Gostaria de citar algumas dessas possibilidades de interação dos conhecimentos fisioterapêuticos, que poderiam vir a ser relevantes se compartilhados com docentes de escolas regulares, como informações sobre: biomecânica, cinesiologia, o estudo

da neuroanatomia, órteses e próteses, orientações posturais, orientações quanto a utilização de Tecnologias Assistivas (TA). Também para execução de atividades pedagógicas, orientações quanto ao mobiliário e principalmente orientações quanto a funcionalidade e capacidade de realização das atividades de vida diária por vias alternativas, entre outras possibilidades.

Sendo assim, com a realização deste trabalho meus objetivos voltaram-se para a compreensão das dificuldades dos docentes no processo de inclusão. Neste percurso procurei desviar o olhar da pessoa com deficiência e suas necessidades específicas, com intuito de possibilitar um melhor entendimento das responsabilidades de todos os envolvidos. Além disso, procurei evidenciar a necessidade da formação continuada e da multidisciplinaridade através do compartilhamento dos conhecimentos da Fisioterapia.

#### 1.4 ASPECTOS DE UMA PROPOSTA

A ideia de realizar uma pesquisa a fim de conhecer e analisar quais as principais dificuldades dos docentes que desenvolvem atividades com crianças com deficiência na escola regular, suas relações com este alunado e de como os conhecimentos da Fisioterapia podem ser úteis neste processo, surgiu a partir de diversos questionamentos e inquietações referentes ao processo de inclusão.

Pesquisadores como Gaio (2006), observam criticamente que neste processo, muitas vezes, o aluno com deficiência é responsabilizado pelo fracasso de seu aprendizado e, conseqüentemente, pelo fracasso da experiência inclusiva. Esta tendência acontece devido ao foco que constantemente é colocado nas limitações provocadas pela deficiência, desconsiderando em muitos aspectos todo o ambiente escolar, físico e humano, como fatores de influência tanto para o sucesso quanto para o fracasso da prática da Educação Inclusiva.

Desta forma procuro entender o impacto das dificuldades dos docentes na inclusão propriamente dita e analisar os conhecimentos fisioterápicos como possível auxílio na superação dessas dificuldades, justificando assim a realização do presente trabalho.

Busquei investigar esta problemática através da pesquisa qualitativa e da revisão de literatura sobre o tema. Também gostaria de ressaltar que não estou tratando de propor que o docente da escola regular venha a se tornar um especialista da Educação Inclusiva, mas criar uma proposta que visa auxiliá-lo em sua capacitação para a prática da inclusão, conforme estabelecido e preceituado na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008 (BRASIL, 2008a).

Poucos são os estudos e pesquisas realizados acerca das possibilidades de atuação da Fisioterapia na escola e das possíveis contribuições dos seus conhecimentos na formação docente e capacitação para a prática da Educação Inclusiva. Sendo que alguns desses trabalhos resumem-se a discutir sobre a relevância da presença física do fisioterapeuta no ambiente escolar, analisando as possibilidades de interação entre docentes e fisioterapeutas dentro do ambiente físico da escola. Levada adiante, a proposta de incorporação do profissional de fisioterapia no ambiente escolar poderia mostrar-se inviável uma vez que a escola não se constitui numa instituição de saúde. Além disto, esta seria uma medida contrária às diretrizes da Educação Inclusiva no país, que prevê o Atendimento Educacional Especializado<sup>6</sup> (AEE) para o aluno com deficiência em turno oposto ao da escola, por profissionais especializados.

Desta forma a relevância da realização e do desenvolvimento deste trabalho residiu principalmente no fato de que a proposta aqui abordada teve como particularidade a busca por melhor compreender a relação docente e aluno com deficiência, vista por um ângulo diferente e multidisciplinar, com intuito de favorecer o processo de inclusão, atender a legislação vigente e principalmente tornar este processo um aprendizado proveitoso para todos os envolvidos. Sendo assim, a realização deste estudo foi importante para mim em diversos aspectos, abrangendo tanto o social quanto o acadêmico, bem como o pessoal, uma vez que como pesquisadora em formação também sou uma pessoa com deficiência auditiva e mãe de uma aluna com deficiência motora.

## 1.5 CONTEÚDO DA DISSERTAÇÃO

Feita esta introdução com a explicitação das minhas preocupações e objetivos, considerando toda a complexidade do tema abordado, exponho no segundo capítulo a elaboração de um referencial teórico a partir da revisão de alguns antecedentes e das principais bases da Educação Inclusiva no Brasil e no mundo. Em seguida faço uma breve reflexão acerca da presença de conceitos como um viés de mão dupla tanto na construção de

---

<sup>6</sup> Conforme NOTA TÉCNICA – SEESP/GAB/Nº 09/2010: o atendimento educacional especializado (AEE) é um conjunto de atividades e recursos pedagógicos e de acessibilidade organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos público alvo da educação especial, matriculados no ensino regular. Deve ser ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em centros de atendimento educacional especializado (BRASIL, 2010, p. 1-2). O AEE tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no AEE diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização (BRASIL, 2008a, p.10).

pontes quanto na construção de paredes, ou seja, como estes podem favorecer a inclusão ou tornarem-se fatores excludentes.

Dando sequência ao desenvolvimento da dissertação fundamento no terceiro capítulo as bases metodológicas utilizadas na pesquisa e os caminhos percorridos, informando também quais foram os procedimentos realizados.

No quarto capítulo faço a análise dos dados e discussão interpretativa dos mesmos, compreendendo as dificuldades relatadas pelas docentes e pontuando possibilidades de utilização de conhecimentos da Fisioterapia.

Por fim, no quinto e último capítulo, exponho minhas conclusões e proposições, a partir da percepção construída sobre a problemática.

Quero ressaltar, uma vez mais, que para mim esta dissertação constitui-se num estudo que visa principalmente estimular o debate sobre o tema e a difusão de conhecimentos através do compartilhamento multidisciplinar, especialmente entre a Educação e a Fisioterapia. Trata-se de uma contribuição possível para formação docente e a prática da Educação Inclusiva.

## 2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA: ANTECEDENTES E SIGNIFICADOS ENVOLVIDOS

Como sujeitos capazes de promover mudança, às vezes não percebemos as mudanças que estão ocorrendo. Às vezes não nos damos conta do trabalho de base que fazemos visando a despertar a consciência revolucionária. Às vezes deixamos de reconhecer a importância desse trabalho e o potencial de mudança que a partir dele pode se desenvolver. (FREIRE, 2014a, pp. 53-54)

Hoje, a inclusão da pessoa com deficiência na escola regular é um direito legalmente assegurado, porém devemos nos questionar se a escola está mesmo apta, capacitada e preparada para a recepção deste novo alunado. Destacando mais uma vez que esta recepção não consiste em integração no ambiente físico, mas de todo o processo inclusivo propriamente dito.

Talvez os profissionais de educação não estejam recebendo uma formação adequada e uma capacitação que acompanhe o ritmo vertiginoso dos processos inclusivos, que exige cada vez mais um nível de conhecimento sobre as deficiências e das inúmeras possibilidades de minimizar algumas das limitações impostas por estas e agravadas, muitas vezes, pelo próprio ambiente escolar.

A meu ver incluir significa mais do que aceitar a entrada do aluno com deficiência nas instalações físicas das instituições de ensino. A prática desta inclusão requer antes de tudo um entendimento mais amplo sobre o ser humano, sobre a diversidade e as distintas capacidades das pessoas, para que assim seja possível oferecer os meios adequados que potencializem o desenvolvimento destas crianças em sala de aula, respeitando seus limites, suas diferenças, ampliando suas possibilidades e, por fim, promovendo verdadeiramente a inclusão. Este é um processo que efetivamente exige mudanças.

### 2.1 ANTECEDENTES: BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Antes de abordar o tema específico da Educação Inclusiva e da formação docente, entendo ser importante refletir um pouco sobre a história da Educação Brasileira até os dias atuais e seus contextos de mudança, assinalando importantes passagens que formaram a trilha que possibilitou o surgimento da Educação Inclusiva.

Ao nos debruçarmos na “janela” da história da Educação Brasileira podemos perceber que houve mudanças significativas no que tange a diversos aspectos da prática educativa no país, com maior relevância para as mudanças ocorridas nas últimas três décadas.

Tais modificações históricas sofreram influências de fontes diversas que englobam aspectos e contextos históricos, econômicos, políticos, culturais e sociais.

Gostaria de salientar que não pretendo descortinar toda história da Educação Brasileira, nem mesmo acredito que isso seja possível no espaço do texto desta dissertação. Por esse motivo quero deixar claro desde já que meu objetivo limita-se a realizar um breve resumo histórico, considerando as influências provocadas por diversas conferências internacionais e nacionais, bem como por documentos e leis importantes das últimas décadas, perpassando brevemente pela Educação Especial. Esses foram os elementos que possibilitaram o aparecimento da Educação Inclusiva tal como é entendida hoje.

É sabido que ao longo da história da Educação Brasileira era comum que crianças com deficiência recebessem atendimento em instituições especializadas, mais conhecidas como escolas especiais, inclusive o atendimento educacional com uma grade de conteúdo própria diferente do currículo adotado pela escola regular.

De acordo com Grassi (2014, p. 15) o conceito de Educação Especial considera essa modalidade de ensino como uma “modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para educandos portadores de necessidades especiais”. Entendo que é importante destacar o caráter “complementar” da Educação Especial, que de acordo com o que versa o sexto item do Documento da Procuradoria Federal de Direitos do Cidadão intitulado “O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns da rede regular” informa o seguinte:

A Educação Especial é um instrumento, um complemento que deve estar sempre presente nas Educações Básica e Superior para os alunos com deficiência que delas necessitarem. Uma instituição especializada ou escola especial é assim conhecida justamente pelo tipo de atendimento que oferece, ou seja, atendimento educacional especializado. Sendo assim, suas escolas não podem substituir as escolas comuns em todos os seus níveis de ensino (BRASIL, 2004, p. 14)

A grade curricular das escolas especializadas não era idêntica à grade das escolas regulares, conforme destacou Carneiro (2008), ou seja, não era ofertado ao aluno destas escolas o conteúdo curricular oferecido aos alunos das escolas regulares. Esse foi um dos argumentos utilizados pelos defensores da escola inclusiva: favorecer o acesso de todos ao mesmo conteúdo didático pedagógico, conforme previsto na lei, além do benefício social da convivência com a diversidade, tanto para as pessoas consideradas deficientes, quanto para os demais.



Silva (2009, p. 17) afirma que foi em decorrência do “desenvolvimento tenaz da exclusão” que passou a ocorrer um maior esforço de diversos atores, políticos e sociais, com intuito de tornar o ensino mais objetivo, racional e inclusivo. Assim sendo, o principal objetivo consistia na tentativa de eliminar as discrepâncias entre as garantias legais e a realidade vivenciada pelas pessoas com deficiência. Que embora tivessem garantidos na lei o direito de estar incluídas em todas as esferas sociais permaneciam excluídas do exercício de direitos básicos, como por exemplo, o direito à educação. A autora enfatiza que as reformas na Educação Brasileira ocorridas nas últimas décadas se deram não apenas em decorrência de princípios políticos, mas também e principalmente pelas exigências sociais que se tornaram mais acentuadas.

Gostaria de salientar que foi justamente o reflexo dessa maior consciência política da sociedade, o maior entendimento dos seus direitos, inclusive o direito de exercer a cidadania, que estimulou e continua estimulando as modificações nos sistemas de ensino. Tais modificações são percebidas nas formas de avaliação curricular, nos avanços legais sobre o tema, e especialmente na criação, implantação e implementação de um novo modelo educativo baseado na acessibilidade e inclusão de todos.

Conforme assinalam Quatrin e Pivetta (2008) foram essas transformações do processo educacional brasileiro que possibilitaram o acesso de crianças com deficiência às escolas regulares. Evidentemente, todas essas mudanças não ocorreram repentinamente, mas foi e continua sendo um processo histórico, moldado e implantado gradativamente ao longo de décadas.

Também quero ressaltar que um dos pontos cruciais que possibilitou o acesso da pessoa com deficiência aos sistemas educacionais do país ocorreu de forma mais significativa em 1981, quando a Organização das Nações Unidas (ONU) decretou o Ano Internacional do Deficiente. A partir de então, a nível mundial, a sociedade passou a pensar de forma mais efetiva sobre a problemática da pessoa com deficiência, enfatizando suas possibilidades de vida e não somente suas limitações.

Porém, conforme assinalam Rios e Novaes (2009), tais práticas de inclusão somente tornaram-se mais efetivas a partir dos anos noventa. Foi nesse período que passou a ocorrer um maior engajamento dos governos em relação à inclusão das pessoas com deficiência, sendo também nesta época que estas pessoas começaram a se destacar como um grupo especial da sociedade e acirraram-se as discussões acerca dos conceitos de normalidade e anormalidade com intuito de modificar a consciência das pessoas sobre as deficiências e promover a inclusão.

Vale destacar que de acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) o posicionamento mundial a favor da Educação Inclusiva transformou-se num ato político, cultural, social e pedagógico que teve sua origem fundamentada em movimentos que defendem a não discriminação e o direito de estar e aprender juntos para todos os alunos.

Carvalho (2005), Carneiro (2008), Garcia (2010), Sartoretto (2011) e Grassi (2014) salientam que diversas conferências nacionais e internacionais apoiaram as mudanças da política educacional brasileira, sendo estas de grande importância para o aparecimento do conceito (e das práticas) da Educação Inclusiva. Devido à importância dessas conferências e avanços legais no Brasil gostaria de relatar aqui alguns dos marcos históricos que culminaram nos posicionamentos defendidos pela Educação Inclusiva na atualidade:

- Constituição Federal Brasileira de 1988 – coloca a educação como um “direito de todos e um dever do Estado e da família” (Capítulo III, artigo 205); estabelece como um dos princípios para o ensino a “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (artigo 206, inciso I) e coloca como dever do Estado a oferta de atendimento educacional especializado a pessoas com deficiência “preferencialmente na rede regular de ensino” (artigo 208, inciso III).
- Conferência Mundial sobre a Educação para Todos, realizada entre 5 e 9 de março de 1990, em Jomtien, Tailândia. Esta conferência foi preparada após constatação de que um em cada cinco seres humanos no mundo não tinha acesso à educação. O esforço principal da conferência foi o de conscientizar os governos sobre a prioridade da educação básica e em sua conclusão surgiu a “Declaração Mundial sobre a Educação para Todos”, bem como a proposta de um “Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem”.
- Lei nº 8.069 de 1990. Esta lei reforça os direitos da criança e do adolescente, já previstos na Constituição Federal, através da publicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que lhes garante perante a lei o acesso aos direitos básicos e benefícios sociais da cultura, da vida, da saúde, da dignidade, da convivência familiar e social, do respeito e da educação, entre outros.

- Conferência Mundial de Educação Especial, realizada em junho de 1994 na cidade de Salamanca, Espanha. Nesta conferência foi aprovada a Declaração de Salamanca, que versa sobre os princípios, as políticas e as práticas da Educação Especial. Este documento atesta que o princípio básico que orienta esta modalidade educativa é o da inclusão, ou seja, todas as crianças devem aprender juntas, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças. Conforme Carvalho (2005) é fundamental entender que a Declaração de Salamanca não está voltada exclusivamente para o público alvo da Educação Inclusiva, mas para “todos”, ou seja, a “universalização da escola”. Segundo a autora:

Lendo o texto da Declaração, parece não haver dúvidas de que os sujeitos da inclusão são todos: os que nunca estiveram em escolas, os que lá estão e experimentam discriminações, os que não recebem as respostas educativas que atendam às suas necessidades, os que enfrentam barreiras para a aprendizagem e para a participação, os que são vítimas das práticas elitistas e injustas de nossa sociedade, as que apresentam condutas típicas de síndromes neurológicas, psiquiátricas ou com quadros psicológicos graves, além das superdotadas/com altas habilidades, os que se evadem precocemente e, obviamente, as pessoas em situação de deficiência, também. (CARVALHO, 2005, p. 3)

- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) – lei n. 9.394 de 1996. Esta lei torna a Educação Especial modalidade de ensino a ser oferecida preferencialmente na escola de ensino regular. Vale destacar o artigo 59, incisos 1, 2 e 3, onde se afirma que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos:

Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender suas necessidades, [...] terminalidade específica àqueles que não atingirem o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências e a aceleração dos estudos aos alunos com altas habilidades para que concluam o programa escolar em menor tempo. [...] professores capacitados na rede regular de ensino para propiciar a inclusão dos alunos com necessidades especiais, possibilitando as aprendizagens. (BRASIL, 1996, p.24)

- Convenção de Guatemala. O documento final desta convenção foi aprovado no Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo 198, de 13 de junho de 2001, tendo sido promulgado pelo Decreto 3.956, de 8 de outubro de 2001. Este é um documento que afirma explicitamente a obrigação do cumprimento da Educação Inclusiva no Brasil.

- Resolução CNE/CEB nº 2 de 2001 que institui as diretrizes e normas para a Educação Especial na educação básica: “Os sistemas de ensino devem matricular todos os

alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento dos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos.” (MEC/SEESP/2001).

- O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns da rede regular também foi tratado por um Documento da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão elaborado em 2004. Este documento evoca o princípio da não discriminação, que certamente também diz respeito aos direitos das pessoas com deficiência (dentre estes o da inclusão na área educacional) ao declarar que:

A Constituição Federal elegeu como Fundamentos da República a cidadania e a dignidade da pessoa humana (art. 1º, inc. II e III), e, como um dos seus objetivos fundamentais, a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (art. 3º, inc. IV). (BRASIL, 2004, p. 6)

- Decreto n. 6.094 de 2007 que trata sobre a realização do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. Entre outros temas, este documento assinala a necessidade de esforço conjunto entre União, Estados e Municípios para garantia de acesso e permanência das pessoas com deficiência nas escolas regulares.

- Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) do Ministério da Educação (MEC). Como consequência dos avanços do conhecimento e das lutas sociais, este documento foi elaborado objetivando constituir e orientar políticas públicas promotoras de uma educação de qualidade para todos os alunos.

- Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014. Fruto de debates nacionais com atores sociais da educação, este documento é composto por 20 metas a serem alcançadas até 2020. A Meta número 4 trata da Educação Inclusiva e prevê a universalização do atendimento escolar na rede regular de ensino para: alunos com deficiência, alunos com transtorno global do desenvolvimento, bem como alunos com altas habilidades, na faixa etária entre 4 e 17 anos.

Desta forma, com base em diversos estudos, a exemplo do desenvolvido por Stella e Sequeira (2013), posso concluir que a Educação Inclusiva encontra-se atualmente alicerçada na legislação que permite o surgimento de uma nova possibilidade de educar. Um novo

caminho educativo que não se espelha mais num modelo homogêneo de aprender, mas sim na compreensão da heterogeneidade humana. Enfim, a Educação Inclusiva fundamenta-se em preceitos e princípios legais baseados no acolhimento e no atendimento das necessidades individuais e singulares dos alunos, sejam estas pessoas com deficiência ou não.

## 2.2 O SENTIDO DAS LEIS E DEBATES

Apesar de o Brasil possuir uma legislação de vanguarda no que tange aos direitos das pessoas com deficiência, bem como uma maior abertura à multiplicidade destas, na prática o país ainda não vivenciou avanços que minimizassem significativamente as desigualdades de modo a permitir um maior acesso destas pessoas à Educação e a outros benefícios sociais. Uma boa parte da população formada por pessoas com deficiência, bem como com outros tipos de dificuldades de aprendizagem, permanece à margem dos bens culturais e da seguridade social.

Stella e Sequeira (2013) entendem que o Brasil possui uma legislação bastante clara no que diz respeito à obrigação das escolas de receberem em suas classes alunos com e sem deficiência, porém as autoras destacam que tais aspectos legais por si só não são suficientes para a prática da Educação Inclusiva. Ou seja, não basta garantir a matrícula e a integração dos alunos com deficiência nas classes regulares, mas também é necessário respeitar todos os aspectos inerentes a esta prática educativa, especialmente a eliminação de barreiras arquitetônicas e as mudanças atitudinais dos atores sociais envolvidos no processo de inclusão.

De acordo com Grassi (2014, p. 1) a “implantação das políticas públicas para inclusão educacional de alunos com necessidades educacionais especiais levantou a necessidade de se discutir e promover reflexões sobre a educação brasileira (regular e especial) e sobre a formação de docentes (inicial e continuada)”.

Tais discussões e questionamentos têm sido suscitados também por educadores e profissionais de diversas áreas e apontam divergências, muitas dessas necessárias, além de dúvidas, resistências, críticas, receios e contradições. É um contexto marcado principalmente pela abertura para reflexão, análise crítica, tomada de posição, promoção de mudanças e transformações de posicionamentos. Estamos diante de uma revolução de conceitos, políticas, práticas pedagógicas, familiares, sociais e educacionais.

Porém, na prática, o que se percebe é que apesar dos debates e discussões todos esses direitos tão amplos, bem definidos e já garantidos pela legislação vigente são constantemente

violados e desrespeitados, perpetuando processos de exclusão de direitos humanos básicos. A despeito de todos os avanços legais conquistados e vivenciados aqui e ali, nem todos os alunos com deficiência têm de fato acesso à escola, à aprendizagem e ao conhecimento, bem como ao respeito de suas características individuais.

Dessa forma, posso concluir que mais do que leis e debates faz-se necessário respeitar e garantir efetivamente o exercício dos direitos das pessoas com deficiência e de suas famílias. Neste sentido ressalto a importância de um melhor entendimento sobre o que é a Educação Inclusiva, quais são suas garantias, a quem sua proposta beneficia e qual o papel de cada um dentro desse contexto.

### 2.3 EDUCAÇÃO INCLUSIVA: O QUE ISSO QUER DIZER EXATAMENTE?

Conforme dito anteriormente, a questão da inclusão da pessoa com deficiência vem sendo constantemente debatida no Brasil e no mundo, com especial relevância nas últimas três décadas. Inserida neste cenário de discussões e debates sobre as melhorias necessárias à educação, a inclusão da criança com deficiência na escola de ensino regular passa a ser um direito garantido pela legislação brasileira. Conforme afirmam Garcia et al. (2010, p. 12) hoje “a política educacional do Brasil está apoiada em discursos inclusivos”.

De acordo com Grassi (2014) ainda que existam opiniões de apoio e de repúdio à prática da Educação Inclusiva na escola regular é importante entender que esta modalidade de ensino representa um direito constitucional estabelecido e que atualmente constitui-se como critério básico das políticas públicas educacionais em todos os níveis de ensino nos âmbitos federal, estadual e municipal.

Para Carvalho (2005, p. 1) as formas de interpretar o termo “inclusão”, e em particular a expressão “Educação Inclusiva” são inúmeras e diferentes. Essa multiplicidade de possíveis compreensões decorre do fato das diversas possibilidades de significação para o termo “inclusão” em muitas circunstâncias, dependendo do contexto, do espaço ou do grupo de sujeitos para o qual seja empregado. Por esse motivo, conforme a autora é imprescindível à colocação dos “pingos nos is”, ou seja, faz-se necessário uma boa compreensão do que vem a ser exatamente a Educação Inclusiva.

Em primeiro lugar devo deixar claro que a Educação Inclusiva não diz respeito apenas às pessoas com deficiência. Conforme destaca Silva (2009) a atribuição do significado de Educação Inclusiva atrelada unicamente ao público formado por alunos com deficiência é resultante de um entendimento equivocado da ideia de inclusão.

Conforme Mittler (2003 p. 16, apud Tavares 2010, p. 5) a proposta da Educação Inclusiva refere-se a “todas as crianças que não estão beneficiando-se com a escolarização e não apenas aquelas que são rotuladas com o termo necessidades educacionais especiais”. Gostaria de destacar que a pauta das lutas pela inclusão escolar abrange não apenas todas as mudanças necessárias para o atendimento das necessidades específicas da pessoa com deficiência, mas também as necessidades de todos os alunos. Segundo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008):

A educação inclusiva constitui um **paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos**, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola. (BRASIL, 2008, p. 1, grifos meus)

Por outro lado alguns autores compreendem a proposta Educação Inclusiva como efetivamente direcionada ao público alvo do alunado com necessidades educacionais especiais. Ao discorrer sobre as concepções que permeiam a ideia de Educação Inclusiva Grassi (2014) afirma que a mesma pode ser entendida como sendo uma:

Política pública, direito assegurado pela Constituição Federal Brasileira de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96) e, ainda, como ação educacional que possibilita ao aluno com necessidades educacionais especiais participar das atividades desenvolvidas no contexto da sala de aula regular, aprendendo os mesmos conteúdos que os demais colegas, se apropriando dos conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade, embora de maneiras diferentes, o que demanda um currículo flexível e adaptações de pequeno e de grande porte, implementadas pelo sistema educacional e pelo professor mediador do processo de ensino-aprendizagem, além de uma mudança de paradigma. (GRASSI, 2014, p. 2)

Quatrin e Pivetta (2008) argumentam que incluir significa disponibilizar a estrutura necessária para possibilitar às pessoas público alvo da Educação Inclusiva uma participação mais efetiva nas atividades propostas no ambiente escolar, respeitando suas características individuais e ofertando suportes para a superação de possíveis dificuldades.

Reitero que de acordo com Oliveira et al. (2007), corroborando com as afirmações acima, sustenta que a escola inclusiva deve se constituir como um recinto menos limitador, vinculando-se às transformações educativa e social. Ou seja, devendo se configurar como um lugar de aprendizado coletivo, onde todos possam aprender sendo ofertadas as condições apropriadas para isso.

Embasada nos preceitos legais da Constituição Federal, Sartoretto (2011) argumenta que a Educação Inclusiva está fundamentada em premissas filosóficas, psicológicas e legais, tendo como argumento central para a sua defesa o “fato de que todos nascem iguais e com os mesmos direitos, entre eles o direito de conviver com os nossos semelhantes” (p.1). De acordo com a autora:

Não importam as diferenças, não importam as deficiências: o ser humano tem **direito de viver e conviver com outros seres humanos**, sem discriminação e sem segregações odiosas. E quanto mais “diferente” o ser humano, quanto mais deficiências ele tem, mais esse direito se impõe. E este **é um direito natural, que nem precisaria estar positivado em lei**. Não precisava constar na Constituição. Assim, o direito de estar numa sala de aula, junto com crianças da mesma idade, com ou sem deficiência, é anterior ao direito do professor de dar aula. O direito da criança e do adolescente de estar numa sala de aula é um direito que decorre do fato de ele ser cidadão, é um direito natural. O direito do professor de dar aula decorre de uma portaria, que, em certos casos, pode ser revogada a qualquer momento. Ninguém pode revogar o direito à convivência e à educação. (SARTORETTO, 2011, p. 1, grifos meus)

Assim podemos deduzir que a Educação Inclusiva não deve ser analisada apenas à sombra dos aspectos tradicionais e legais, quase sempre baseados em sistemas padronizados. Entendo que a Educação Inclusiva deve ser vista à luz da pluralidade, das diferenças e da individualidade presente em cada ser humano. Buscando suprimir, dentro das possibilidades de cada um, as possíveis barreiras interpostas entre o aluno e o ensino que lhe é ministrado.

De acordo com as afirmações da Conferência Mundial de Educação Especial, consolidadas na Declaração de Salamanca (1994, p. 5) “o princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter”.

Conforme Ainscow (1997, apud Stella e Sequeira, 2013), para possibilitar tal aprendizado é necessário criar um ambiente de desenvolvimento marcado pela prática dos preceitos da acessibilidade, da igualdade, do respeito e da ausência de preconceitos. Para Ainscow (1997) esse será um ambiente que beneficiará a todos os alunos. Em suas palavras:

As crianças indicadas como tendo necessidades educativas especiais são vozes escondidas que poderão informar e guiar, no futuro, o desenvolvimento das atividades. Nesse espaço estarão todos os alunos, com ou sem deficiências, mas que, certamente, em algum momento de sua escolarização apresentam necessidades educativas especiais, ainda que temporariamente. (AINSCOW, 1997, p. 22, apud STELLA; SEQUEIRA, 2013, p. 2)



Enfim, para que a prática da Educação Inclusiva seja uma realidade vivida, conforme estabelecido na lei e difundido em diversos estudos, é imprescindível a convergência de ações de diversas áreas: políticas públicas, educação e práticas pedagógicas. Certamente esta convergência de ações e saberes não deve dispensar a multidisciplinaridade quando se trata de refletir e encontrar caminhos alternativos para a formação inicial e continuada dos profissionais de educação, especialmente com vistas à capacitação docente para a prática inclusiva no cotidiano escolar.

#### 2.4 EXCLUSÃO, INTEGRAÇÃO E INCLUSÃO: SIGNIFICADOS EM JOGO

Ainda que seja uma garantia legal o direito da inclusão da criança com deficiência na escola regular, entendo ser primordial contemplar acerca da preparação destas instituições para receber este novo alunado em suas salas e classes de forma plena e efetiva.

Segundo Carneiro (2008) é importante conhecer e entender os significados de determinados termos quando se pretende discutir acerca da inclusão de pessoas com deficiência na escola de ensino regular. Sendo assim, entendo ser relevante discutir o uso dos termos: exclusão, integração e inclusão, com ênfase nos dois últimos, destacando que ainda que sejam expressões parecidas não são sinônimos e não devem ser confundidas.

Stella e Sequeira (2013) assinalam que apesar da inclusão estar acontecendo de forma lenta, porém contínua, ainda é comum nos discursos dos docentes a presença de contradições quanto aos significados atribuídos à inclusão. Em pesquisa realizada pelas autoras, elas relatam um fato alarmante que se refere à prática educativa excludente não apenas de alunos com deficiência, mas de outros alunos com dificuldades de aprendizado decorrentes de diversas origens.

As autoras destacam que ainda é realidade, apesar dos avanços legais, a existência de práticas educativas fundamentadas em preconceitos, que não se expressam apenas em atos negativos, mas também em conceitos e estigmas formulados previamente quanto à capacidade deste alunado, com maior ênfase, muitas vezes, para suas dificuldades e limitações do que das inúmeras possibilidades de superação. Acentuando que tais práticas contrariam tudo o que está estabelecido nas diretrizes propostas para a Educação Inclusiva.

Carvalho (2005, p. 2) afirma que a exclusão não deve ser entendida como o oposto da inclusão, considerando as possíveis manifestações desta, a exemplo da “inclusão marginal”, a qual, segundo a autora, consiste numa:

Medida em que a sociedade capitalista desenraiza, exclui, para incluir de outro modo, segundo suas próprias regras, segundo sua própria lógica. Estão neste caso aqueles aprendizes em situação de deficiência que aparecem fisicamente presentes nas turmas do ensino comum, mas que não participam das mesmas atividades propostas aos demais colegas e que, em muitos casos, nem recebem apoio especializado. (CARVALHO, 2005, p. 2)

Sasaki (1997, p. 3, grifos meus) refere-se à inclusão como um “**processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir**, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade”. Sendo assim a inclusão social forma um sistema bilateral onde “as pessoas, ainda excluídas, e a sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos.”.

Segundo Lopes (2008, p. 123) o termo inclusão escolar refere-se “à prática de ensino para crianças com deficiência, em uma sala de aula regular, com apoio de todos os membros da classe”.

O verbete “inclusão”, encontrado no Dicionário Aurélio (1999, p.1093), define esta palavra como: “ato de incluir pessoas com deficiência na plena participação de todo processo educacional, laboral, de lazer, etc., bem como em atividades comunitárias e domésticas”. Já a palavra “integração”, de acordo com Lopes (2008, p. 126), é definida como “incorporar partes distintas em um conjunto”. Desta forma é importante perceber que ainda que sejam termos similares não são sinônimos, e por isso, a mera “integração” da criança com deficiência na escola de ensino regular não deve ser entendido como “inclusão”.

Rios e Novaes (2009) argumentam que de modo distinto da integração, a inclusão implica alterações sociais e, portanto está enraizada no modelo social, que de acordo com as autoras, refere-se ao fato de que para incluir a escola deve:

Levar em consideração a necessidade do aluno, ocorrendo adaptação do ambiente físico e dos procedimentos educacionais, sendo que todas as pessoas devem ter a oportunidade de serem incluídas na escola comum. (RIOS; NOVAES, 2009, p. 2)

Vieira (2014, p. 3) aborda a necessidade de uma melhor compreensão e entendimento acerca das deficiências como um dos aspectos positivos para que a inclusão ocorra. A autora enfatiza que as mudanças devem ser algo mais significativo que apenas executar orientações e técnicas, exigindo “reflexões complexas da comunidade escolar e humana, pois os princípios da Educação Inclusiva estão embasados na aceitação das diferenças e na acessibilidade”.

Para Rios e Novaes (2009, p. 7) a inclusão não deve ser entendida apenas como uma obrigação legal, mas também e principalmente como uma demanda dos direitos humanos e uma oportunidade de aprendizado para todos os envolvidos no processo. As autoras enfatizam que esta não é, muitas vezes, uma questão facilmente compreensível, mas sim um desafio que exige uma transformação em diversos contextos tanto administrativos, quanto sociais e culturais. Ou seja, modificações metodológicas nos procedimentos educativos, na formação docente para a prática inclusiva e “ações compartilhadas e práticas colaborativas que respondam às necessidades de todos os alunos.” As autoras destacam que:

É preciso mergulhar nas bases da inclusão, analisar as necessidades das crianças e adaptar projetos para que se tornem compatíveis com as condições educacionais de cada uma delas. Só assim poderemos transformar a realidade, em que muitos são chamados, mas poucos incluídos. (RIOS; NOVAES, 2009, p. 16)

Enfim, gostaria de salientar o quanto é importante entender que incluir o aluno com deficiência nas classes comuns não é um ato que se refere apenas a garantir sua presença física no recinto escolar. De acordo com Carvalho (2005), a presença da criança com deficiência na escola regular não se configura instantaneamente como garantia de aprendizagem, participação e acessibilidade tanto aos itens físicos quanto humanos que compõem o ambiente escolar. Neste sentido entendo ser necessário pensar a inclusão considerando inúmeros aspectos, dentre os quais se destaca a formação docente para a prática da Educação Inclusiva.

## 2.5 FORMAÇÃO DOCENTE E PRÁTICA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM DESAFIO

A formação do professor é um tema de extrema importância, não apenas do ponto de vista da Educação Inclusiva, mas no âmbito geral. Assim, torna-se importante entender um pouco da evolução na formação docente. Conforme Borges (2013, pp. 27 - 28) ocorreram inúmeros avanços na formação docente nos últimos dois séculos:

- 1827 – 1890: conhecido como Ensaio Intermitentes de Formação de Professores, esse período se iniciou com a Lei das Escolas de Primeiras Letras (instrução de professores no método de ensino mútuo) e termina em 1890 com o início do modelo de Escolas Normais;

- 1890 - 1932: expansão do modelo das Escolas Normais (reforma paulista da Escola Normal) anexando a escola-modelo;
- 1932 - 1939: reformas de Anísio Teixeira, no Distrito Federal, e de Fernando de Azevedo, em São Paulo;
- 1939 - 1971: implementação e organização dos cursos de Pedagogia;
- 1971 - 1996: a Escola Normal é substituída pela habilitação específica do Magistério;
- 1996 - 2006: surgem os Institutos Superiores de Educação, Escolas Normais, e novo delineamento do curso de Pedagogia.

Por estes motivos a discussão e a busca de ações afirmativas quanto à formação docente é um tema importante, independentemente do contexto histórico e social. Porém, entendo que essa discussão adquire ainda maior relevância quando o assunto em pauta é a formação docente para a Educação Inclusiva. Em detrimento de tal constatação abordarei aqui alguns aspectos da formação docente, inicial e continuada.

Recordo que os anseios da Educação Inclusiva sugeridas neste estudo convergem para uma proposta de formação continuada do profissional de educação, através do compartilhamento de conhecimentos da Fisioterapia com docentes da escola regular para a prática da Educação Inclusiva.

Diversas são as pesquisas realizadas acerca do tema (CHESANI et al., 2006; OLIVEIRA et al., 2007; FRIAS e MENEZES, 2008; BARTALOTTI et al., 2008; QUATRIN e PIVETTA, 2008; BARBOSA et al., 2008; JORQUEIRA e BLASCOVI-ASSIS, 2009; MEDEIROS e BECKER, 2009; VITAL et al., 2010; MORAES et al., 2010; MOTA e PEREIRA, 2010) onde os estudiosos deixam claro que a falta de preparo e conhecimento por parte de profissionais da educação sobre as deficiências e suas peculiaridades específicas tornam-se um obstáculo para que ocorra uma real inclusão escolar, e principalmente para que seja cumprido o que já é garantido pela lei, o acesso a educação como um direito de todos.

Bartalotti et al. (2008) em pesquisa realizada com profissionais de educação e saúde, sobre a inclusão da criança com deficiência na escola de ensino regular, verificaram através

dos depoimentos que prevaleceu uma quase ausência de objeção quanto a inclusão por parte dos participantes do estudo.

Por outro lado, a pesquisa de Bartalotti et al. (2008) também revelou a existência de uma escassez de qualificação e preparo para execução das práticas propostas para a Educação Inclusiva. De acordo com as mesmas houve um grande número de profissionais que manifestaram uma inevitabilidade quanto a adequação curricular através de diversas ações, à exemplo de oficinas, cursos de reciclagens e outros treinamentos pertinentes que os auxiliem tanto para o manejo físico da criança, quanto para a compreensão das possibilidades de desenvolvimento de suas potencialidades. Neste sentido, Oliveira et al. (2007) entendem que:

**A formação dos futuros docentes deve fornecer orientações positivas frente à deficiência e desenvolver-lhes um entendimento daquilo que pode ser alcançado** nas escolas de ensino fundamental, especialmente por ser este o nível de ensino onde se implantou de forma mais marcante a educação inclusiva, adquirindo conhecimentos e habilidades para lidar com a educação inclusiva. (OLIVEIRA et al., 2007, p. 3, grifos meus)

Jesus e Effgen (2012) argumentam sobre a necessidade de investimento na formação docente para a prática da Educação Inclusiva, segundo os autores:

**Concordamos que há, sim, que se investir maciçamente na formação inicial e continuada do educador.** Falamos de política educacional pública que garanta ao educador o direito ético da formação de qualidade. Uma formação que considere a diversidade, no caso específico do aluno com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. (JESUS; EFFGEN, 2012, p. 20, grifos meus)

Destaco que a partir da lei nº 10.172, publicada em 9 de janeiro 2001, e da Resolução nº 2 do CNE/Câmara de Educação Básica, publicada em 11 de setembro do mesmo ano, já existem orientações a serem observadas quanto aos aspectos legais para a preparação dos professores com vistas aos novos desafios que surgiram com a Educação Inclusiva.

Gostaria de destacar que conforme esses documentos, o currículo do novo professor deve conter conhecimentos que possibilitem o entendimento acerca da inclusão, sendo que aos professores que foram privados de tal formação, conforme o estabelecido nestas legislações deve-se oferecer novas possibilidades de formação continuada com intuito de capacitar todos os docentes para o novo contexto de prática da Educação Inclusiva.

O nono item do Documento da Procuradoria Federal de Direitos do Cidadão (2004) afirma que para possibilitar à inclusão as escolas de ensino regular devem procurar eliminar

suas barreiras em todos os níveis, através da adoção de métodos e práticas de ensino escolar adequado às diferenças dos alunos em geral, sendo assim:

**Todos os cursos de formação de professores**, do magistério às licenciaturas, **devem dar-lhes a consciência e a preparação necessárias para que recebam, em suas salas de aula, alunos com e sem necessidades educativas especiais**, dentre os quais alunos com deficiência. [...] devem preparar esses profissionais de modo que possam prestar atendimento educacional especializado, em escolas comuns e em instituições especializadas, envolvendo conhecimentos como: código de Braille, Libras, técnicas que facilitem o acesso de pessoa com deficiência ao ensino em geral, e outros com a mesma finalidade. (BRASIL, 2004, p. 20, grifos meus)

Stella e Sequeira (2013), em um estudo realizado com diversos professores da escola regular, assinalam a formação como um item importante para a realização de um trabalho de apoio aos docentes destas escolas, argumentando que:

Todos falam dos direitos, mas sabemos que estes só serão cumpridos de fato quando existir um trabalho com esses professores para que se sintam implicados a dialogar e resolverem os problemas que surgirem durante o percurso. O princípio da inclusão se refere a todos, incluindo o professor, e que este só realizará um trabalho inclusivo quando se sentir acolhido para expressar seus sentimentos de angústia e medo frente a este processo. (STELLA; SEQUEIRA, 2013, pp. 9-10)

Para Grassi (2014) o desenvolvimento da Educação Inclusiva requer modificações imediatas e constantes, desta forma podemos concluir que existe a necessidade de ofertar aos docentes e futuros docentes das escolas regulares uma formação inicial e continuada que atenda as possíveis demandas presentes neste contexto escolar. Uma formação embasada na valorização e respeito à diversidade humana que favoreça a operacionalização e a negociação de estratégias que viabilizem e/ou auxiliem os processos de aprendizagem.

Assim, a formação dos docentes, quer seja inicial ou continuada, deve estar respaldada em argumentos referentes à “humanização” do processo educacional onde estes recebam preparação para escutar, investigar, analisar, recepcionar e especialmente aprender a conviver com a diversidade humana, com as diferenças individuais de todos, inclusive as suas próprias. Grassi (2014) entende que a formação docente é mais uma das mudanças necessárias para a concretização dos ideais da Educação Inclusiva:

O sistema escolar e as escolas, que o constituem, precisam se modificar, o que implica em rever políticas públicas, princípios filosóficos, concepções pedagógicas, práticas pedagógicas, procedimentos de ensino, implementar

adaptações curriculares e arquitetônicas, promover formação continuada de docentes e estabelecer uma política pública e um plano de ação envolvendo a comunidade escolar, dividindo responsabilidades e construindo uma rede de apoio para os alunos que dela necessitem. (GRASSI, 2014, p.9)

Neste sentido entendo que é fundamental a preparação do docente para recepção e atuação com este novo alunado, compreendendo a diversidade de suas características, sejam estes alunos com ou sem deficiência. Os docentes devem ser capacitados para buscar alternativas com vistas à superação das dificuldades no contexto escolar tendo respeitadas as possibilidades de cada um, especialmente dos alunos com deficiência, para que a inclusão deixe de ser mera teoria e passe a ser efetivamente uma realidade vivida.

Mantoan (1997, p. 123) destaca que para que a inclusão se torne realidade na prática é preciso “um esforço efetivo, visando capacitar os professores para trabalhar com as diferenças, a diversidade, nas suas salas de aula”. Entendo que esse tipo de esforço deve ser colocado em prática nos cursos de formação de professores.

Em síntese, os desafios da Educação Inclusiva são também os desafios de todo o sistema educacional. Neste sentido, Carvalho (2005), nos traz uma declaração muito pertinente sobre as condições necessárias para que possamos vencer estes desafios:

Não pretendo cair no risco do moralismo abstrato e nem da retórica política. **O processo é complexo, lento e sofrido, mas é possível melhorar as escolas que temos.** É possível reverter os quadros do fracasso escolar evidentes nas estatísticas educacionais brasileiras. É possível remover barreiras para a aprendizagem e para a participação de todos os alunos (inclusive dos que estão em situação de deficiência), **desde que haja vontade política, gerenciamento e lideranças competentes e convencidas, além de professores qualificados em sua formação inicial e continuada.** (CARVALHO, 2005, p. 6, grifos meus)

Para Carvalho (2005) ao pensarmos a Educação Inclusiva é fundamental considerar as questões relativas à diversidade e ao direito à igualdade. Ou seja, como oferecer oportunidades a todos respeitando características individuais, inclusive aquelas relacionadas com as deficiências, bem como dos demais públicos da Educação Inclusiva. A autora faz uma reflexão quanto à vontade política como “ingrediente indispensável na busca de soluções” e faz um questionamento fundamental: **“temos, governo e educadores, realmente, vontade coletiva de tornar nossas escolas inclusivas?”**. (CARVALHO, 2005, p. 6, grifos meus)

Quando se fala em diversidade é impossível não pensar nas diferentes características humanas que são moldadas tanto biológica quanto socialmente e que assim acarretam também necessidades diferenciadas e individualizadas a cada ser humano. Sendo assim, é importante

pensar na diferenciação que funciona como um viés de mão dupla, podendo tanto favorecer a inclusão quanto potencializar a exclusão. Para Mantoan (2011):

**A aprendizagem que nos falta para distinguir a diferenciação para incluir, da diferenciação para excluir, sobrevém aos encontros com esse Outro**, que difere sempre e que não se deixa capturar. Ela é essencialmente ativa e mobilizadora, pois o confronto com a alteridade, quando nos deixa perplexos, constitui o seu momento ideal, impulsionado pela incerteza, pela dúvida, pelo desejo de enfrentar o desconhecido. (MANTOAN, 2011, p. 7, grifos meus)

A autora declara, ainda, que os critérios de avaliação e de promoção fundamentados em aproveitamento escolar previstos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) não podem ser organizados de forma a descumprir os princípios constitucionais da igualdade de direito ao acesso e permanência na escola.

Stella e Sequeira (2013, p. 7) fazem uma reflexão acerca do que chamam de “deficiência como figura e vida de fundo”, mostrando que a sociedade em geral desloca o ponto para além do aluno e suas reais possibilidades, destacando os limites, impossibilidades e demais aspectos fundamentados demasiadamente na deficiência, desconsiderando assim todos os demais componentes humanos no desenvolvimento de potencialidades da criança.

As autoras destacam que a remoção de conceitos prévios é fator determinante para possibilitar a efetivação da Educação Inclusiva, devendo-se, portanto, abster-se de generalizações quanto às possíveis dificuldades desses alunos, tendo em vista o respeito à individualidade de cada um. Rios e Novaes (2009) relatam que um dos fatores determinantes para a universalização de conceitos equivocados sobre as pessoas com deficiência reside na ausência ou insuficiência de formação que qualifique e capacite os docentes para a relação com estes alunos.

Silva (2009) coloca que a Educação Inclusiva necessita, para sua afirmação no contexto da escola regular, de ações afirmativas no que diz respeito a inúmeros aspectos, como: gestão e planejamento adequado por parte das instituições de ensino, oferta de formação adequada baseada nos preceitos inclusivos, apoio político, social e da família. Some-se à colocação da autora, a ideia trazida na realização do presente estudo, ou seja, a inserção de conhecimentos multidisciplinares, dentre os quais os fisioterápicos, como auxílio para a superação desse desafio.



## 2.6 MULTIDISCIPLINARIDADE E FISIOTERAPIA: POSSIBILIDADES

Gostaria de iniciar compartilhando uma sábia reflexão de Rubem Alves, um dos maiores educadores brasileiros que faleceu recentemente nos deixando como herança uma obra rica em escritos inspirados, plena de inquietações, tal como podemos perceber na citação a seguir:

**Não sei como preparar o educador.** Talvez por que isso não seja nem necessário, nem possível [...] **É necessário acordá-lo.** E aí aprendemos que educadores não se extinguíram como tropeiros e caixeiros. Porque, talvez, nem tropeiros, nem caixeiros tenham desaparecido, mas permaneçam como memórias de um passado que está mais próximo do nosso futuro que o ontem. Basta que chamemos do seu sono, por um ato de amor e coragem. E talvez, acordados, repetirão o milagre da instauração de novos mundos. (ALVES, 2012, p.36, grifos meus)

É neste sentido que quero deixar claro que as modificações curriculares a serem sugeridas a partir deste trabalho, quanto às contribuições dos conhecimentos da Fisioterapia na formação docente para a prática da Educação Inclusiva, não tem a pretensão de encontrar uma fórmula mágica para tornar a inclusão uma realidade na escola regular. Tal como disse sabiamente Alves (2012), o que todos almejamos é “acordar” os educadores para suas possibilidades de atuação adormecidas, através de uma nova forma de trabalhar com diversos e diferentes conhecimentos a favor de um propósito maior: a prática da Educação Inclusiva.

Algumas pesquisas (CHESANI et al., 2006; JORQUEIRA e BLASCOVI-ASSIS, 2009; MEDEIROS e BECKER, 2009; MORAES et al., 2010; MOTA e PEREIRA 2010) destacam a importância de uma abordagem multidisciplinar na inclusão da criança com deficiência na escola de ensino regular. São trabalhos que salientam a relevância da interação entre profissionais de educação e da área de saúde, entre estes o fisioterapeuta.

É inegável que a educação brasileira passou por inúmeras transformações ao longo dos anos, porém talvez nenhuma tenha sido tão discutida quanto à inclusão da pessoa com deficiência no ensino regular, ou seja, o surgimento da Educação Inclusiva.

Conforme Mantoan (2011, p. 7) “as mudanças na Educação Especial e na escola comum estão vivendo o assombro pelo Outro, pelo diferente.” Supõe-se que para compreender os “outros” talvez seja necessário a formação ou (re)construção de uma nova consciência acerca do papel de cada um neste processo. Neste sentido, compartilhar conhecimentos de forma multidisciplinar pode ser um importante dispositivo para esse entendimento e para essa conscientização sobre o “outro” e sobre o “si mesmo”.

Ao falar sobre as consciências e sobre a construção de novas consciências em relação ao “outro” e ao “diferente”, bem como em relação ao “si mesmo”, todos em interação com o mundo mediada através da comunicação, gostaria de recordar que Freire (2013a) já preconizava a necessidade de encontro das consciências num mundo comum de significados, que possibilite inclusive a divergência:

**As consciências não se encontram no vazio de si mesmas, pois a consciência é sempre, radicalmente consciência do mundo.** Seu lugar de encontro necessário é o mundo, que, se não for originariamente comum, não permitirá mais a comunicação. Cada um terá seus próprios caminhos de entrada neste mundo comum, mas a convergência das interações, que o significam, é a condição de possibilidades de divergências dos que, nele, se comunicam. A não ser assim, os caminhos seriam paralelos e intransponíveis. As consciências não são comunicantes porque se comunicam; mas comunicam-se porque comunicantes. (FREIRE, 2013a, pp. 20-21, grifos meus)

Segundo Mantoan (2011, p. 7) não é suficiente “Reconhecer o Outro como o diferente” por conta da grande diversidade de “outros”, que se diferenciam infinitamente. Desta forma “a compreensão do que é ser o outro se torna limitada e por isso não é possível uma catalogação desses outros”, e isso decorre das infundáveis características distintas inerentes aos seres humanos. Retomando a reflexão de Freire (2013a), entendo que é imprescindível que aconteça comunicação e interação com o “outro”, com o “diferente”, pois de outra forma o reconhecimento não é mais que a mera tolerância, assim o mundo continua dividido entre “nós” e “eles” – sem um ponto de encontro de consciências comunicantes onde a Educação é possível.

A definição de Fisioterapia, encontrada no Dicionário Ilustrado de Fisioterapia (Lopes, 2008), evidencia que esta é uma ciência da saúde que estuda, previne e trata distúrbios cinéticos funcionais intercorrentes em órgãos e sistemas do corpo humano. Partindo deste conceito, entendo que o compartilhamento dos conhecimentos da Fisioterapia com o corpo docente possa ser de grande utilidade em diversos aspectos da prática educacional.

Conforme o CREFITO – Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, o “profissional da Fisioterapia tem como objeto de estudo o movimento humano. É ele quem avalia, previne e trata os distúrbios da cinesia<sup>7</sup> humana, sejam decorrentes de alterações de órgãos e sistemas ou como repercussões psíquicas e orgânicas.”.

---

<sup>7</sup> O termo cinesia: referente ao movimento do corpo. (Aulete, 2011, p. 134).

A lei que regulamenta a profissão do fisioterapeuta é a Lei Nº 938, de 13/10/69. De acordo com Bispo (2009) foi em 1929 que surgiu a Fisioterapia no Brasil, motivada pelo grande número de casos de poliomielite, sendo criado o primeiro curso técnico na Santa Casa de Misericórdia de São Paulo. De acordo com o autor a Fisioterapia ainda é vista como uma profissão nova no país, cerca de 46 anos, porém houve um crescimento vertiginoso na quantidade de oferta de formação superior em Fisioterapia entre os anos de 90 até a atualidade.

Conforme consulta ao site da FSBA - Faculdade Social da Bahia (2015), são inúmeras as áreas e possibilidades de especialização do fisioterapeuta, à exemplo da: respiratória, obstetrícia, pediatria, uroginecologia, dermatofuncional, ortopedia, neurologia,, traumatologia, esportiva, cardiologia, saúde da mulher, saúde do idoso, saúde da família, saúde do trabalhador, entre outras.

Saliento que o tratamento fisioterapêutico é baseado no conhecimento e entendimento das funções de forma individualizada, sendo este fator imprescindível para o sucesso da terapêutica utilizada. Conhecer para intervir da forma mais adequada, dentro das possibilidades do profissional e do paciente.

Landmann et al. (2009) dizem que “conhecendo o indivíduo e sua circunstância é possível uma ação eficiente e permanente”. Freire (2013b, p. 29) chama a atenção para o fato de que “conhecer é tarefa de sujeitos, não de objetos. E é como sujeito, e somente enquanto sujeito, que o homem pode realmente conhecer”.

De acordo com Alonso (2013), para a realização de uma verdadeira prática inclusiva é imprescindível readequar e fortalecer o currículo dos profissionais de educação para que através da formação voltada para a inclusão e para a diversidade se possa criar e manter uma rede de relacionamento entre docentes, alunos, equipe escolar, família, sociedade e também entre estes e profissionais de saúde que atendem as crianças com necessidades educacionais especiais.

Tendo em vista a perspectiva proposta por Alonso (2013), torna-se importante que haja uma mudança no paradigma educacional predominante no país, tanto nos modelos de ensino, quanto na consolidação de uma multidisciplinaridade educativa. Precisamos encontrar soluções que possibilitem a inclusão verdadeira, não apenas no que tange às exigências legais, mas principalmente no que diz respeito aos preceitos humanos. É neste contexto de soluções multidisciplinares que os conhecimentos fisioterápicos podem vir a ser uma contribuição positiva para aqueles educadores que praticam a Educação Inclusiva.

## 2.7 CONCEITOS E PRECONCEITOS: PAREDES OU PONTES?

Falar acerca da inclusão da pessoa com deficiência é falar de um tema atual, porém não é discutir um assunto novo, uma vez que já vem sendo discutido e debatido desde um longo período no Brasil e no mundo. Porém, apesar de tantos debates esse ainda é um tema que gera inúmeras controvérsias e posicionamentos divergentes, que variam da aceitação à negação, da defesa ao repúdio e até mesmo da prática inclusiva à exclusão. Portanto, dialogar sobre inclusão é falar de um tema amplo, complexo e que abrange um grande leque de possibilidades, uma vez que pode ser conjecturado a partir de diversos ângulos, como por exemplo, a questão dos conceitos e preconceitos.

Como já dito anteriormente, atualmente no Brasil o direito da pessoa com deficiência de estar inserida em um contexto social, de conviver com os demais e de ter acesso aos mesmos benefícios sociais está assegurado na Constituição Federal e respaldado em outras inúmeras leis, decretos, emendas e convenções. Assim, é inegável que houve inúmeros avanços nessa temática ao longo da história e hoje, no âmbito nacional, temos uma legislação bastante consolidada no que diz respeito aos direitos da pessoa com deficiência e sua inclusão nos mais diversos espaços da sociedade. Porém, para que a inclusão de fato ocorra são necessários diversos outros fatores que se articulam entre si, favorecendo ou não o cumprimento do que já está garantido na lei.

Conceitos e preconceitos se configuram como fatores importantes na criação de processos inclusivos (ou excludentes), tendo em vista que tais formulações, no plano da linguagem e do pensamento, podem vir a influenciar as atitudes e posturas diante das novas demandas da sociedade inclusiva, já que se transformam em mecanismos humanos que tanto podem servir para construir “pontes” que favoreçam os processos inclusivos, quanto podem resultar na construção de grandes e grossas “paredes” que delimitam e segregam os considerados diferentes para muito além das limitações impostas pela própria deficiência.

É inegável que ao conhecermos uma pessoa é um tanto difícil, se não impossível, abster-se de formar uma impressão primária acerca dessa pessoa. E muitas vezes essa primeira impressão vem embasada em conceitos que temos sobre diversos assuntos e até aí não existe nenhum malefício. Porém, entendo que é importante refletir até que ponto a presença ou ausência de conceitos sobre determinados temas podem influenciar nossas posturas diante de determinadas situações (tais como a inclusão da pessoa com deficiência) a ponto de culminar com a formação ou ampliação de preconceitos.

Ao evocar o impacto que conceitos e pré-conceitos podem ocasionar nas relações humanas é impossível não relacionar esse impacto com o tema da inclusão, com foco em seu papel como um facilitador ou como um obstáculo para a prática dos processos inclusivos. Diante dessa constatação surgem dúvidas e indagações diversas. Uma dessas perguntas, que urge ser respondida, é a seguinte: até que ponto a presença ou ausência de conceitos sobre as deficiências pode favorecer ou dificultar os processos inclusivos e a inclusão de pessoas com deficiência em diversos contextos?

Neste sentido, em função desse questionamento principal, partindo das minhas inquietações e da necessidade de ações afirmativas frente aos novos desafios enfrentados com a vivência prática dos processos inclusivos, gostaria de discutir nesta reflexão como a presença ou ausência de conceitos torna-se uma influência para alimentar preconceitos e configurar-se como uma barreira para estes processos.

Considerando a complexidade do tema e a multiplicidade de possibilidades, minha preocupação inicial seria dialogar acerca das definições de conceitos, pré-conceitos e preconceitos, passando posteriormente para uma discussão acerca das deficiências e dos processos inclusivos, a relação da presença ou ausência desses conceitos com a formulação de preconceitos e estereótipos sobre as pessoas com deficiência que terminam por desfavorecer os processos inclusivos de modo geral. Gostaria de ressaltar que com esta reflexão meu objetivo é principalmente a construção de conhecimentos com intuito de favorecer a construção de pontes que favoreçam a criação e a vivência de processos inclusivos, e não de paredes.

## 2.8 DO QUE ESTAMOS FALANDO MESMO?

De acordo com o Dicionário Aulete (2013) a palavra conceito, originária do latim *conceptus*, significa basicamente “capacidade intelectual e cognitiva do ser humano; percepção que uma pessoa possui acerca de uma palavra; concepção ou noção: modo de pensar, de julgar; ponto de vista; expressão ou frase cujo conteúdo é de teor moral; em Filosofia: imagem mental feita de um objeto (concreto ou abstrato) cujo conteúdo é de extrema importância ao pensamento; noção ou ideia abstrata”.

Conforme Borges (2014), de forma sucinta podemos entender conceitos como “ideias elaboradas, organizadas e desenvolvidas a respeito de um assunto e exigem análise, reflexão e síntese”. De acordo com o autor ocorre que frequentemente antes de se chegar a um conceito formam-se preconceitos, para ele:

**O preconceito é uma primeira compreensão**, em geral, parcial, incompleta, fosca, de alguma coisa. Uma opinião formada sem reflexão. Talvez, por isso, muitos preconceitos têm um sentido negativo. O preconceito pode ser um ponto de partida que, se for bem desenvolvido, pode tornar-se um conceito, ou seja, um conhecimento mais amplo e completo. O preconceito **só se torna negativo quando ficamos nele**, sem desenvolvê-lo. **Aí ele nos limita**, nos impede de ver as coisas de uma maneira mais desenvolvida, ampla, transparente. (BORGES, 2014, p. 1, grifos meus)

De acordo com a definição que todos podem encontrar no dicionário online de Português (2014) a palavra preconceito significa:

Opinião ou pensamento formulado acerca de algo ou de alguém cujo teor é construído a partir de análises sem fundamentos, sendo concebidas sem conhecimento e/ou reflexão; prejulgamento. Forma de pensamento na qual a pessoa chega a conclusões que entram em conflito com os fatos por tê-los prejulgado. Repúdio demonstrado ou efetivado através de discriminação por grupos religiosos, pessoas, ideias; pode-se referir também à sexualidade, à raça, à nacionalidade, etc.; intolerância. Comportamento que demonstra esse repúdio. Convicção fundamentada em crenças ou superstições; cisma. (Etm. pré + conceito) (DICIONÁRIO, 2013)

Para Silva e Barbosa (2014, p. 25) “o preconceito pode ser entendido como uma atitude hostil que se expressa por generalizações e juízos imprecisos”. As autoras destacam a importância de diferenciar pré-conceito e preconceito:

**Os pré-conceitos funcionam como pré-requisitos para a aquisição de novos conhecimentos**, sua ausência poderia impedir o indivíduo de estabelecer relações entre um conhecimento novo e um conhecimento anterior, aspecto fundamental para a construção de um pensar reflexivo. Ou seja, o pré-conceito é imprescindível para a construção do conhecimento do sujeito. **Contudo, sua predominância pode também conduzir a negação da própria experiência de contato com o novo conhecimento**. Dessa forma, o pré-conceito compreendido apenas nessas duas vertentes pode levar à alienação e conduzir o indivíduo ao que denominamos de preconceito, na medida em que se nega a reflexão e/ou se impede a experiência com o objeto. **O preconceito é a fixação de conceitos prévios, e enrijecidos que impedem a experiência**. (SILVA; BARBOSA, 2014, p. 25, grifos meus)

Mittler (2003) reflete, ainda que indiretamente, sobre um aspecto que nos remete ao tema abordado nesta reflexão, quando afirma que passou a “acreditar que o maior obstáculo para a mudança está dentro de nós mesmos, seja nas nossas atitudes, seja nos nossos medos”. O mesmo autor destaca ainda que existe uma tendência de “**subestimar pessoas e de**

**superestimar as dificuldades**” e que assim incorre-se no risco de “cair na linguagem do ‘nós’ e do ‘eles’” (MITTLER, 2003, p. 16-17, grifos meus), salientando que é muito pouco provável essas duas palavras servirem como construtoras de uma sociedade inclusiva.

Alves (2011, p. 11) nos alerta para o poder das palavras e diz que esse poder “não está nelas mesmas. Está no jeito que as lemos. Tarefa difícil que devemos aprender. É preciso ler com todo o corpo, não só com os olhos e o intelecto”. Citando o filósofo dinamarquês Kierkegaard, Alves conclui que “o poder mágico das palavras não se encontra no que elas dizem, mas no como são ditas”. Assim, utilizando a mesma linha de pensamento do autor podemos concluir que a importância dos conceitos está muito mais no uso que fazemos deles do que no próprio conceito em si. Podemos utilizar o mesmo conceito de diversas formas e com intuítos diferentes, e é este uso que irá resultar ou não com a geração de preconceitos.

De acordo com Silva e Barbosa (2014, p. 26) “o preconceito tem como principal característica o agir de forma automatizada – sem reflexão – pois está relacionado a auto conservação, ou seja, o indivíduo para se sentir seguro busca criar mecanismos psíquicos ilusórios, frente a sua real impotência diante de qualquer ameaça de sofrimento, de medo, ou de perigo”.

Para Cortella (2012, p.15-17) uma das atitudes adotadas com base em preconceitos é o típico “não vi e não gostei” e segundo o autor o preconceito “é a adesão irrefletida, isto é, uma convicção sem fundamento, seja contra ou a favor [...], a antipatia gratuita ou a simpatia gratuita” comentando que: “o preconceito é uma redução mental que produz a diminuição da capacidade de conviver, de refletir, de fazer melhor, de inovar e partilhar”.

Para Bandeira e Batista (2002, p. 138) “o preconceito é a valoração negativa que se atribui às características da alteridade. Implica a negação do outro diferente e, no mesmo movimento, a afirmação da própria identidade como superior/dominante”.

## 2.9 A DEFICIÊNCIA E SUA CONCEITUAÇÃO

Por definição, na Fisioterapia, a deficiência pode ser entendida de forma resumida, conforme Lopes (2008), como uma desvantagem social para um determinado indivíduo, resultante de um comprometimento ou incapacidade que limita ou impede a concretização de um papel ou tarefa considerada normal. No Brasil, de acordo com dados divulgados através do último Censo Demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2010, existem cerca de 45 milhões de pessoas com alguma deficiência no país.

Além de ser um número bastante significativo, trata-se de um número que cresce a cada ano. Neste sentido, entendo que fica ainda mais evidente a necessidade de criação de novos meios que favoreçam o processo de inclusão destas pessoas em todos os âmbitos, conforme determina os valores humanistas e a legislação vigente no país.

Sendo assim, gostaria de registrar aqui um cuidadoso entendimento sobre os conceitos de deficiência existentes, como estes podem impactar as relações e os processos de inclusão, com intuito de mostrar como preconceitos e estereótipos podem ajudar a excluir e marginalizar ainda mais as pessoas e crianças com deficiência.

Gostaria de ressaltar que os conceitos sobre deficiência são úteis para ampliação de estratégias específicas que visem favorecer a inclusão de pessoas com deficiência, porém não devem e não podem servir como único fator para tal tendo em vista a grande diversidade do gênero humano. Devemos sempre levar em conta que esta diversidade também está presente na vida e no cotidiano das pessoas com deficiência, que são antes de tudo seres humanos com expectativas, sonhos, medos, limites e todos os demais aspectos que caracterizam a tão complexa humanidade.

Com base nos conceitos de desenvolvimento de Vigotsky (1994) pode-se entender a formação do sujeito, de todos os sujeitos, como um emaranhado que engloba aspectos biológicos, culturais, religiosos, históricos e sociais, que estão intimamente relacionados e de modo geral terminam por influenciar todo o desenvolvimento da pessoa. Talvez, pensando justamente nessa questão, Vigotsky (1997) propôs a existência de dois tipos distintos de deficiências oriundos de contextos diferentes, às quais denominou de deficiências primária e secundária.

Para Vigotsky (1997) a deficiência primária seria o resultado de disfunções de ordem orgânica e biológica, estando intrinsecamente relacionada ao próprio indivíduo. Já a deficiência secundária seria o conjunto das consequências psicossociais da deficiência, deste modo, estaria mais relacionada aos contextos externos ao indivíduo.

De acordo com Silva e Barbosa (2014) faz-se necessário considerar que ocorreu uma estigmatização das pessoas com deficiência em virtude de ideologias e estereótipos, que culminaram com a acentuação da exclusão social delas, sendo que tais mecanismos de exclusão foram reforçados por “representações de incapacidades que subtraem ou impedem a experiência e participação” (p. 26) destes sujeitos. As autoras destacam que:

A compreensão da deficiência como manifestação da diversidade humana admite que os impedimentos de ordem física, sensorial ou intelectual são



potencializados pelas barreiras sociais que provocam desigualdade e discriminação. (SILVA; BARBOSA, 2014, p. 29)

É inegável que os impactos da deficiência na vida de uma pessoa são inúmeros. Seja a deficiência congênita<sup>8</sup> ou adquirida<sup>9</sup>, de maneira geral podemos dizer que estes impactos variam em decorrência de diversos outros fatores tais como os níveis de comprometimento neurológico, psicológico e motor (muscular), e também os contextos social, cultural, econômico e familiar nos quais a pessoa com deficiência está inserida.

De modo geral sabemos que ocorre toda uma modificação na estrutura funcional do indivíduo na tentativa de suprimir as limitações e deste modo, muitas vezes, ampliar ou possibilitar funcionalmente o desenvolvimento ou a realização de uma tarefa. Entendo que é imperativo proporcionar os meios necessários para o alcance do objetivo, ou seja, é muito importante para uma pessoa com deficiência encontrar meios para a realização de uma determinada tarefa ou ampliação das possibilidades de desenvolvimento funcional para execução desta.

Desta forma é sumamente importante o entendimento do que é a deficiência, da sua fisiologia e das possíveis limitações decorrentes da mesma, porém ainda mais importante é entender que a pessoa com deficiência é antes de tudo uma pessoa, e como tal não pode, e não deve, ser catalogada, estereotipada e pré-conceituada com base nos conceitos que definem as deficiências e todos os percalços que as permeiam.

De acordo com Mariani (2014) existe uma diferença entre pré-conceito e preconceito, assim como há uma diferença entre uma sinédoque<sup>10</sup> e uma generalização. Para ele é extremamente relevante diferenciar estes dois termos para não incorrer em erros e equívocos que podem culminar na perpetuação do preconceito propriamente dito. Segundo a autora, o que diferencia um pré-conceito de um preconceito é o fato de que:

Um preconceito é algo que não é superado com o tempo, é algo que impede uma verdadeira relação pessoa-pessoa, ou pessoa-objeto, agora um pré-conceito é algo inevitável, a construção dos conceitos de qualquer objeto por nossa parte acontece a todo o momento, e conforme vamos nos relacionando, durante o tempo esses conceitos sofrem transformações, quem nunca mudou de opinião sobre uma pessoa ou objeto? (MARIANI, 2014)

---

<sup>8</sup> Congênito: que vem de nascença. (Caldas Aulete, 2011 p. 154)

<sup>9</sup> Adquirido: passar a ter algo; passar a apresentar (aspecto). (Caldas Aulete, 2011, p. 13)

<sup>10</sup> Sinédoque: tipo de metonímia em que se toma a parte pelo todo ou vice-versa; ou o singular pelo plural ou vice-versa. (SARAIWA, 2010, p 1101. )

Destaca ainda que é comum formarmos imagens a partir de um primeiro contato com uma pessoa e no decorrer do tempo essas imagens vão sendo transformadas, modificadas e alteradas. Assim, o que inicialmente foi moldado pela aparência, por exemplo, vai sofrendo leves ou drásticas mudanças com o decorrer do tempo e com a ampliação dos contatos. A autora ainda observa atentamente que algumas pessoas acham que não realizam esse processo de pré-conceito, mas o fazem sim, e este processo é importante, pois pode nos ajudar na metamorfose comportamental que teremos com uma determinada pessoa.

Porém, entendo ser importante e por isso gostaria de destacar que nem sempre essa primeira impressão, ou essa maquete psicológica que é delineada a partir de um primeiro contato está ajustada à realidade. Muitas vezes ela pode vir mascarada pela presença ou ausência de conceitos. Destacando que nem sempre tal fato deve ser considerado como algo negativo, porém é importante ter o cuidado de observar se tais fundamentos não estão engessados de modo a não permitir a flexibilidade e maleabilidade desta impressão inicial fazendo com que a visão da realidade se torne turva, rotulada e conseqüentemente impregnada de preconceitos. Do contrário, voltamos à constatação da sabedoria popularizada por Einstein, segundo a qual é mais fácil quebrar o átomo que um preconceito<sup>11</sup>.

## 2.10 ENTENDENDO OS PROCESSOS INCLUSIVOS NOS DIFERENTES CONTEXTOS

A proposta da inclusão da pessoa com deficiência supõe modificações, mudanças profundas que vão além de políticas e leis, e necessitam, sobretudo de engajamento social, planejamento e meios adequados de torná-la realidade. Sendo assim, gostaria de ressaltar que o entendimento do que é, de como funciona e, principalmente, dos mecanismos que podem favorecer os processos de inclusão são de suma importância.

A palavra “incluir” na sua forma gramatical é um verbo. Os verbos são usados para indicar ações, estados ou mudança de estado (Caldas Aulete, 2011, p. 626). O termo “incluir” indica uma ação, e deste modo para incluir, para fazer na prática a realidade de processos inclusivos é necessário agir, praticar, proceder, participar, mudar e provocar a mudança. Neste sentido, entendo que é imprescindível uma ação conjunta entre todos os envolvidos neste processo, aí incluídos os órgãos políticos, as instituições públicas e privadas, a sociedade, a própria pessoa com deficiência e tudo o mais que se fizer necessário para este fim.

---

<sup>11</sup> Disponível em: <http://pensador.uol.com.br/frase/MzYxMQ/>. Acesso em: 13 jul.2014.

Werneck (1997, p. 21) ressalta que a inclusão em uma “sociedade inclusiva” refere-se a questões éticas e sua prática está vinculada ao exercício da cidadania:

Na sociedade inclusiva ninguém é bonzinho. Ao contrário. Somos apenas – e isto é o suficiente – cidadãos responsáveis pela qualidade de vida do nosso semelhante, por mais diferente que ele seja ou nos pareça ser. Inclusão é, primordialmente, uma questão de ética”. (WERNECK, 1997, p. 21)

Quando falamos em incluir, ou em processos inclusivos, o entendimento do termo vai depender também do contexto ao qual se refere. Assim, quando dizemos, por exemplo, que uma pessoa tem acesso à internet, tem computador e meios de acessibilidade aos ambientes virtuais, podemos supor que dentro deste contexto ocorre uma inclusão digital<sup>12</sup>. Deste modo, a inclusão pode se referir a diferentes situações cotidianas e, dessa forma, uma mesma pessoa pode estar incluída do ponto de vista de uma determinada perspectiva e excluída quando considerados outros contextos.

Para entender um pouco mais essa questão dos processos inclusivos em diferentes contextos, citaria como exemplo alguns processos de inclusão, tais como: cultural, étnico, social, digital, escolar, trabalhista, jurídico, entre outros. Enfim, como podemos perceber, são muito amplas as possibilidades de desenvolvimento do tema e estas possibilidades podem percorrer caminhos completamente diferentes, não sendo a inclusão da pessoa com deficiência o único processo inclusivo.

Sasaki (1999) destaca que, para que ocorra o processo de inclusão é indispensável uma transformação social e que cada um perceba seu papel a cumprir:

O processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. A inclusão social constitui, então, um processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas e a sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos. (SASSAKI, 1999, p. 41).

Por conseguinte, todas as mudanças exigem tempo e dedicação, não se muda ou transforma todo um contexto histórico da noite para o dia, como num passe de mágica. Existe todo um desenvolvimento necessário para que a finalidade seja alcançada.

---

<sup>12</sup> Chamamos de Inclusão Digital a tentativa de garantir a todas as pessoas o acesso às tecnologias de informação e comunicação (TICs). A ideia é que todas as pessoas, principalmente as de baixa renda, possam ter acesso a informações, fazer pesquisas, mandar e-mails e mais: facilitar sua própria vida fazendo uso da tecnologia. (PACIEVITCH, 2014)).

Por este motivo para que os processos de inclusão, inclusive a inclusão social, ocorram, é necessário reformular conceitos e valores. Além desta reformulação, o empenho e o comprometimento de todos os envolvidos em processos inclusivos também são fundamentais.

Para Maciel (2000) o centro da inclusão social seria a igualdade de oportunidades, o respeito e a interação entre pessoas com e sem deficiência, e o pleno acesso aos recursos e benefícios sociais. No mesmo sentido, para o autor, as ações inclusivas da pessoa com deficiência devem fazer parte, de forma contínua e definitiva, dos planos elaborados para a educação, no âmbito político e pedagógico, não apenas das pessoas com deficiência, mas também de todas as minorias que ainda se encontram às margens da sociedade. Salienta que incluir é uma tarefa difícil e complexa, mas possível.

Embora sejam nítidos os avanços que ocorreram neste campo ao longo dos últimos anos, Sasaki (2004) reforça os autores supracitados ressaltando que:

A atualização das políticas públicas, assim como a elaboração de novas políticas públicas, devem passar, portanto, pelo prisma da inclusão social a fim de que possamos ter a garantia de que estamos no rumo certo diante das novas tendências mundiais no enfrentamento dos desafios da diversidade humana e das diferenças individuais em todos os campos de atividade humana. [...] Assim, olhando as coisas pelo paradigma da inclusão social, geraremos ideias e pontos de vista que respeitam esses princípios e suas implicações. Um outro aspecto importante no paradigma da inclusão social consiste no papel das pessoas dentro do processo de mudanças sociais. As políticas, os programas, os serviços e as práticas sociais não podem ser simplesmente disponibilizados a determinados segmentos populacionais. Estes segmentos devem participar do desenvolvimento, da implementação, do monitoramento e da avaliação desses programas e políticas. (SASSAKI, 2004, pp.2;7)

Dessa forma, os processos inclusivos, todos eles, necessitam de toda uma estrutura que os sustentem e os aprimorem, tendo em vista os inúmeros benefícios que podem proporcionar particularmente às pessoas com deficiência.

## 2.11 CONCEITOS: PONTES OU PAREDES PARA A EFETIVAÇÃO DOS PROCESSOS INCLUSIVOS

Como já salientei, a inclusão da pessoa com deficiência no Brasil é um direito que está ancorado em inúmeras leis que tornaram esta uma obrigatoriedade legal. Porém, também entendo que é importante refletir em que contexto as pessoas com deficiência estão sendo

recebidas, que recursos estão sendo oferecidos a este público de forma a favorecer o processo de inclusão, e de que forma os conceitos estão envolvidos neste processo.

Tal como já relatei, a história da inclusão no Brasil teve um maior movimento inclusivo nas últimas três décadas. A elaboração e a implementação de leis específicas sobre o tema abriu espaço para diversas iniciativas inclusivas. Volto a ressaltar que a lei é bastante clara quando se refere à inclusão, quanto à necessidade de oferecer atendimento e acessibilidade adequados a este público, ainda que nem sempre esses preceitos sejam seguidos conforme determina a legislação vigente.

Bersch (2013, p. 1) enfatiza que muitas vezes “não se considera que as pessoas com deficiência são diferentes entre si, vivem em contextos diferentes e enfrentam problemas únicos de participação e desempenho de tarefas, nos lugares onde vivem”. Assim, vale destacar que não existe um conceito universal de inclusão que abrangerá todas as necessidades de todas as pessoas com a mesma deficiência, cada processo inclusivo deve ser pensado considerando as necessidades singulares de cada ser humano de forma individualizada.

Na conclusão de seu relato de pesquisa, Martins e Silva (2007, p. 12) afirmam “[...] que a deficiência não é o único fator que provoca exclusão, mas que as diferenças individuais – muitas vezes – são determinantes para a não aceitação”. Sendo assim, entendo que é necessário um trabalho maior de conhecimento e reconhecimento da necessidade de respeito à diversidade humana e seus diversos aspectos singulares.

É desta forma que podemos perceber como o conceito que se faz acerca das deficiências e, conseqüentemente, das pessoas com deficiência, pode ser um fator relevante que pode culminar com a construção de pontes ou de paredes nos processos inclusivos.

Quando falo de pontes e paredes, refiro-me às pontes que simbolizam a aproximação, o respeito às diferenças, uma ligação entre partes opostas e distintas. Já com a imagem das paredes, gostaria de simbolizar os obstáculos que funcionam de forma inversamente proporcional à ideia de pontes, estando intimamente relacionados com os preconceitos que impossibilitam o entendimento do outro, e em virtude disso precisam ser derrubadas. Neste sentido, para elaborar esta reflexão, encontrei inspiração na sabedoria popularizada por Saint-Exupéry que dizia serem as pessoas solitárias por que constroem paredes em vez de pontes<sup>13</sup>.

---

<sup>13</sup> Disponível em: <http://pensador.uol.com.br/frase/OTM3NzIy/> Acesso em: 17 dez. 2014.

Os conceitos podem situar-se como aliados dos processos inclusivos referentes às pessoas com deficiência, e seu correto entendimento pode significar avanços e contribuir de forma efetiva para a inclusão propriamente dita. Entretanto, gostaria de afirmar a necessidade de ampliação das discussões sobre o tema, para facilitar e favorecer a compreensão deste por uma quantidade mais abrangente de pessoas, bem como a realização de novos estudos e maior engajamento quanto às práticas das políticas públicas já existentes que favorecem o acesso das pessoas com deficiência aos diversos contextos sociais.

Desta forma, percebo que para todos os envolvidos com processos inclusivos é muito importante aprender a utilizar bem os conceitos de forma que estes não sirvam como alimentos para antigos e novos preconceitos.

Qualquer forma de preconceito é prejudicial aos processos inclusivos, tanto do ponto de vista individual, quanto do coletivo. Assim é preciso combater os preconceitos através da adoção de meios para difusão de informações, ampliação de acesso à educação e convivência com o diferente, já que somos todos diferentes. A socialização e a inclusão da pessoa com deficiência pode auxiliar nos processos de desmistificação de estereótipos oriundos de conceitos equivocados e de preconceitos, ainda que latentes.

E finalmente, mas de forma não menos importante, entendo que é necessário um investimento maciço na preparação mais abrangente da sociedade como um todo e especialmente de profissionais para atuação com pessoas e crianças com deficiência de forma a potencializar o desenvolvimento delas. Esse é um processo que implica numa construção diária de pontes que intermedeiem processos de inclusão. Este é um caminho possível para que possamos estabelecer relações humanas minimizadoras das limitações, estimuladoras de potencialidades e mediadoras da inclusão, contribuindo assim para a remoção de velhas paredes e construção de novas pontes.

### 3 BASES METODOLÓGICAS

A ciência não corresponde a um mundo a descrever. Ela corresponde a um mundo a construir. (BACHELARD, apud GOLDENBERG, 2011, p. 13)

De forma mais ampla e abrangente pode-se entender a pesquisa como um “conjunto de atividades orientadas para a busca de determinado conhecimento” (RUDIO, 2012, p. 9).

Para o autor:

A fim de merecer o qualitativo de científica, a pesquisa deve ser feita de modo sistematizado, utilizando para isto método próprio e técnicas específicas e procurando um conhecimento que se refira à realidade empírica. Os resultados obtidos devem ser apresentados de forma peculiar. Desta maneira, a pesquisa científica se distingue de outra modalidade qualquer de pesquisa pelo método, pelas técnicas, por estar voltada para a realidade empírica e pela forma de comunicar o conhecimento obtido. (RUDIO, 2012, p. 9)

De acordo com o que enfatiza Goldenberg (2011), gostaria de destacar que não é possível controlar totalmente uma pesquisa, prevendo seu “início, meio e fim”, e por este motivo “o pesquisador está sempre em estado de tensão porque sabe que seu conhecimento é parcial e limitado – o ‘possível’ para ele.” (GOLDENBERG, 2011, p. 13)

Desta forma, baseada na afirmativa de Goldenberg (2011) supracitada, admito as limitações desse estudo e de sua metodologia. Assim, por questões humanas, por reconhecer ainda escassa minha experiência com o fazer da pesquisa, quero deixar claro que utilizei a melhor metodologia possível dentro das minhas limitações, mas com a dedicação e a ética imprescindíveis à realização de uma pesquisa de cunho social que tem por objetivo maior contribuir com a construção de uma sociedade mais inclusiva.

Assim, objetivando a construção de uma “ponte” que faça a mediação do percurso entre o conhecimento teórico e a realidade empírica, descrevo neste tópico os aspectos referentes à caracterização do estudo, do objeto estudado e dos participantes, bem como os métodos e técnicas de pesquisa que foram utilizados.

Gil (2012) entende o método como uma rota para se chegar a determinado fim e o método científico como o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para a construção do conhecimento. Concordo com Goldenberg (2011) quando este autor considera a metodologia como o caminho da pesquisa científica, afirmando que existem vários caminhos metodológicos possíveis e o que determina a direção a ser seguida é o problema

com o qual trabalhamos, ou seja, “só se escolhe o caminho quando se sabe aonde se quer chegar.”. (GOLDENBERG, 2011, p.14)

### 3.1 DESENHO E CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO

Dentre os desenhos possíveis, optei pela pesquisa transversal de abordagem qualitativa, descritiva e exploratória observacional, baseada na suposição filosófica construtivista social, cuja estratégia de pesquisa foi o contraste entre casos através da aplicação de entrevista semiestruturada composta de 23 questões norteadoras e da observação simples de aspectos arquitetônicos e humanos nas escolas visitadas.

Creswell (2010, p.26) afirma que a pesquisa qualitativa é “um meio para explorar e para entender o significado que os indivíduos ou os grupos atribuem a um problema social ou humano”. Para este autor, o processo de pesquisa qualitativa:

Envolve as questões e os procedimentos que emergem, os dados tipicamente coletados no ambiente do participante, e a análise dos dados indutivamente construídas a partir das particularidades gerais e as interpretações feitas pelo pesquisador acerca dos significados dos dados. (CRESWELL, 2010, p.26)

Para Lira (2014) um dos aspectos importantes e que diferenciam a pesquisa qualitativa é o fato da não utilização de estatística na análise dos dados. Assim:

Não pretendendo numerar ou medir as variáveis do problema, mas deseja-se entender, de modo bem mais descritivo, o fenômeno social. A pesquisa qualitativa é sempre descritiva, pois as informações que forem obtidas não são quantificadas necessariamente, mas interpretadas. Nesse ato de interpretar, **o autor atribui significados aos fenômenos observados e coletados em campo, apoiando-se em teóricos que já estudaram a temática.** (LIRA, 2014, p. 26, grifos meus)

O estudo de caso é, de acordo com Gil (2012, p. 57-58), “caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado, tarefa praticamente impossível mediante os outros de delineamentos consideráveis”. Com mais de um caso, podemos construir novos conhecimentos com o contraste entre estes. Os caracteres exploratórios, observacional e descritivo, da pesquisa visam respectivamente, conforme Gil (1996), ampliar a intimidade com a problemática da pesquisa, ampliando e aperfeiçoando as ideias em torno da mesma, e descrevendo as



características de determinado fenômeno ou população, ou, ainda, estabelecendo relações entre variáveis.

A concepção filosófica construtivista social, segundo Creswell (2010, p.31), supõe que “os indivíduos procuram entender o mundo em que vivem e trabalham” e que estes “desenvolvem significados subjetivos de suas experiências, significados dirigidos para alguns objetos ou coisas”. De acordo com o autor:

Com frequência esses significados subjetivos são negociados social e historicamente. Eles não estão simplesmente estampados nos indivíduos, mas são formados pela interação com outras pessoas (**daí o construtivismo social**) e por normas históricas e culturais as quais operam na vida do indivíduo. (CRESWELL, 2010, p. 31, grifos meus)

Por isso nas pesquisas dessa natureza, conforme Creswell (2010, p.31) “os pesquisadores reconhecem suas próprias origens” e sua intenção é basicamente “gerar significado social”.

## 3.2 INSTRUMENTOS DE COLETA DE INFORMAÇÕES

### 3.2.1 A Entrevista Semiestruturada

Para captar os significados envolvidos com a problemática abordada, optei pela entrevista como instrumento privilegiado de acesso ao discurso dos atores sociais.

A entrevista pode ser definida como “técnica de coleta de informação sobre um determinado assunto, diretamente solicitadas aos sujeitos pesquisados. Trata-se, portanto, de uma interação entre pesquisador e pesquisado.” (SEVERINO, 2007, p. 124)

De acordo com Triviños (2013, p. 145) a entrevista semiestruturada é “aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante”.

Triviños (2003) também chama atenção para o fato de que além de questionamentos e teorias, as informações, experiências e escolhas do pesquisador também são importantes:

É útil esclarecer, para evitar qualquer erro, que essas perguntas fundamentais que constituem, em parte, a entrevista semi-estruturada, no enfoque

qualitativo, não nascem a priori. Elas são resultados não só da teoria que alimenta a ação do investigador, mas também de toda a informação que ele já recolheu sobre o fenômeno social que interessa, não sendo menos importante seus contatos, inclusive, realizados na escolha das pessoas que serão entrevistadas. (TRIVIÑOS, 2013, p. 146)

Sendo assim, escolhi a utilização da entrevista semiestruturada em virtude das inúmeras possibilidades e vantagens que a mesma oferece em termos de acesso ao discurso das pessoas que vivem a experiência real de convivência com alunos incluídos, auxiliando na coleta de informações, bem como na exposição e interpretação dos significados que estas pessoas atribuem à inclusão e suas problemáticas.

### 3.2.2 A Observação Simples

Conforme Severino (2007, p. 125) a observação é “todo procedimento que permite acesso aos fenômenos estudados”, para ele a observação configura-se como uma “etapa imprescindível em qualquer tipo ou modalidade de pesquisa.”.

Assim, neste estudo, também utilizei a observação como fonte de coleta de dados, uma vez que um único procedimento não seria suficiente para o alcance dos objetivos propostos.

Gostaria de destacar que adotei o tipo de observação simples porque segundo Gil (2012) é “aquela em que o pesquisador, permanecendo alheio à comunidade, grupo ou situação que pretende estudar, observa de maneira espontânea os fatos que aí ocorrem.” (p. 101). Para ele neste tipo de observação “o pesquisador é muito **mais espectador do que autor.**” (p. 101, grifos meus). O autor enfatiza ainda que:

Embora a observação simples possa ser caracterizada como espontânea, informal, não planejada, coloca-se no plano científico, pois vai além da simples constatação de fatos. Em qualquer circunstância, exige um mínimo de controle na obtenção dos dados. Além disso, a coleta de dados por observação é seguida de um processo de análise e interpretação, o que lhe confere a sistematização e o controle requeridos dos procedimentos científicos. (GIL, 2012, p. 101)

Baseada neste referencial é que fundamento a adoção desse tipo de observação tendo como objetivo, entre outros, auxiliar na obtenção de informações para a composição do estudo e a compreensão situada dos contextos e seus atores sociais. Gostaria de salientar que de acordo com Gil (2012, pp. 101-102) a observação simples oferece as seguintes vantagens:

1. granjea dados para formulação do problema;
2. contribui com o esboço de hipóteses; e,
3. auxilia a aquisição de informações sem criar polêmicas entre os sujeitos do estudo.

Quero destacar ainda que, conforme o autor, este tipo de observação é extremamente apropriada para as pesquisas qualitativas do tipo exploratório, o que também fundamenta sua utilização no presente estudo.

### 3.2.3 O Diário de Campo

Tendo em vista a utilização da observação simples na busca e aquisição de dados para comporem o presente estudo, adotei também o diário de campo para registro de informações relevantes, mas de caráter pessoal, obtidas não somente através da observação, mas também de conversas informais e das minhas percepções enquanto pesquisadora.

Conforme Lira (2014, p. 28) o uso do diário de campo é de extrema utilidade para anotação de percepções do pesquisador, especialmente através da observação, evitando constrangimentos e ao mesmo tempo o esquecimento de detalhes que podem ajudar na interpretação dos dados. Por estes motivos, justifico a utilização deste instrumento no presente estudo.

Embora Gil (2012, p. 103) afirme que “o momento mais adequado para o registro é, indiscutivelmente, o da própria ocorrência do fenômeno.”, o autor também adverte que:

Em muitas situações é inconveniente tomar notas no local, pois com isso elementos significativos da situação podem ser perdidos pelo pesquisador, e **a naturalidade da observação pode ser perturbada pela desconfiança das pessoas observadas**. Por essa razão é conveniente que o pesquisador seja dotado de boa memória e que se valha dos recursos mnemônicos disponíveis para melhorar seu desempenho.”. (GIL, 2012, p. 103, grifos meus)

Para mim, o diário foi útil para anotação de informações importantes obtidas a partir da observação e de conversas informais, tanto com os docentes quanto com outros profissionais dos estabelecimentos de ensino visitados durante a realização desta pesquisa.

### 3.3 ASPECTOS ÉTICOS

Os nomes das referidas escolas serão resguardados em virtude dos preceitos éticos recomendados pelo Conselho de Ética em Pesquisa (CEP) - Plataforma Brasil e por este motivo foram utilizados nomes fictícios para cada uma das escolas, como: Escola Amor, Escola Solidariedade e Escola Respeito.

Seguindo as mesmas recomendações de anonimato dos participantes, os nomes das professoras também não serão divulgados. Utilizei nomes fictícios para relatar os resultados encontrados. Cada professor foi nomeado conforme segue: Anita, Beatriz, Carla, Diana, Eliane, Flávia, Gisele, Helena e Ivone.

Não serão divulgados, sob nenhum argumento, os nomes das escolas, dos profissionais de educação e nenhuma outra informação detalhada que possibilite a identificação das escolas e dos participantes desta pesquisa.

A realização de cada entrevista ocorreu após explicação oral sobre o que se trata e os objetivos da pesquisa, assim como a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) pelos profissionais de educação que aceitaram participar voluntariamente do trabalho.

Ainda que o projeto não tenha sido submetido a um Conselho de Ética, durante todo o estudo foram observadas as diretrizes sobre a pesquisa com seres humanos da Declaração de Helsinque, bem como os preceitos éticos pautados na Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde (CNS, 1996).

### 3.4 LOCAIS

Realizei a coleta de dados deste estudo em três escolas regulares, 1 pública e 2 privadas, localizadas na região metropolitana das cidades do Salvador e Lauro de Freitas, no estado da Bahia. São escolas que desenvolvem atividades de Ensino Fundamental I e fazem a inclusão de crianças com deficiência.

Gostaria de salientar que o motivo de escolha das escolas de Ensino Fundamental se deu em virtude da importância dessa categoria de ensino na base formativa de crianças. Entendo que é nesta fase da vida escolar que incide grande parte da formação do caráter dos futuros cidadãos, sendo, portanto relevante o olhar sobre as práticas inclusivas realizadas nestas escolas e as possíveis dificuldades encontradas neste contexto. Ou seja, as experiências de inclusão vividas pelos alunos incluídos e seus colegas de Ensino Fundamental, podem

afetar e ser afetadas por diversos aspectos que influenciam a formação destes alunos. Além disso, as dificuldades das professoras podem ser diferenciadas em escolas públicas ou privadas.

### 3.5 ATORES SOCIAIS DA PESQUISA

Inicialmente, eu pretendia entrevistar seis professoras de três escolas regulares, sendo uma pública e duas privadas, localizadas nas regiões metropolitanas de Salvador e Lauro de Freitas, no estado da Bahia. São professoras que atuam ou atuaram nos últimos 3 anos com crianças com deficiência no Ensino Fundamental I (nível que abrange as séries do primeiro ao quinto ano e crianças entre 6 e 10 anos de idade).

A escolha deste nível de ensino se deu em virtude da nova organização escolar que determina a idade entre 6 e 14 anos para o percurso da Educação Fundamental, que abrange as séries denominadas de 1<sup>a</sup> ao 9<sup>o</sup> ano do Ensino Fundamental, sendo que este nível está dividido em Ensino Fundamental I (do primeiro ao quinto ano) e Ensino Fundamental II (do sexto ao nono ano).

Gostaria de ressaltar que a “Universalização do ensino fundamental de nove anos para toda a população de 6 a 14 anos e a garantia de que pelo menos 95% dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE” (BRASIL 2014, p. 61), é uma das proposições e estratégias da Conferência Nacional de Educação 2014 (CONAE) a serem implementadas pela União, estados, DF e municípios. Quero destacar também que esta “universalização do ensino fundamental” abrange também as pessoas com deficiência.

Neste contexto de inclusão no Ensino Fundamental, foram entrevistadas todas as docentes que se dispuseram a participar do presente estudo, totalizando nove professoras das escolas já citadas anteriormente, em um total de seis visitas realizadas para coleta de informações. Foram elas:

- Anita (nome fictício), 34 anos de idade, 7 anos de experiência como professora, dois anos de experiência com alunos incluídos, atualmente exercendo a docência numa instituição privada. Tem graduação incompleta em Pedagogia. Uma das frases ditas pela professora Anita que me chamou a atenção foi quando a mesma declarou que “Só ter convívio com eles já é uma prática maravilhosa. E você ver que uma criança se desenvolve através dessa prática, mesmo leiga, é gratificante. Então acho que isso veio

para nos completar, o professor. Só em você ver um mínimo de desenvolvimento de uma criança dessa, já é tudo para mim. Muitas vezes já pensei em desistir mas quando eu vejo o desenvolvimento deles, volto atrás. Mas eu acho que é gratificante. E eu acho que deveria ter isso no currículo”.

- Beatriz (nome fictício), 48 anos de idade, 22 anos de experiência como professora, não soube precisar quando foi a sua primeira experiência com alunos incluídos, porém enfatizou que nos últimos anos houve um aumento no número de matrículas desse alunado na instituição privada onde atualmente exerce a docência. A mesma é formada em Magistério. A professora relatou que “Volto a dizer, os professores deveriam estar preparados para isso, para essa nova lei da inclusão. Então essa coisa surgiu, é uma lei, aí vai, matricula na escola, mas as professoras que se formaram há muitos anos não tem. Vocês hoje talvez tenham que fazer Pedagogia, vai ter uma outra visão, aí tem um outro preparo. Mas a gente que se formou há muito tempo não tem.”.
- Carla (nome fictício), 28 anos idade, 6 anos de experiência como professora, 6 anos de experiência com alunos incluídos, graduada em Pedagogia, e atualmente exercendo a docência numa instituição privada. Ressalto desde já a seguinte frase da professora: “Eu não tenho nada contra que eles estudem aqui, como o Lucas mesmo, eu até gosto, mas eu vejo que aqui não tem esse espaço adequado, e aí como é que fica?”.
- Diana (nome fictício), 45 anos de idade, 20 anos de experiência como professora, 8 anos de experiência com alunos incluídos. A professora tem curso de Magistério e graduação em Pedagogia. Atualmente exercendo a docência numa instituição pública. A seguinte frase da professora chamou a minha atenção: “A minha maior preocupação é sentir, em até saber o que aquele aluno com deficiência precisa. Minha maior dificuldade, minha maior preocupação é essa. O que é que ele precisa mesmo, pedagogicamente falando?”.
- Eliane (nome fictício), 43 anos de idade, 23 anos de experiência como professora, não soube precisar a partir de que ano teve seu primeiro aluno com necessidades educativas especiais. Com formação em Magistério e graduação em Pedagogia, atualmente, ela exerce a docência numa instituição pública. A seguinte frase da professora impressionou-me muito: “A gente tem um preparo, mas não é um preparo completo, porque são muitas deficiências, aí fica difícil. Aí eu vejo assim, a gente dá

carinho, tenta ajudar, mas preparado, em si, eu acho que não tá. Deveria ter mais coisas, mais apoio, pra gente tá trabalhando, porque o aluno com deficiência não tem só uma deficiência, e às vezes a gente nem sabe totalmente o que tem.”.

- Flávia (nome fictício), 34 anos de idade, 15 anos de experiência como professora, 8 anos de experiência com alunos incluídos, atualmente exercendo a docência numa instituição pública. A professora é graduada em Pedagogia. A seguinte frase da professora me chamou muito a atenção: “Não, não tenho nenhum conhecimento, nem pouco, nem um pouquinho. Não tenho nenhum. Eu não estou apta a trabalhar, eu não conheço, ainda me atrapalho, eu ainda tenho uma certa rejeição porque eu não conheço tipo de criança que eu venho trabalhar”.
- Gisele (nome fictício), 35 anos de idade, 15 anos de experiência como professora, 7 anos de experiência com alunos incluídos, atualmente exercendo a docência numa instituição privada. Com formação em Pedagogia, a seguinte frase da professora chamou a minha atenção: “Acho sim que deveria ser modificada na formação docente. Ter uma matéria específica falando de exclusão, ensinado mesmo o professor como trabalhar com essas crianças. Porque a maioria dos colegas, professores que conversam, sente muita dificuldade de trabalhar, sente muito perdido como trabalhar com esse tipo de criança.”.
- Helena (nome fictício), 32 anos de idade, 15 anos de experiência como professora, 6 anos de experiência com alunos incluídos, graduada em Pedagogia, atualmente exercendo a docência numa instituição privada. Destaco a seguinte frase da professora: “Eu penso que teria que ensinar mais sobre a deficiência, sobre a inclusão mesmo, para a gente não ficar tão perdidos, isso eu acredito que seria muito bom, porque a gente já iria ter uma base melhor, um entendimento melhor para quando chega aquele aluno ali.”.
- Ivone (nome fictício), 53 anos de idade, 31 anos de experiência como professora, mais de 10 anos de experiência com alunos incluídos, atualmente exercendo a docência numa instituição privada. A professora possui curso de Magistério, graduação em Letras e pós-graduação em Psicomotricidade. Gostaria de destacar desde já a seguinte frase da professora: “A maioria das escolas não estão preparadas por conta do próprio profissional que não é capacitado, ele não sabe trabalhar com o aluno deficiente a

maioria das vezes ele não sabe trabalhar. Quer, deseja, deseja desenvolver um trabalho, mas não consegue. Ele não tem uma formação para isso.”.

### 3.6 COLETA, REGISTRO E ANÁLISE DE INFORMAÇÕES

Tal como já relatei, os dados foram coletados por meio entrevistas semiestruturadas compostas por 23 questões norteadoras abordadas de forma aleatória, individuais e únicas, e também através de observações simples.

Enquanto pesquisadora e autora deste estudo, eu mesma realizei, pessoalmente, a coleta de dados, objetivando uma experiência sustentada e intensiva com os participantes. As entrevistas foram realizadas face a face com as docentes das escolas regulares em horário pré-agendado e de acordo com a disponibilidade de tempo das participantes da pesquisa.

Gostaria de destacar que em virtude de eu mesma ser uma pessoa com deficiência auditiva bilateral a nível neurossensorial em ambos os ouvidos, visando facilitar a realização das entrevistas, as questões norteadoras foram impressas em papel A4, sendo entregues aos professores entrevistados que responderam as mesmas oralmente. Em alguns momentos foi necessário a explicação oral de algumas perguntas ou conceitos, especialmente sobre Tecnologia Assistiva e Fisioterapia.

Os áudios destas entrevistas foram gravados em um minigravador de marca Coby, de minha propriedade, e foram posteriormente transcritos manualmente por meu marido, diante da impossibilidade de realização desta tarefa por mim, e considerando a negativa quanto à solicitação de auxílio para a transcrição dos áudios por parte do Núcleo de Apoio à Inclusão do Aluno com Necessidades Especiais (NAPE), através de requerimento ao PROAE (Pró-reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil da UFBA. Feitas as transcrições das entrevistas, li e digitalizei as mesmas para melhor compreensão e interpretação de suas informações.

Devido ao caráter exploratório desta investigação utilizei também a observação simples para coletar informações de aspectos visíveis tais como: estrutura arquitetônica das escolas e acessibilidade, aspectos funcionais e manejo do aluno com deficiência dentro da sala de aula pelo profissional de educação, posicionamento do mobiliário, percepção do docente quanto a postura do aluno durante a aula, posicionamento do professor em relação ao aluno com deficiência no ambiente da sala de aula, entre outros.

Foram realizadas duas sessões de observação em cada escola, totalizando 6 sessões: duas sessões com um docente de cada instituição de ensino. Cada sessão com duração de um



turno escolar, ou seja, 4 horas cada sessão em média. A somatória destas sessões de observação totaliza 24 horas estimadas.

Gostaria de ressaltar que na escola Amor foram realizadas quatro visitas extras. Nesta instituição conversei informalmente com diversos outros profissionais da escola, como: diretora, secretaria, professora auxiliar, auxiliar de serviços gerais e porteiro.

Os dados foram coletados nos meses de março, abril e maio de 2015. Tendo em vista que se trata de um estudo de cunho exploratório, foram também analisados os contextos e ambientes dos participantes.

Como já informei, durante todo o período da coleta de dados fiz anotações num diário de campo que teve a finalidade de possibilitar o registro espontâneo das minhas impressões e observações percebidas durante esta etapa do trabalho.

### 3.7 RELATO DOS RESULTADOS

Conforme Creswell (2010, p. 228) o procedimento básico para o relato dos resultados em pesquisas qualitativas “consiste nas descrições e temas que comuniquem perspectivas múltiplas dos participantes e descrições detalhadas do local ou dos indivíduos”, sendo assim procurei relatar os resultados através de uma interpretação da fala das docentes e da criação de um retrato descritivo das dificuldades delas ao interagir com alunos com deficiência. A partir deste retrato, proponho contribuições dos conhecimentos da Fisioterapia para a prática da Educação Inclusiva.

Procurei compreender as experiências das profissionais de educação na prática da Educação Inclusiva desviando o olhar para além da criança com deficiência. Desta forma, aspiro possibilitar uma melhor compreensão dos desafios e dificuldades das docentes neste contexto, ampliando o “leque” de possibilidades para suas soluções, relacionando as dificuldades observadas com a Fisioterapia através do compartilhamento de conhecimentos.

Com a realização desta pesquisa proponho-me a oferecer novas possibilidades para a prática de uma verdadeira e eficiente Educação Inclusiva, tendo na multidisciplinaridade seu referencial, no compartilhamento de conhecimentos seu ponto de partida e no respeito à diversidade humana o seu alicerce.

#### 4 COMPREENDENDO ESCOLAS E PROFESSORAS

[...] uma educadora crítica, amorosa da liberdade [...] não pode silenciar em face do discurso que diz da impossibilidade de mudar o mundo porque a realidade é assim mesmo. (FREIRE, 2014b, p. 49)

Início este capítulo narrando minha maravilhosa experiência como pesquisadora nas visitas às escolas envolvidas nesta pesquisa, destacando a amorosidade com que fui recepcionada nas referidas escolas, sendo acolhida com toda boa vontade pelos profissionais de educação participantes, diretos e indiretos, do presente estudo.

De forma unânime todas as docentes abordadas aceitaram participar do estudo após terem sido devidamente esclarecidas sobre todos os aspectos inerentes ao mesmo. Gostaria de destacar que houve muitas outras voluntárias e que as entrevistas com elas não foram realizadas devido ao curto intervalo de tempo disponível para elaboração da dissertação. Lamentavelmente, não caberiam tantas professoras quanto as que se manifestaram favoráveis a participar do presente estudo.

Outro ponto que eu gostaria de destacar foi à receptividade e disponibilidade das diretoras das escolas, para abrir, literalmente, as portas de suas unidades de trabalho. Para mim foi comovente sentir como as diretoras ofereceram todo suporte necessário para que eu realizasse as entrevistas e observações no recinto escolar.

Sendo assim, entendo que também é importante ressaltar que não houve nenhuma resistência das profissionais de educação, de todas elas, quanto à colaboração para a realização de pesquisas e estudos que visem buscar respostas quanto à inclusão dos alunos com deficiência nas escolas regulares. Gostaria de registrar que muito pelo contrário, o que pude observar foi uma grande abertura para a busca de melhores práticas educativas para esta população em específico.

Desta forma, acredito que caberia aqui neste espaço um agradecimento especial a estas profissionais, por terem encontrado tempo em suas já corridas agendas para oferecer suas valiosas contribuições para a construção de uma escola cada vez mais inclusiva e comprometida com o ensino de qualidade e acessibilidade para todos os alunos matriculados, seja estes ou não pessoas com deficiência.

Apresento a seguir alguns dos resultados obtidos nas entrevistas e observações que respondem aos objetivos propostos para este estudo, de forma separada para cada escola, a fim de possibilitar ao leitor uma melhor percepção e possibilidade de comparação entre as situações encontradas nas escolas, pública e privadas, as quais em si mesmas não tiveram

diferenças significativas quanto aos desafios e dificuldades enfrentadas pelas professoras na nobre, porém complexa, tarefa de incluir.

Nos quadros abaixo, apresento alguns dados relacionados às participantes com a finalidade de possibilitar uma visualização geral de alguns aspectos que considere importantes:

**Quadro 1 – Mapeamento das participantes – Escola Amor (Privada)**

Nome (fictício)	Formação	Idade (em anos)	Tempo de docência (em anos)	Tempo de experiência com alunos com deficiência (em anos)	Tempo de docência na escola atual (em anos)	Série em que leciona
Anita	Pedagogia (em andamento)	34	7	2	2	1º ano
Beatriz	Magistério	48	22	Não informou	12	2º ano
Carla	Pedagogia	28	6	6	3	2º ano

**Quadro 2 – Mapeamento das participantes – Escola Solidariedade (Pública)**

Nome (fictício)	Formação	Idade (em anos)	Tempo de docência	Tempo de experiência com alunos com deficiência (em anos)	Tempo de docência na escola atual (em anos)	Série em que leciona
Diana	Letras	45	20	8	15	4º ano
Eliane	Magistério e Pedagogia	43	23	Não informou	5	1º ano
Flávia	Pedagogia	34	15	8	3	2º ano

**Quadro 3 – Mapeamento das participantes – Escola Respeito (Privada)**

Nome (fictício)	Formação	Idade (em anos)	Tempo de docência	Tempo de experiência com alunos com deficiência (em anos)	Tempo de docência na escola atual (em anos)	Série em que leciona
Gisele	Magistério e Pedagogia	35	15	7	1	5º ano
Helena	Pedagogia	32	15	6	8	4º ano
Ivone	Magistério, Letras e pós em Psicopedagogia	53	31	10	15	Inglês em todas as turmas (ano anterior lecionava para o 4º ano <sup>o</sup> )

## 4.1 ESCOLA AMOR

A Escola Amor (nome fictício) é uma instituição privada localizada no subúrbio ferroviário de Salvador, no estado da Bahia, que oferece a população o acesso a Educação Infantil e Ensino Fundamental I.

### 4.1.1 Descrição da Escola

A Escola Amor fica localizada em uma rua sem calçamento, o que dificulta um pouco o acesso. Gostaria de destacar que essa foi a escola que mais visitei, tendo sido também a primeira escola a ser visitada.

As visitas ocorreram nos dias 19/03, 26/03, 16/04 e 23/04 de 2015. Nestas datas, permaneci no recinto escolar durante os turnos matutino e vespertino. Em algumas dessas visitas foram mantidos diálogos informais com vários profissionais da escola, a exemplo da diretora e da secretária. Os relatos destes atores sociais, ainda que informais, foram extremamente valiosos, tendo em determinados momentos despertado em mim uma grande emoção, a ponto de ser impossível conter as lágrimas em algumas circunstâncias.

No que tange a estrutura física da escola, ou seja, sua arquitetura, a mesma é composta de dois andares (térreo e primeiro andar), sendo toda pintada em cores coloridas e vivas. No andar térreo fica localizada a única entrada que dá acesso ao ambiente escolar através de dois portões. Vale registrar que nesta entrada há um portão mais largo com rampa, o que favorece o acesso de alunos com deficiência motora.

Ainda no andar térreo encontra-se uma cantina, uma área de lazer, um pequeno parque com brinquedos de uso geral, a sala da diretoria que fica juntamente com a coordenadora e a secretária da escola, bem como algumas salas ocupadas por alunos da Educação Infantil e das séries iniciais do Ensino Fundamental I.

No primeiro andar estão as salas do terceiro e quarto ano nos turnos matutino e vespertino, destacando que uma sala somente tem uso à tarde, para alunos do segundo ano. Neste mesmo andar tem ainda um salão de festas, onde são realizadas as confraternizações.

O andar térreo possui rampas e corrimão em todas as escadas, no total de duas bastante espaçadas, e banheiros de uso coletivo sem alargamento de portas para entrada de cadeira de rodas. Os bebedouros são altos, assim não seria possível seu uso, sem copo ou auxílio, por crianças com disfunções motoras.

Não há elevador de acesso para o primeiro andar e as escadas possuem corrimões. De acordo com informações da secretária a escola não tem no ano letivo nenhum aluno com deficiência motora grave que necessite de utilização de dispositivos como cadeira de rodas ou muletas.

Conforme relato da secretária da escola as classes possuem no máximo 20 alunos, porém algumas destas possuem um número menor de alunos. Ainda de acordo com a secretária, a escola possui entre 180 e 200 alunos matriculados no ano letivo de 2015. Sendo que, destes, 12 alunos tem alguma deficiência.

Em conversa informal com a diretora e com a secretária da escola, elas informaram que existem alunos que visivelmente possuem alguma limitação resultante de uma deficiência, porém ao convidarem os pais ou responsáveis pela criança para um diálogo entre escola e família os mesmos não comparecem ou quando o fazem negam a condição de deficiência da criança – o que tem dificultado as possibilidades da escola em auxiliar estes alunos de forma mais efetiva, tanto do ponto de vista da estrutura física quanto de questões pedagógicas.

#### **4.1.2 O que dizem as professoras da Escola Amor**

Tal como ressaltai anteriormente não houve resistência das docentes em participar do estudo. Muito pelo contrário, o que se viu foi toda uma boa vontade por parte das profissionais de educação da escola em auxiliar na efetivação das entrevistas e observação, sendo que sempre fui bem recebida no recinto escolar.

Os diálogos mantidos com a secretária e com a diretora da escola foram extremamente ricos já que elas puderam compartilhar suas experiências e vivências comigo. Alguns relatos delas, literalmente, impactaram minha percepção e por este motivo informo aqui alguns comentários extraídos dessas conversas informais. Quero destacar que são minhas as palavras utilizadas para traduzir o que compreendi e estas palavras foram extraídas de minhas anotações de diário de campo, onde anotei aspectos que chamaram minha atenção durante tais conversas e observações.

Em várias oportunidades a diretora da escola afirmou que apesar de saber que a escola ainda não possuía uma estrutura adequada para recepção de alunos com as mais variadas deficiências ela não negaria a matrícula a nenhum aluno. A diretora afirmou também que não se pode esperar estar preparado para receber estes alunos, porque a preparação muitas

vezes chega da necessidade daquele momento. Assim, até aquela data, ela nunca tinha negado acesso a nenhum aluno em sua escola.

Conforme informado pela própria diretora, ela possui três graduações, sendo: filosofia, administração e economia, bem como várias pós-graduações e um mestrado realizado em Aracaju, Sergipe, porém não me foi informado a área do mesmo.

Em outro momento a secretária da escola, que é graduanda em Pedagogia e formada em Magistério, disse em um relato emocionado que: o amor ao que se faz é o que faz toda a diferença na escola. Acrescentou que ela mesma, o marido e o filho estudaram nesta escola, e que tem pessoas que trabalham no lugar, mas não colocariam seus filhos para estudar nesta escola. Enfatizou que essa é uma escolha de cada um, mas que seria interessante pensar em fazer do local de trabalho um lugar onde você colocaria e gostaria que seus filhos estudassem. Terminou com os olhos marejados dizendo que: a escola onde ela trabalha é assim para ela e que ela ama o que faz.

Gostaria de destacar ainda que durante as visitas eram muito frequentes as idas dos alunos à sala da diretora e da secretária, e não era por questões de resolução de problemas, mas para cumprimentar as mesmas que chamavam cada aluno pelo nome. Em muitos momentos posteriores elas me relataram situações com aqueles alunos, de uma forma tão simples e com conhecimento de causa que me deixaram boquiaberta, sempre em uma perspectiva positiva.

As professoras entrevistadas nesta escola foram: Anita, Beatriz e Carla (nomes fictícios), sendo que a primeira atua apenas no turno matutino e as duas últimas nos dois turnos. Salientando que a observação em sala de aula somente foi realizada com a professora Beatriz, a mesma atua nos dois turnos, porém o estudo foi realizado na turma do 2º ano do Ensino Fundamental I no turno vespertino, em decorrência de haver sido inserida na turma uma criança com deficiência intelectual.

#### 4.1.2.1 Professora Anita

A professora Anita atua no primeiro ano do Ensino Fundamental I, no turno matutino, e sua entrevista foi realizada ao final de sua aula do dia 26/03/2015. A professora foi muito solícita na disponibilização de seu tempo para responder as perguntas desse estudo.

Em sua sala tem dois alunos com autismo e uma aluna com “hiperatividade” (não diagnosticada) e conforme relato da professora, a família não acredita que a aluna tenha qualquer distúrbio atribuindo ao comportamento da mesma apenas má educação. A professora

contou que é muito corriqueiro a criança bater nos colegas e tentar morder, dizendo que em certa ocasião a mãe da criança mordeu a mesma e disse a professora que era para agir da mesma forma (morder a criança) para que a menina aprendesse com a dor.

Dentre o largo relato da professora um dos pontos que mais chamaram atenção foi a resposta dada pela mesma à questão um, referente às suas principais dificuldades em sala de aula com relação ao aluno com deficiência:

Mais assim é disponibilidade de utensílios que venham ajudar no desenvolvimento do aluno. Porque acho que uma criança da inclusão não é uma criança como outra qualquer, como uma criança normal, como um aluno normal. Então a gente precisa de medicamentos, livros, brinquedos que venham desenvolver o desenvolvimento psicológico e pedagógico deles. Mas aí a gente pode conciliar contos com todos que ele tem na sala. A gente concilia com resolução a gente consegue desenvolver. **Acho que deveria ter mais brinquedos, mais equipamentos para desenvolver mais. Porque acho que deve ter, eu não sei bem, sou um pouco leiga com relação a esses equipamentos. Mas acho que existem** brinquedos mais equipados, que puxa mais essa parte cidadã da pedagogia, acho que deveria ter mais. (ANITA, ESCOLA AMOR, 2015, grifos meus)

Analisando a declaração da professora é nítida a vontade de contribuir, de fazer mais por aqueles alunos, mas esse engajamento encontra um sério obstáculo na falta de conhecimentos específicos que venham a favorecer uma prática pedagógica mais inclusiva, onde as características individuais do aluno, relacionadas à deficiência, possam ser minimizadas com a utilização de recursos adequados, a exemplo da Tecnologia Assistiva.

Conforme já dito anteriormente, e de acordo com Bersch (2006, p. 6) a “Tecnologia Assistiva envolve serviços, recursos e práticas que considerando as necessidades e habilidades específicas do usuário promovem sua máxima participação na atividade desejada”. A educação faz Tecnologia Assistiva à medida que investiga necessidades e propõe alternativas que promovem a participação do aluno com deficiência nos desafios do contexto escolar visando a promoção da autonomia e aprendizagem.

Conforme Effgen (2007, p. 400) afirma em seu livro *Fisioterapia Pediátrica*:

As crianças com incapacidade em geral necessitam de equipamentos para que possam atender às suas necessidades em diferentes ambientes. Os fisioterapeutas, em colaboração com outros membros da equipe, irão avaliar que outras tecnologias serão necessárias após se estabelecer as necessidades para posicionamento da criança. (EFFGEN, 2011, p. 400)

De acordo com a autora existem diversas possibilidades de utilização da Tecnologia Assistiva, a exemplo da comunicação aumentada, que se dividem em sistemas não auxiliados (gestos, linguagem corporal, vocalização ou fala, expressões faciais ou sinais manuais), e os sistemas auxiliados (manual de comunicação e sistemas eletrônicos); ampliação do acesso aos sistemas ou computadores para comunicação, que consistem em adaptações necessárias para a utilização dos dispositivos de informática (teclado adaptado, mesas adaptadas, mouses especiais, softwares, etc.); controle do ambiente (adaptações necessárias para mobilidade e acessibilidade no ambiente), entre outros.

Destaco que muitas vezes ocorre uma interpretação equivocada dos utensílios que podem ser considerados Tecnologia Assistiva, levando a crença de que estes são sempre equipamentos de alto custo e inacessíveis às pessoas de baixa renda. Porém a TA, como explicado acima, não consiste apenas de recursos físicos, mas também de métodos e serviços que favoreçam a acessibilidade e realização de atividades de vida diária por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Existe também a possibilidade de confecção de utensílios de baixíssimo custo, a exemplo de engrossadores de lápis, corrimões feitos com material reciclado, jogos, pranchetas de comunicação, entre tantos outros.

Dessa forma percebo que a falta de informação, de acesso a conhecimentos multidisciplinares pode ser um fator que dificulta, quando não impossibilita, a prática educativa de forma inclusiva. Tal confirmação demonstra a necessidade de reformulação curricular do docente, especialmente a formação continuada e auxiliada por outros profissionais de áreas distintas, a exemplo do fisioterapeuta.

Em outro momento, quando indagada sobre as escolas regulares estarem preparadas para receber o aluno com deficiência, a professora disse de forma categórica que:

**Não. Porque os professores deveriam ter um curso de aperfeiçoamento para poderem se envolver mais.** Eu procuro me inteirar de cada situação da sala, de cada tipo de aluno. Então já tem outros que não, e fazem aquele trabalhinho e pronto, acabou. Mas eu acho que tem esse desenvolvimento do professor como lidar com eles, porque eles precisam para desenvolverem. **Eu mesmo tenho um aluno que se desenvolveu através da música,** músicas infantis, um autista. Então acho que tem que ter esses argumentos que existem para poder desenvolver mais. **O professor precisa se inteirar, pesquisar, precisa muito. Não só o professor, mas a escola em si.** (ANITA, ESCOLA AMOR, 2015, grifos meus)

Percebo na afirmativa da professora que a mesma considera que um dos aspectos que tornam a escola ainda despreparada para receber e desenvolver o aluno com deficiência reside no fato de que os professores ainda não estão tendo uma formação adequada para isto, de



forma a abranger mais áreas além da Pedagogia, ficando claro tal pensamento na frase “Eu mesma tenho um aluno que se desenvolveu através da música, músicas infantis, um autista.”.

Assim, a professora em suas palavras mostrou uma situação interessante quanto à multidisciplinaridade para incluir, exemplificando na música uma dessas possibilidades de interação com outras áreas. Conforme Martins:

O conhecimento construído sob a perspectiva da análise multirreferencial é o resultado sempre inacabado de uma conjunção de disciplinas, ele é realizado como uma “atividade artesanal”, como uma bricolagem. Ele é tecido de tal forma que as disciplinas não se reduzam umas às outras. (MARTINS, 1998; apud FERREIRA; FERRAZ, 2014).

Desta forma é importante perceber a significância do relacionamento entre diversas áreas com objetivo de compartilhar conhecimentos, destacando que não há saber melhor ou pior, saber mais ou saber menos importante, mas sim que existe saberes que se complementam e ampliam o leque de possibilidades de atuação, cada um com sua relevância.

Destaco que não se trata de formar um multiprofissional para a educação, mas de formar um profissional mais capacitado para a multiplicidade humana, onde estamos todos nós incluídos. Freire (2013c) nos alerta que:

Se, na experiência de minha formação, que deve ser permanente, começo por aceitar que o formador é o sujeito em relação a quem me considero o objeto, que ele é o sujeito que me forma e eu, o objeto por ele formado, me considero como um paciente que recebe conhecimentos – conteúdos – acumulados pelo sujeito que sabe e que são a mim transferidos. Nesta forma de compreender e de viver o processo formador, eu, objeto agora, terei a possibilidade amanhã, de me tornar o falso sujeito da “formação” do futuro objeto de meu ato formador. (FREIRE, 2013c, pp. 24-25)

Igualmente, é fundamental perceber que não há um único saber e um único caminho possível de formação. Sendo necessário compreender que diariamente existem possibilidades infinitas de novos saberes, inclusive os oriundos das dificuldades cotidianas. Cabe ao professor, e a todos os profissionais, fazer dessas dificuldades molas propulsoras para busca de conhecimentos, para o uso da criatividade inovadora e para a criação de vínculos multidisciplinares com o objetivo maior de incluir, e de incluir no sentido mais pleno dessa palavra.

Diante da complexidade dos processos inclusivos, sejam estes na escola ou em outros ambientes, é nítido que seria possível alcançar um resultado mais positivo através da interação

entre diversas áreas, cada uma contribuindo com seu conhecimento e formando um saber mais amplo, mais humilde e mais humano.

#### 4.1.2.2 Professora Beatriz

Durante as duas sessões de observação feitas dentro da sala e nas aulas da professora Beatriz, que atua no 2º ano do Ensino Fundamental I, e tem em sua turma uma aluna com deficiência intelectual, observei aspectos como a disposição do mobiliário, a arrumação da sala de aula, posicionamento da professora na sala, distância entre a professora e a aluna, presença de materiais didáticos específicos para aluna, assim como existência de Tecnologia Assistiva na sala. As observações foram realizadas nos dias 26/03 e 16/04/2015, sendo que nesta última data também foi realizada a entrevista.

De todas as professoras entrevistadas a professora Beatriz foi a única que não possui curso superior, tendo formação em Magistério e exercendo a docência há mais de 20 anos.

A sala da professora Beatriz, situada no primeiro andar da escola, e tinha 18 alunos, sendo 10 meninas e oito meninos. O mobiliário da sala consistiam em: carteiras com um braço à direita, dois armários sem portas e de metal onde a professora organiza o material dos alunos, mesa e cadeira da professora. As mesas e cadeiras tinham as laterais arredondadas.

A mesa da professora ficava ao fundo da sala, de frente para a porta de entrada, com um quadro negro ao fundo, sendo que as carteiras dos alunos estavam arrumadas em círculo, começando e terminando quase nas laterais da mesa da professora.

Durante toda a aula a professora permaneceu de frente para os alunos, exceto quando escrevia no quadro, e realizou diversas atividades com todos os alunos. Um fato que chamou minha atenção foi à realização de uma oração no início da aula com todas as crianças de mãos dadas, foi um momento bonito e de união dentro da sala. Após este momento, todos cantaram músicas infantis e a aluna com deficiência participou ativamente dessas atividades.

Com relação ao posicionamento da aluna, a mesma sentou distante da mesa da professora, mesmo necessitando de maior atenção e suas atividades didáticas foram diferentes do restante da turma. A aluna passou a maior parte do tempo com uma postura incorreta e em nenhum momento foi questionada ou orientada quanto a isso.

Conforme Shumway-Cook e Wollacott (2003, p. 3) a cognição tem um estreito relacionamento com o movimento, uma vez que “o movimento não é normalmente executado

na ausência de uma intenção, os processos cognitivos são essenciais para o controle motor<sup>14</sup>.”. Destaca que:

O processo cognitivo em um sentido mais amplo, que inclui atenção, motivação e aspectos emocionais do controle motor que são subjacentes ao estabelecimento de ação e percepção, organizados para cumprir objetivos ou intenções específicas. Portanto o estudo do controle motor deve incluir o estudo dos processos cognitivos associados à percepção e a ação. Assim, em um indivíduo, muitos sistemas interagem para a produção de um movimento funcional. Enquanto cada um desses componentes do controle motor – percepção, ação e cognição – pode ser estudado isoladamente, acreditamos que uma noção real da natureza do controle motor não pode ser adquirida sem a síntese da informação de todos os três. (SHUMWAY-COOK; WOLLACOOTT, 2003, p. 3)

Assim como a cognição está estritamente relacionada com o movimento, ela também está associada ao controle postural<sup>15</sup>, ou seja, os controles motor e postural não dependem apenas de questões musculares, mas faz parte de todo um complexo sistema interligado onde a cognição exerce um importante papel.

Shumway-Cook e Wollacoott (2003, p. 155) afirmam que o controle postural “para a estabilidade e organização requer percepção (integração das informações sensoriais, para analisar a posição e o movimento do corpo no espaço) e a ação (capacidade de produzir forças para controlar os sistemas de posicionamento do corpo).”.

Muitas vezes a criança com deficiência intelectual tende a ter uma postura incorreta, e também um controle motor mais deficitário, porém tais situações podem ser corrigidas, em muitos casos, com orientações constantes e treinamento físico. Considerando que as crianças, de modo geral, passam uma grande quantidade de tempo dentro do ambiente escolar, seria relevante a aquisição de conhecimentos acerca do movimento e da postura por parte dos docentes com intuito de auxiliar na prevenção de problemas posturais e musculares na fase adulta.

Isso ganha conotação especial quando se trata de crianças com deficiência, destacando que problemas posturais e do controle motor são corriqueiros não apenas nas deficiências físicas, mas também em outras deficiências, como as visuais e auditivas, assim como no autismo e deficiências intelectuais. Desta forma fica clara a importância deste conhecimento para uma prática educativa não apenas inclusiva, mas consciente.

<sup>14</sup> Controle motor é a capacidade de regular ou orientar os mecanismos essenciais para o movimento. (SHUMWAY-COOK; WOLLACOOTT, 2003, p. 1)

<sup>15</sup> Controle postural envolve o controle da posição do corpo no espaço, para o objetivo duplo de estabilidade e orientação. (SHUMWAY-COOK; WOLLACOOTT, 2003, p. 154)

As atividades da aluna foram preparadas na sala, na hora da aula, enquanto os colegas respondiam um exercício proposto pela professora. Nesse tempo a aluna não tinha nenhuma atividade e se retirava da sala com certa frequência, sendo que a professora em nenhum momento indagou tal atitude.

Cortella (2015, p. 15) faz um excelente resumo acerca da “educação e edificação da integridade coletiva”, o que leva a uma grande reflexão sobre a postura docente na sala de aula como sujeito formador. Vale lembrar que a criança com deficiência não está na escola apenas para cumprir a lei, ou para ocupar um espaço físico, mas ela se encontra nesse recinto para ser educada em igualdade com os demais, respeitadas as suas características individuais. O autor alerta que:

Somos um animal que não nasce pronto; temos de ser formados. Essa formação pode nos levar à vida como benefício ou à vida como malefício, da pessoa que é capaz de produzir benefício ou da que é capaz de produzir malefício. **Todos e todas somos capazes de ambas as coisas.** (CORTELLA, 2015, p. 15, grifos meus)

Permitir que a aluna saia diversas vezes da sala sem uma justificativa para tal atitude ou que a mesma fique em vários momentos sem nenhuma atividade, apenas acentua as diferenças, e isso gera um perigo a mais, pois é na atitude da professora diante da aluna que os colegas desta se “inspirarão”. Quando o adulto, que é figura de exemplo para as crianças, age de modo a destacar as diferenças e dificuldades do outro ou negligencia por imaginar que tal pessoa não seja capaz de aprender ou de compreender as regras básicas de convivência, sem lhe dar oportunidade de aprender, apenas gera mais uma semente para alimentar o preconceito nas gerações futuras. Cortella (2012) enfatiza que:

É preciso tomar cuidado para não cair na armadilha da inclusão precária. A inclusão deve ser preparada para que não haja o revigoramento do preconceito, em vez de sua eliminação. Colocar uma criança com paralisia cerebral, cega, com dificuldade de mobilidade, lábio leporino, ou algum embaraço intelectual para conviver com os demais sem que haja uma preparação da estrutura pode levar à reclusão e não à inclusão. (CORTELLA, 2012, p. 32)

Durante a entrevista, ao ser questionada sobre a participação da aluna a professora respondeu de forma bastante condizente com a prática presenciada:

Como digo, eles participam, mas nem em tudo. Em algumas atividades. Pintura, música, brincadeira, mas quando chega **realmente na hora do**

**aprendizado acho que fica a desejar. Porque se eu me prender a ela só, a aluna que está aqui, eu termino prejudicando os outros.** Eu acho que acontece isso. (BEATRIZ, ESCOLA AMOR, 2015, grifos meus)

Em conversa informal com a diretora e com a secretária da escola, as mesmas informaram que a aluna não tinha, ainda, um diagnóstico preciso, e que foi justamente a escola quem solicitou aos pais da criança que a levassem ao médico para verificarem. Narraram ainda que a criança chegou à escola no ano anterior, vinda de outra escola onde havia sido reprovada por dois anos seguidos. De acordo com as mesmas, a criança já estava realizando tratamento, mesmo com o diagnóstico ainda impreciso quanto a causa, e que haviam recebido recentemente um relatório elaborado por três profissionais de um hospital (pedagoga, fonoaudióloga e fisioterapeuta) abordando as dificuldades da aluna em cada área (cognitiva, fonoaudiológica e funcional).

Tendo em vista que o foco desse estudo reside no docente e não no aluno em si, ainda que possua em mãos inúmeros dados sobre a aluna, inclusive tendo contato com sua genitora, não exporei no presente estudo tais informações, por considerar que tal atitude seria incondizente com os preceitos éticos adotados para este estudo.

Com base nos dados coletados através da observação em sala de aula, podemos identificar algumas situações que podem ser fatores prejudiciais à inclusão, a exemplo do posicionamento físico da professora em relação a aluna, estando a mesma distante o suficiente para não perceber algumas necessidades imediatas da aluna e assim intervir de forma mais precisa no que for necessário.

De acordo com Effgen (2007, p. 3), em suas orientações gerais sobre as condutas fisioterapêuticas voltadas para o público infantil, a mesma orienta que “é função do fisioterapeuta dar suporte, orientação e atendimento específico” às crianças com necessidades especiais, assim tal prerrogativa também é válida para os profissionais de educação que desenvolvem atividades com estas crianças. Sendo importante a compreensão de que o aluno com deficiência que necessite de um suporte maior na realização de suas atividades deve ter essa característica respeitada, enfatizando que a deficiência não deve ser o único critério para avaliação da necessidade de acompanhamento mais próximo, mas deve ser considerado todo o contexto, sempre buscando oferecer o máximo de autonomia e independência nas tarefas, sem prejudicar o aprendizado.

Cortella (2012, p. 33) alerta que a “igualdade é uma convicção ética da nossa sanidade. A diferença é uma condição. Por isso, temos de insistir que o diferente é apenas diferente e fazer mesmo o trabalho pedagógico de preparação.”. Salienta ainda que:

Há um processo em nosso país (estamos apenas no início), em que a inclusão da pessoa com alguma diferença significativa é necessária para expor a existência do problema e impedir a difusão do preconceito. Mas ela não pode ser feita de maneira leviana, pois poderá vitimá-la novamente. [...] A consciência, a percepção imediata, é outro aspecto relacionado ao preconceito que não raro nos escapa. Nem sempre a discriminação é consciente. (CORTELLA, 2012, pp. 32;36)

Effgen (2007) afirma que a proximidade entre o fisioterapeuta e o paciente é fator importantíssimo em diversos pontos, inclusive sendo determinante para o sucesso de uma terapia, assim como o suporte familiar e até mesmo à inclusão social configuram-se como condição relevante no desenvolvimento infantil, e obviamente também no desenvolvimento da criança com deficiência. Desta forma entendo que tal preceito seria de extrema utilidade na atividade docente com crianças com deficiência, e com alunos de modo geral, pois a proximidade permite o conhecer, ampliando as possibilidades de compreensão e de ação para minimizar as limitações impostas pela deficiência.

Vigotsky (1997) também destacou que existem duas deficiências, uma provocada por fatores orgânicos e outra desencadeada por questões sociais, assim é importante perceber que nem todas as atitudes da criança com deficiência são resultantes de sua deficiência, mas podem, sim, ser consequência da inércia de atitudes positivas no educar. Desta forma a criança com deficiência não seria necessariamente mal educada por ser uma pessoa com deficiência, mas sim por não ter sido educada e orientada para compreender as regras sociais que devem ser respeitadas.

Dentre as falas da professora Beatriz, gostaria de destacar sua resposta quando indagada sobre o espaço educacional ideal para a educação da pessoa com deficiência:

Eu acho que ele poderia ser incluído em uma sala de aula. Só que antes teria que ter um curso. O que deveria fazer, como participar... Aqui mesmo tem Bia, ela fica na sala de aula, mas tem hora que a gente sente como se ela estivesse voando, entendeu? **Se ela for fazer uma atividade igual aos outros, eu teria que pegar ela, colocar próximo da minha cadeira e aí ensinar. E aí, enquanto eu estivesse dando atenção a ela o que aconteceria com os outros 17 que estão na sala de aula?** É essa que eu acho que é a maior dificuldade. (BEATRIZ, ESCOLA AMOR, 2015, grifos meus)

É possível perceber, mais uma vez, que a falta de conhecimento é fator decisivo na inclusão, ou na falta de inclusão, porque na própria fala da professora ela afirma que tem consciência, até certo ponto, de que esse afastamento dificulta o aprendizado da aluna, mas por não conhecer outros meios que possam auxiliar nesse aprendizado, de forma coletiva, de

forma homogênea com toda a turma, a mesma simplesmente passa a oferecer a aluna com deficiência um saber menor, um saber diferente dos demais, o que só favorecerá a ampliação das limitações, resultando na exclusão, ainda que a mesma esteja dentro do ambiente escolar.

Quando perguntei à professora se ela acredita que a multidisciplinaridade seria positiva para os docentes no trabalho com a inclusão, ela respondeu que:

**Eu acho que favorece é a criança.** De uma certa forma faz bem para ela. Como uma criança convive com outra com deficiência, não evolui. **Acho que evolui mais ela convivendo numa escola de crianças normais. Só que eu particularmente me sinto assim: como se fosse impotente.** Eu me vejo assim. Porque eu poderia fazer mais coisas pela criança e eu sinto que eu não consigo. Então nessa hora eu me acho impotente nesse sentido. (BEATRIZ, ESCOLA AMOR, 2015, grifos meus)

Tal afirmativa quanto à multidisciplinaridade favorecer de forma exclusiva a criança com deficiência sinaliza para o desconhecimento da importância da multidisciplinaridade na atualidade para a execução das mais diversas atividades profissionais. Ainda que a aplicação da multidisciplinaridade favoreça de fato a aluna, esse favorecimento somente poderia ser realizado através das práticas docente, dentro da sala de aula.

De acordo com Borges (2013, p. 21), que leva a reflexão sobre a importância da formação de qualidade como fator contribuinte para a inclusão, “a boa formação docente tem aqui também característica social, visto que a escola de boa qualidade deve ser universal, sendo, desse modo, menos excludente.”. Freire (2013b, p. 85) diz ainda que “o mundo social e humano não existiria tal se não fosse um mundo de comunicabilidade fora do qual é impossível dar-se o conhecimento humano.”.

#### 4.1.2.3 Professora Carla

Carla é professora do segundo ano do Ensino Fundamental. Realizei a entrevista com ela no final do turno vespertino, em 23/04/2015. A mesma é formada em pedagogia e atua há 6 anos no Ensino Fundamental I, tendo o mesmo tempo de experiência com ações inclusivas dentro do ambiente escolar.

Durante a entrevista, a professora destacou que:

Quando eu me formei eu tive matéria na faculdade que falava sobre inclusão e tal, mas não acho que seja o suficiente não, tem que ter mais, porque também tem muitas deficiências, **não é só estudar um pouquinho e pronto,**

**tá preparado.** Não é assim, tem que ter mais. (CARLA, ESCOLA AMOR, 2015, grifos meus)

Fica nítida, mais uma vez, a necessidade de formação continuada e multidisciplinar para a atuação docente na Educação Inclusiva. Borges (2013) ao escrever sobre a pedagogia de Paulo Freire, diz que:

A pedagogia progressista libertadora, idealizada por Paulo Freire, propõe uma **relação horizontal entre aluno e professor**, utiliza os temas geradores como conteúdos, e a metodologia é a discussão em grupo dos problemas do contexto social dos educandos. Seu **objetivo principal é levar os professores e alunos a atingir um nível de consciência da realidade em que vivem na busca da transformação social.** (BORGES, 2013, p. 37, grifos meus)

Ferreira (2005, p.9) afirma que:

**As crianças com necessidades especiais constituem um grupo bastante heterogêneo** que incluem as deficiências dos órgãos do sentido (cegueira e surdez), deficiências físicas [...] deficiências neurológicas (deficiência mental, paralisia cerebral, transtorno do déficit de atenção com hiperatividade, autismo, dislexia, epilepsia, entre outras), síndromes genéticas (Down, Cornélia-de-Lange, Prader-Willi, Angelman, entre outras) e desajustes emocionais (distúrbios reativos de conduta ou psicoses) [...] **É incontestável que é preciso oferecer aos profissionais que irão lidar com estas crianças** - em especial o(a)s professore(a)s do ensino fundamental – **condições mínimas de entendimento do que representa esta ou aquela morbidez e/ou deficiência**, para que possam reconhecer o momento em que devem ser utilizados cuidados diferenciados. (FERREIRA, 2003, p. 9, grifos meus)

Desta forma, mantém-se claro que compreender as deficiências, ainda que de forma sucinta, é fator primordial para uma prática docente mais inclusiva. Esse foi o motivo para que o autor supracitado escrevesse o livro “O que todo professor precisa saber sobre neurologia”, em uma contribuição útil, interessante e multidisciplinar para a educação.

Perguntei a professora o que seria necessário, na opinião dela, para que o aprendizado do aluno com deficiência nas escolas regulares ocorra da melhor forma possível, tendo tido a seguinte resposta:

**Seria um conjunto de coisas, um pouco de cada coisa para que eles aprendam bem. Tanto o professor, o aluno, a família**, isso tudo junto seria importante para ele, para que ele aprenda bem, e se sinta bem também, **porque não é só a questão de vim para a escola, mas de poder participar das coisas também, de fazer amizade com os colegas, de estar ali junto.**



Eu sempre faço de tudo para que tenha esse **contato com os colegas**, para ele não ficar lá no canto, eu não gosto de ver ele no canto, então eu “tô” sempre ali por perto tentando ajudar, falando com os meninos para estar mais perto também. (CARLA, ESCOLA AMOR, 2015, grifos meus)

Para Effgen (2007, p. 36) “o desenvolvimento de uma criança é um complexo e fascinante processo de interação da biologia inata com as vastas influências ambientais e experiências”. De acordo com a autora a influência de aspectos da natureza, assim como da educação de modo geral e da família, a questão do apoio familiar e da interação social são fundamentais para o aprendizado de qualquer criança em diversos aspectos. Quando amadas, bem nutridas e respeitadas em seu “ser criança” o desenvolvimento infantil tende a ser potencializado. Na fisioterapia pediátrica o tratamento tem foco também na família e no ambiente, Effgen (2007, p. 93) diz que “a família é essencial para o sucesso do tratamento”.

Ao ser inquirida sobre sua opinião acerca do uso, por parte dos alunos com deficiência, de muletas, cadeiras de rodas, aparelhos auditivos, etc., a mesma mostrou-se totalmente a favor, afirmando:

Ah! **Ajuda sim, e muito**, porque assim eles podem fazer mais coisas. **Por exemplo, uma criança que não anda, se ela não vim para a escola de cadeira de rodas ela vai vir como?** Carregada? E quando ela crescer e ficar pesada, quem é que vai carregar? Porque a gente não vai aguentar carregar eles para tudo que é lado, isso não seria possível mesmo. (CARLA, ESCOLA AMOR, 2015, grifos meus)

Como dito anteriormente a utilização desses recursos é realmente de suma importância e sua aceitação tanto pelos usuários quanto pelos que o rodeia é de extrema importância. É fundamental que a criança veja nesses recursos um apoio, e quanto mais ela for estimulada, quanto mais ela for orientada e quanto menos ela for questionada ou discriminada por conta de um utensílio de marcha, por exemplo, melhor será seu desempenho funcional, dentro de suas possibilidades individuais.

#### 4.2 ESCOLA SOLIDARIEDADE

A Escola Solidariedade (nome fictício) é uma instituição pública localizada em Lauro de Freitas, no estado da Bahia, que oferece acesso ao Ensino Fundamental I.

#### 4.1.1 Descrição da Escola

A Escola Solidariedade está localizada em uma rua com calçamento e ponto de ônibus bem próximo. A instituição tem somente o andar térreo e logo na entrada há um grande portão e uma rampa de acesso. Nas dependências da escola não tem rampas, também porque não tem degraus. A escola é bastante acessível do ponto de vista arquitetônico, não havendo barreiras significativas para a locomoção de pessoas com deficiências motoras. É uma escola pequena, com poucas salas e bem organizada. É toda tingida com cores em tons marrons e cercada por um muro alto com grades de proteção.

A escola também contava com uma biblioteca, sala de informática, sala de leitura e atividades complementares para os alunos. Verifiquei também ampla área de acesso comum e cantina para a merenda escolar gratuita. Não tem cantina com fins lucrativos na escola, porém existem lanchonetes nas proximidades. Um dos pontos positivos que merece destaque é que existe transporte gratuito para os alunos da escola, inclusive os alunos com deficiência, o que favorece a acessibilidade à mesma.

Os banheiros, ao que pareceu, não foram idealizados para a acessibilidade de pessoas com deficiência física, porém a olhos nus dá a impressão de ser possível passar uma cadeira de rodas.

Os bebedouros são altos, similares aos da escola Amor, também impossibilitando sua utilização por crianças pequenas, cadeirantes, entre outros, sem copos.

Apesar de encaminhar a pergunta por escrito, não recebi informações da quantidade de alunos matriculados na escola, apenas sobre os alunos com deficiência, que segundo a diretora da escola seriam sete no total. Desses, três tinham diagnóstico de autismo, uma com síndrome de Down, uma com deficiência auditiva e utilização de aparelho auditivo, e dois com limitações motoras, sendo que um desses se locomove com auxílio de muleta.

Gostaria de destacar que mesmo sendo uma escola municipal a mesma não possui sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE), e apenas um dos alunos frequenta tal atendimento em outra escola do município. Nos relatos das professoras, nenhuma delas fez alusão ao AEE como apoio às atividades docentes na prática da Educação Inclusiva.

Em conversa informal com a diretora a mesma narrou dificuldades enfrentadas na administração da escola, especialmente quanto aos alunos incluídos. A mesma afirmou que apesar de ser a favor da inclusão não vê a escola regular como o espaço ideal para estas crianças, especialmente por conta da falta de preparo em diversos aspectos, inclusive humano.

As visitas à escola foram realizadas em 11 e 15/05/2015, destacando que foram efetuadas tentativas anteriores, frustradas em decorrência da greve nas escolas municipais de Lauro de Freitas. Essa foi a última escola a ser visitada durante a coleta de dados para este estudo.

As professoras entrevistadas na Escola Solidariedade foram: Diana, Eliene e Flávia. Todas as entrevistas foram realizadas no turno vespertino, nos intervalos e no final das aulas. As sessões de observação foram realizadas na sala da professora Diana, que atua no 4º ano do Ensino Fundamental I. A turma tinha cerca de 30 alunos matriculados, a estrutura física da sala segue os padrões já descritos acima sobre a escola, tendo inúmeras janelas na sala. Talvez por conta da série, a sala não era muito enfeitada e colorida.

#### **4.2.2 O que dizem as professoras da Escola Solidariedade**

Assim como na Escola Amor, também fui muito bem recebida pelos profissionais da Escola Solidariedade, especialmente pela diretora da instituição que se disponibilizou a auxiliar-me no que se fizesse necessário.

As professoras foram convidadas a participar da pesquisa pela própria diretora e não houve em nenhum momento resistência quanto à participação destas.

Nas visitas realizadas, em virtude do tempo, não foram mantidos tantos diálogos com outros profissionais da escola, apenas com a diretora e secretária, ambas relataram as dificuldades enfrentadas na escola, não apenas com os alunos com deficiência, mas de modo geral.

Um dos pontos mais arrolados foi à falta de participação da família nas atividades escolares, e a responsabilização única da escola como agente educador, retirando a responsabilidade familiar nesta etapa tão importante na vida de uma criança. As mesmas destacaram que algumas mães só vão à escola uma vez por ano, quando vão, e que essa falta de contato entre a família e a escola termina dificultando o trabalho da escola, especialmente para os casos de crianças com deficiência.

Falaram também sobre a falta de apoio quanto ao atendimento do aluno com deficiência. Foi na sala da diretora que me foi informado sobre um aluno que recebe Atendimento Educacional Especializado em outra escola, porém não informou se estes profissionais do AEE forneceram alguma orientação à professora do aluno na escola regular.

#### 4.2.2.1 Professora Diana

A professora Diana é professora do 4º ano do Ensino Fundamental da Escola Municipal Solidariedade, tem cerca de 30 alunos em sua classe, e um aluno com deficiência: autismo. Foram realizadas duas sessões de observação na sala da professora Diana, nos dias 11 e 15/05/2015, ambas no turno vespertino. Destaco que a professora tem formação dupla para a docência, possuindo em seu currículo tanto o Magistério quanto a Pedagogia.

A sala da professora Diana é ampla e com muitas janelas, bem ventilada e arejada. As carteiras são separadas, mesa e cadeira, na cor branca e com laterais arredondadas. As carteiras dos alunos estavam arrumadas em filas uniformes. A mesa da professora fica de frente para a porta e com um quadro ao fundo. A sala não tem cores vivas e nem enfeites nas paredes.

Na sala da professora Diana havia um único aluno com deficiência, autismo. A professora relatou que o comportamento dele variava. O aluno fala poucas palavras, faz tratamento, e no geral, segundo a professora, ele participa de algumas atividades.

A professora mencionou que muitas vezes fala com o aluno e o mesmo não demonstra nenhuma reação, como se ela não estivesse ali presente. O aluno geralmente vai à escola em companhia da irmã.

Durante a aula o aluno ficou o tempo todo sentado distante, movimentava-se insistentemente na mesa e com certa frequência colocava as mãos nos órgãos genitais. Inclusive a professora relatou que essa “mania” (como a mesma afirmou) a deixava entre constrangida e irritada, também porque existiam outras crianças na sala.

Apesar de a professora ter colocado o caderno do aluno na mesa o mesmo não o utilizou nas duas visitas realizadas, e a professora não pareceu se incomodar com a situação, talvez em virtude da repetição cotidiana.

Quando perguntada, durante a entrevista, sobre como era a participação do aluno em sala de aula a professora respondeu que:

**Na minha sala ele participa. Ele faz todas as atividades, mas é mais lento, demora e isso muitas vezes atrapalha um pouco a turma, porque eu preciso estar sempre ajudando, atenta e nem sempre consigo dar atenção a todos.** Mas ele participa sim, faz tudo direitinho, do jeito dele, como ele sabe fazer. Eu sempre ajudo e **ele faz o dever igual dos colegas, não é porque é deficiente que vai fazer outra atividade**, vai fazer a mesma atividade dos colegas, mesmo que seja do jeito dele. (DIANA, ESCOLA SOLIDARIEDADE, 2015, grifos meus)

Tal afirmativa não foi constatada durante a observação, uma vez que nas duas visitas o aluno não teve uma participação significativa nas atividades em sala de aula.

Em 1980 foi criada, pela Organização Mundial de Saúde – OMS, a Classificação Internacional de Funcionalidade – CIF, que “oferece uma linguagem unificada e padronizada de orientações para descrever e mensurar os estados de saúde e de saúde relativa.” (EFFGEN, 2007, p. 8)

Diferentemente da Classificação Internacional de Doenças – CID, a CIF tem um foco maior na questão funcional para além da patologia. Assim, foram estabelecidos componentes funcionais para classificação das disfunções. Destaco que o modelo baseado na CIF é o ponto de partida para a atuação fisioterapêutica, onde as condutas serão conduzidas de acordo com essa classificação, considerando outros contextos como o ambiente e fatores pessoais.

A CIF não está centrada em uma doença, mas sim nas disfunções e limitações porventura desencadeadas por esta. Para facilitar a compreensão e classificação foram definidos e padronizados alguns componentes da CIF, de acordo com Effgen (2007, p. 8) são estes:

- Funções corporais: funções fisiológicas (inclusive psicológica);
- Estruturas corporais: estruturas anatômicas do corpo;
- Deficiência: disfunção na estrutura corporal ou na função com perda ou significativa alteração;
- Atividade: realização de ações e/ou tarefas por uma pessoa;
- Participação: envolvimento em situação de vida, social ou de grupo;
- Limitação de atividade: dificuldade na realização de uma atividade; e
- Restrição de participação: problemas que uma pessoa pode experimentar em ambientes cotidianos.

O objetivo da classificação pela CIF é identificar as dificuldades e subsidiar a realização de atividades de vida diária o mais independentemente possível, através da implementação de inúmeros recursos. Assim, a atitude da professora ante as dificuldades de participação de seu aluno são de extrema importância.

Um dos preceitos da Fisioterapia é que o foco não deve estar apenas nas impossibilidades de execução de uma determinada tarefa, mas também, e principalmente, nas

possibilidades de encontrar novos caminhos para a realização de uma atividade e participação nas situações de vida cotidiana.

Assim, destaco que tanto as atitudes quanto o ambiente e sua estrutura física podem servir como fatores de restrição à atividade da criança com deficiência no ambiente escolar, acentuando a limitação, a deficiência e resultando em restrição da participação. Por este motivo é importante oferecer o máximo de estímulos possíveis para estas crianças, tanto no que diz respeito à realização das atividades quanto a sua participação na vida social.

Conforme a CIF a participação somente ocorre através do envolvimento em situação de vida, social ou de grupo, assim a limitação da participação seriam os problemas que a criança experimente no contexto onde está inserida. Portanto, talvez por desconhecimento de tal prerrogativa a professora não esteja se dando conta de que a ausência de auxílios para realização das atividades configura-se como uma limitação que vai além da deficiência.

Desta maneira, conhecer o aluno, suas reais dificuldades, os conceitos pertinentes sobre a deficiência e possibilidades desta criança seriam fatores imprescindíveis para uma prática educativa da inclusão, destacando que não estou propondo uma fórmula mágica para incluir, mas enfatizando a importância do conhecimento para incluir.

Saliento que negar as dificuldades encontradas nas situações cotidianas não tornam tais obstáculos menores. Ainda que os camufle, os mesmos continuam presentes e crescentes. Desta forma é importante perceber que apenas matricular o aluno com deficiência na escola regular não se configura uma inclusão, mas uma integração. A inclusão somente é possível quando o aluno tem todo apoio necessário para a realização das atividades, participação no contexto escolar, e respeito à sua diferença.

Quando questionei a professora sobre ela sentir-se ou não preparada para a inclusão à mesma respondeu com olhar triste que:

**Não. Como eu disse antes eu não tive essa formação** voltada para esses alunos, **eu não tive aluno com deficiência no estágio** e eu não fiz nenhum curso de inclusão, **só vim descobrir como era quando tive um aluno na minha turma**, eu não sabia nada, fiquei perdida sem saber o que fazer, sem preparo para isso. (DIANA, ESCOLA SOLIDARIEDADE, 2015, grifos meus)

Destacou, ainda, acerca de haver necessidade de mudança na formação docente para a Educação Inclusiva:

Acho que sim. **Como é que a gente vai trabalhar bem com a criança com deficiência se a gente não conhece**, se a gente não teve uma formação para isso, se a gente não sabe o que fazer. Então acho que deve ter sim. (DIANA, ESCOLA SOLIDARIEDADE, 2015, grifos meus)

Tais respostas confirmam a necessidade de reformulação curricular na formação docente e a inclusão de novos conhecimentos, novos saberes e novos compartilhamentos, justamente a proposta sugerida por este estudo. Conforme Cortella (2011, p. 14) “é preciso pensar uma nova qualidade para uma nova escola, em uma sociedade que começa, paulatinamente, a erigir a Educação como um direito subjetivo de Cidadania e, portanto, inerente a cada sujeito, a cada pessoa.”.

#### 4.2.2.2 Professora Eliane

A professora Eliane é professora do 1º ano do Ensino Fundamental da Escola Municipal Solidariedade, é formada em magistério e graduada em pedagogia. Foi uma das professoras com maior tempo de experiência com a docência entre as professoras entrevistadas. De todas as professoras entrevistadas foi a segunda, juntamente com professora Beatriz, que não declarou o tempo aproximado de experiência com alunos com deficiência, quando indagada respondeu que “não lembrava”.

Ao ser perguntada sobre o que seria necessário para o aprendizado do aluno com deficiência a professora afirmou que considera importante:

A capacitação do professor. A busca do professor. O professor tem que estar buscando sempre o que a escola tem para a gente se aprimorar. Aqui mesmo tem vários alunos com dificuldade. **Todo ano tem aluno com dificuldade, agora que dificuldade tem?** A gente deveria estar buscando mais. Não em uma só, mas em várias deficiências, porque tem vários alunos, com várias dificuldades. (ELIANE, ESCOLA SOLIDARIEDADE, 2015, grifos meus)

E quando indaguei se a mesma tinha alguma especialização a professora respondeu que:

**Não. Não tenho. Eu mesma não parei para procurar uma coisa para fazer mesmo, para ajudar.** Quer dizer, a preocupação não é tanta. Quer dizer assim: da minha parte não. Porque a gente pensa que tem a maioria e não corre atrás da minoria, mas a gente precisa, porque tem muitas crianças com muitas deficiências e a gente precisa também tá se informando, procurando melhorar para poder trabalhar. **Há falta de formação**

**específica, de cursos gratuitos, de recursos didáticos para o professor. Seria mais fácil.** Seria. Seria bem melhor se a gente tivesse assim... porque a gente não tem nem tempo para essas coisas. Fazer um curso a noite para poder se especializar. As vezes a gente tem oficinas, às vezes dá suporte, mas pouco. Precisamos de mais. (ELIANE, ESCOLA SOLIDARIEDADE, 2015, grifos meus)

Uma das premissas da Fisioterapia refere-se ao fato de que o fisioterapeuta deve buscar compreender o desenvolvimento pueril de forma que o mesmo possa realizar avaliações e exames físicos, diagnóstico fisioterapêutico, prognóstico e tratamentos de formas adequadas, ou seja, que possibilitem a identificação de disfunções, com base nos padrões de normalidade, e o emprego das medidas adequadas para minimizar ou neutralizar as possíveis limitações na realização das Atividades de Vida Diária – AVD. Daí é possível perceber a importância da formação continuada e multidisciplinar para os que visam desenvolver atividades com crianças e com crianças com deficiência.

Evidentemente ao propor o compartilhamento dos saberes fisioterápicos com os docentes que desenvolvem atividades com crianças com deficiência nas escolas regulares, sugiro apenas o conhecimento básico sobre aspectos necessários ao exercício docente, de forma que os profissionais de educação não sejam sobrecarregados com uma gama de conhecimentos de outras áreas, uma vez que a proposta aqui apresentada busca auxiliar o docente na sua atividade e não tornar-se um fardo.

Um ponto que gostaria de salientar é quanto à compreensão da professora sobre a necessidade de uma formação mais ampla e acerca da necessidade de reformulação curricular para adequação às novas exigências e demandas da escola. A professora afirmou achar ser necessária uma modificação na formação docente e sobre a dificuldade de se fazer essa formação por conta da amplitude da problemática:

Acho que sim, mas **é difícil porque são tantas deficiências.** Não é uma criança para a gente receber aqui na escola, com síndrome de Down ou autista, aqui tem várias deficiências né. Auditiva, tinha uma que tinha visual... **Então a gente tinha que tá todo ano se preparando porque são muitas.** E do bairro é a escola que tem mais alunos com deficiência. Aí é difícil. (ELIANE, ESCOLA SOLIDARIEDADE, 2015, grifos meus)

Diante de um novo contexto se faz necessária uma nova formação, uma nova consciência do outro e de si mesmo, não sendo assim a inclusão continuará a ser, como enfatizou Dimenstein (2011), apenas uma “cidadania de papel”, garantida na lei e carente de ação prática.



#### 4.2.2.3 Professora Flávia

A professora Flávia trabalha com o segundo ano do Ensino Fundamental I, no turno vespertino, e sua entrevista foi realizada ao final de sua aula do dia 15.05.2015. A professora foi muito atenciosa e se mostrou bastante interessada em participar da pesquisa. A mesma permaneceu por alguns minutos na escola depois de findo seu turno para responder as questões da entrevista. A professora Flávia tem 15 anos de trabalho como professora, sendo que desses atua há oito anos com alunos com deficiência em sua turma. É formada em Pedagogia.

Afirmou que a principal dificuldade que ela enfrenta em sala de aula, com relação à inclusão do aluno com deficiência, era:

Na minha pouca experiência com esses alunos eu acredito que as maiores dificuldades são aquelas que a gente tem que **desenvolver atividades**, por conta do tempo e também por conta das outras crianças né, que **eles acabam fazendo com uma certa demora** e a sala fica a esperar eles terminarem, até concluir. (FLÁVIA, ESCOLA SOLIDARIEDADE, 2015, grifos meus)

O desenvolvimento neuropsicomotor envolve diversos fatores que vão além das questões orgânicas ou biológicas e estão intimamente interligados. Assim, para entender o crescimento infantil é fundamental essa compreensão de modo a evitar interpretações equivocadas quanto a possíveis disfunções apresentadas.

Outro ponto a ser destacado refere-se ao fato de que os padrões de desenvolvimento não são universais, ou seja, podem variar para mais ou para menos, assim não pode ser considerado como único parâmetro para compreensão do desenvolvimento infantil, devendo-se considerar outros aspectos, tais como: dados demográficos, história social da família, história clínica da criança, estado geral da saúde, condição funcional, uso de medicamentos, entre outros.

De acordo com Shumway-Cook e Woollacott (2003) e Effgen (2007) são inúmeras as teorias existentes sobre o desenvolvimento infantil, e estas tem o objetivo principal de apresentar as hipóteses e pressupostos sobre o tema, destacando que, conforme as autoras, tais teorias evoluem e sofrem alterações ao longo dos anos. Sublinhando que as teorias “não são mutuamente excludentes e compartilham diferentes graus de fundamentação empírica”. (Effgen, 2007, p. 36)

Desta forma é importante compreender que cada criança tem um tempo e nem sempre a execução de uma tarefa será realizada dentro de um limite de tempo pré-

estabelecido, mas de forma individualizada, de acordo com a capacidade de realização de atividades e participação de cada indivíduo.

Quanto a sua principal preocupação em sala de aula a professora disse:

A minha preocupação principal é estar atenta em **perceber o que meu aluno precisa e de que forma eu posso ajudar ele**. Acho que essa é a preocupação da maioria dos professores, porque **é difícil perceber**, por exemplo, **o que uma criança autista deseja ou precisa naquele momento**. Isso é preocupante. (FLÁVIA, ESCOLA SOLIDARIEDADE, 2015, grifos meus)

Conforme Ferreira (2005) o autismo pode ser considerado como um transtorno provocado por uma lesão encefálica de causa ainda desconhecida e elementos genéricos ainda obscuros. O autor salienta que existem tipos de autismo, cada um com características específicas, variando de uma criança para outra. Dessa forma, conforme os critérios da Fisioterapia, seria necessária a realização de uma avaliação criteriosa dos aspectos funcionais encontrados na criança, não do ponto de vista patológico, mas baseada na CIF, ou seja na funcionalidade.

Quando interpelada sobre o que seria necessário para o aprendizado da pessoa com deficiência, a professora disse de forma categórica que:

Seria para mim o máximo se a gente tivesse **uma especialista em sala para intervir naquilo que é feito**, para intervir ajudando o professor no que melhorar, como começar, como preparar... para mim seria a forma mais esplendida, eu acredito, para trabalhar com essas crianças. (FLÁVIA, ESCOLA SOLIDARIEDADE, 2015, grifos meus)

De acordo com Effgen (2007) a relação da Fisioterapia com a escola vem de longa data, porém essa relação se dava no âmbito da escola especial. Conforme as mudanças legislativas e a nova vertente da Educação Inclusiva, o atendimento especializado deve ocorrer em turno contralateral, de preferência.

Destaco mais uma vez que a proposta desse estudo consiste no compartilhamento de conhecimentos, de forma didática, não defendo a presença física de um fisioterapeuta ou qualquer outro profissional de saúde dentro do ambiente escolar, salvo os previstos em lei e estritamente necessários, sob o risco de transformar a escola regular em uma nova escola especial, o eu vai de encontro com a proposta da Educação Inclusiva.

### 4.3 ESCOLA RESPEITO

A Escola Respeito (nome fictício) é uma instituição privada localizada na periferia de Salvador, no estado da Bahia, que oferece acesso à Educação Infantil, Ensino Fundamental I e II e ao Ensino Médio.

#### 4.3.1 Descrição da Escola

Das três escolas visitadas a Escola Respeito foi a que possui o maior espaço físico e o maior número de alunos. Segundo a coordenadora a escola teria cerca de 1.800 alunos matriculados em 2015, sendo que desses 43 se declararam pessoas com deficiência no ato da matrícula, destes 37 estavam matriculados no Ensino Fundamental e 06 no Ensino Médio. De acordo com informações da coordenadora os alunos possuíam as seguintes deficiências: Síndrome de Down, autismo, deficiência auditiva, deficiência física, hiperatividade e déficit de atenção.

Importante destacar que a hiperatividade e o déficit de atenção, bem como a dislexia não são consideradas deficiências, desta forma os estudantes que apresentam tais distúrbios não são, conforme a lei, público alvo da educação especial no Brasil.

A escola está localizada em uma rua principal, com calçamento, intenso movimento de veículos e próxima de inúmeros comércios. A Escola Respeito está construída em um amplo espaço físico, possuindo três andares, estacionamento privativo e um pequeno ginásio de esportes.

No andar térreo estão instalados os alunos da Educação Infantil e as turmas do primeiro e segundo ano da Educação Fundamental I, sala da diretoria, área administrativa, cantina, ginásio de esportes, loja de fardamentos e sala de reuniões. No primeiro andar estão os alunos do terceiro, quarto e quinto ano do Ensino Fundamental I, Ensino Fundamental II e a sala da coordenação.

No segundo andar ficavam as salas do primeiro e segundo ano do Ensino Médio, biblioteca e laboratórios. Também tem uma pequena sala para acompanhamento dos alunos com deficiência, com uma secretária e a vice-diretora da escola atuando mais ativamente nesta área.

No terceiro andar eram exclusivamente para aulas do terceiro ano do Ensino Médio, cujas aulas ocorriam em tempo integral, e neste mesmo andar os alunos dispõem de uma sala para realizarem as refeições.

No andar térreo existem duas possibilidades de entrada para acesso ao prédio. Na entrada principal tem rampas de acesso e barras laterais. Os banheiros são acessíveis às pessoas com deficiência. A escola não possui elevadores, o que dificulta o acesso de alunos com deficiência motora nos andares superiores. Segundo informação da coordenadora um dos alunos do ensino médio que usa cadeira de rodas é levado carregado à sala de aula pelos seguranças da escola.

As salas são amplas, com portas largas e janelas em todas as salas. Os corredores também são amplos e existem duas escadas em cada andar, sendo duas possibilidades de saída do prédio. Todo o prédio tem piso de cerâmica e cada andar estava pintado com uma cor diferente. As salas da Educação Infantil e Ensino Fundamental I estavam enfeitadas com bastante colorido e com vários ornamentos presos nas paredes.

O acesso ao ginásio de esportes se dá pelo estacionamento, por fora do espaço destinado às aulas didáticas. Os alunos têm aulas de Educação Física no ginásio. Também são oferecidas aulas de capoeira e balé aos alunos.

A Escola Respeito, do ponto de vista arquitetônico tem excelente acessibilidade no andar térreo, porém em virtude da ausência de elevadores e rampas de acesso aos andares subjacentes existe uma séria barreira de locomoção para os alunos com deficiência, especialmente nas séries do Ensino Fundamental II em diante. Vale destacar que apesar dessa dificuldade a Escola Respeito foi a única entre as escolas visitadas que possuía uma secretaria especialmente para tratar de assuntos referentes à inclusão de alunos com deficiência.

Confesso que fiquei realmente impressionada com o tamanho da escola e a quantidade de funcionários da mesma.

#### **4.3.2 O que dizem as professoras da Escola Respeito**

Assim como ocorreu nas demais escolas, senti que a recepção foi extremamente calorosa. As professoras participaram da pesquisa com muito boa vontade e foi nesta escola que houve um maior número de docentes que aceitariam participar do estudo, inclusive professores do Ensino Fundamental II e Médio, os quais, infelizmente, não foi possível entrevistar para este estudo.

A diretora da escola me ofereceu todo o suporte necessário, tendo inclusive me acompanhado pessoalmente para conhecimento dos espaços escolares. Ela também me apresentou à coordenadora, secretárias e diversos outros profissionais da escola. Solicitou a secretária que cuida de assuntos relacionados à inclusão que me acompanhasse e realizasse a

apresentação aos docentes. A professora não apenas fez o que foi anteriormente narrado como ainda me disponibilizou um espaço mais tranquilo para realização das entrevistas. Porém, devido a grande demanda de trabalho das professoras as entrevistas foram realizadas nos horários do almoço, no intervalo e no final da aula.

As visitas foram realizadas nos dias 30/04 e 07/05/2015, e a observação foi feita na sala da professora Gisele, no quinto ano do Ensino Fundamental I.

Em conversas informais com a diretora a mesma contou a história da escola, do seu crescimento e do trabalho que ela faz com muito amor. Falou sobre as dificuldades que enfrentou para que a escola chegasse ao nível em que está, relatando que suas filhas trabalham na escola e seu neto também estuda na mesma.

A secretária informou que atuou diretamente como professora por muitos anos, sendo a professora com mais tempo de serviço na escola, destacou que desde 2014 está fazendo um trabalho com as pessoas com deficiência matriculadas na escola. Afirmou que não se tratava de um trabalho fácil visto que ainda não possui conhecimentos suficientes e nem a escola encontra-se preparada.

Em certo momento a professora, com olhos cheios de lágrimas, relatou situações vividas na escola, momentos de superação de alunos seus, e disse que valia a pena cada um dos sacrifícios porque ela ama o que faz e que este é o caminho: amar o que se faz.

Durante minha visita um aluno do Ensino Fundamental II, com autismo, foi levado à sala da secretaria. A mesma contou-me que o garoto tinha um irmão gêmeo que também tinha autismo, em um grau mais severo. Ambos estudam na escola já há alguns anos.

#### 4.3.2.1 Professora Gisele

A professora Gisele trabalha com o 5º ano do Ensino Fundamental da Escola Respeito. Graduada em Pedagogia a professora atua há 15 anos na educação de crianças e, conforme relatado pela professora, a mesma teve sua primeira experiência com crianças com deficiência há cerca de sete anos. A professora Gisele dá aulas nos dois turnos e segundo ela em ambas as turmas tem aluno com deficiência.

Na sala da professora Gisele, no turno vespertino, encontra-se matriculadas cerca de 20 crianças, sendo uma delas pessoa com deficiência auditiva que faz uso de aparelho auditivo no ouvido direito. Realizei, como nas escolas anteriores, duas sessões de observação na sala da professora Gisele. Estas foram feitas nos dias 30/04 e 07/05/2015, ambas no turno vespertino.

A sala onde a professora dá aulas está localizada no primeiro andar da escola, é bastante ampla e possui uma janela de ventilação que dá para o corredor da escola. Na sala também tem ventilador de teto. As carteiras são compostas por mesa e cadeiras separadas com laterais arredondadas.

A mesa da professora fica quase em frente à porta de acesso a sala, levemente à esquerda. Na sala tem dois armários, um aberto onde havia vários livros, que supus serem dos alunos, e um armário fechado com chaves.

Os alunos sentam-se em filas e fileiras de acordo com a arrumação das carteiras. A aluna com deficiência auditiva sentou-se, em ambos os dias de observações, na frente da sala, bem próximo a mesa da professora. Ao que me pareceu esse lugar era reservado a essa aluna, uma vez que no dia da segunda observação, 07/05/2015, a mesma chegou com considerável atraso e a carteira esteve todo o tempo vazia, até a sua chegada.

A professora tinha um cuidado especial com a aluna, porém em diversos momentos a mesma falou virada de costas para a aluna ao escrever no quadro. Em nenhuma dessas situações a aluna se manifestou, sempre bastante reservada em sua carteira e com uma postura incorreta, a impressão que dava era de que a mesma queria se “esconder”. As atividades realizadas pela aluna foram as mesmas dos demais colegas e segundo a professora não havia nenhuma alteração de conteúdo ou avaliação em virtude das condições especiais da aluna.

A professora relatou que a aluna consegue acompanhar a aula, porém ainda que a professora se mostrasse bastante atenciosa com a aluna não havia um diálogo entre as duas, eram sempre monólogos onde a professora falava e a aluna acompanhava, não tendo eu como dizer se a mesma entendia completamente ou não. A única afirmativa que posso dar é que foram raríssimos os momentos de comunicação da aluna e sempre bastante tímidos.

No dia da última visita para observação nesta turma da professora Gisele, estava sendo feito, assim como em todo o Ensino Fundamental I, uma atividade de confecção da lembrança que seria ofertada às mães em comemoração ao Dia das Mães. Essa atividade durou boa parte da aula, consistindo na pintura de uma tela onde havia desenhado corações e flores. A professora auxiliou e orientou todos os alunos, um por um, e devido ao grande alvoroço na sala ficou complicada a observação específica para este trabalho. Pretendia retornar a escola para uma última observação, porém em virtude da escassez de tempo tal pretensão não foi realizada.

Conforme informado pela professora e pela coordenadora a aluna fazia tratamento fonoaudiológico e conseguia se comunicar, ainda que não plenamente. A discente não era

usuária de LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais, e a escola também não possuía em seu quadro tradutor/intérprete de LIBRAS.

Confesso que acompanhar a aula da professora Gisele, com uma aluna com deficiência auditiva, me foi deveras penoso, apesar de ter sido recebida com toda boa vontade e ter tido ao meu alcance todo apoio de que necessitei.

A situação delicada para mim consistiu em ver refletidas na aluna as minhas próprias experiências como pessoa com deficiência auditiva severa. Era como se naquele momento eu me transportasse para o passado não tão distante e sentisse na minha pele todo sentimento que conseguia ver nos olhos daquela aluna. Uma sensação de não pertencimento, de estar invisível, ou como pude perceber várias vezes no olhar da professora, um sentimento de piedade, de comoção, que ao menos a mim nunca me fez bem.

Cada vez que a professora falava virada de costas para a aluna, ao escrever no quadro, ainda que tivessem duas pessoas surdas dentro da sala, eu e a aluna, era mais uma prova da necessidade de conhecer para atuar, porque não poderia jamais negar toda a boa vontade da professora. Assim o que vi não foi algo que possa atribuir à maldade, mas sim a pura e simples falta de conhecimento sobre o que é ser surdo e sobre as deficiências. Nas palavras da própria professora, quanto a estar preparada para atuar com alunos com deficiência:

**Não. Não me sinto preparada para trabalhar.** Assim, **a gente trabalha porque na sala de aula tem um, tem dois...** A gente vai aprendendo a lidar, buscando estratégias, fazendo pesquisas, **mas ainda tenho muita dificuldade.** (GISELE, ESCOLA RESPEITO, 2015, grifos meus)

De acordo com Perrenoud (2000) seriam necessárias ao professor novas competências, tais quais destaco: organizar e dirigir situações de aprendizagem; administrar a progressão de aprendizagem; trabalhar em equipe; enfrentar os deveres e dilemas éticos da profissão; e administrar sua própria formação continuada.

Assim, se torna evidente a necessidade de um trabalho em equipe, de uma multidisciplinaridade educativa para apoiar o professor e materializar a Educação Inclusiva conforme já é garantido na legislação brasileira.

Quando perguntada acerca de a escola regular estar preparada para receber os alunos com deficiência a professora afirmou que:

**As escolas regulares não estão preparadas para receber a criança com deficiência, principalmente o professor.** O professor não está preparado

**porque ninguém dá subsídio ao professor**, e como trabalhar com esse tipo de criança. A gente fica um pouco perdido como avaliar, de que forma lidar com essa criança e acaba fazendo um trabalho como criança normal e eles ficam sem a atenção devida. (GISELE, ESCOLA RESPEITO, 2015, grifos meus)

Reafirma em seguida quanto ao que julga necessário para um melhor aprendizado da pessoa com deficiência:

**Eu acho que os professores deveriam ser melhores preparados** para fazer esse tipo de trabalho com crianças especiais que necessitam tanto de estar na sala de aula com crianças normais. (GISELE, ESCOLA RESPEITO, 2015, grifos meus)

Um ponto que merece ser destacado é que apesar de estar prevista a atuação do fisioterapeuta nas mais diversas áreas e situações, inclusive na deficiência auditiva, ainda são poucos os estudos sobre a relação da audição e o controle motor, porém nos últimos anos tem aumentado o interesse sobre o tema e os efeitos da atividade física em indivíduos surdos. Vale destacar que um dos temas mais discutidos, no âmbito da Fisioterapia relacionada a surdez, é acerca da íntima relação entre o ouvido e o equilíbrio corporal, bem como o impacto destes na postura e controle motor da criança surda ou com deficiência auditiva.

Saliento que um dos pontos mais cruciais da importância de entendimento do que é a surdez e de seu impacto na vida de uma pessoa é, sobretudo, evitar a concepção de pré-conceitos como a catalogação de pessoas surdas ou com deficiência auditiva como pessoas com deficiência intelectual. Outro ponto reside no fato de acreditar que por ser uma deficiência a nível sensorial a mesma não afeta direta ou indiretamente o organismo, do ponto de vista motor. Tendo em vista que todos os sistemas corporais se inter-relacionam não seria prudente alimentar tal ideário de individualidade do sistema auditivo.

A professora Gisele se mostrou bastante positiva quanto a necessidade de modificação na formação docente para atuação com crianças com deficiência:

Acho sim que deveria ser modificada na formação docente. Ter uma matéria específica falando de exclusão, ensinado mesmo o professor como trabalhar com essas crianças. Porque **a maioria dos colegas, professores que conversam, sente muita dificuldade de trabalhar, sente muito perdido como trabalhar com esse tipo de criança**. (GISELE, ESCOLA RESPEITO, 2015, grifos meus)

No caso específico da professora Gisele, na sua atuação com alunos surdos ou com deficiência auditiva, inclusive no que concerne a comunicação mais efetiva, e da necessidade



de uma formação que prepare o docente para atuação na Educação Inclusiva, é necessária uma formação multidisciplinar, inclusive sobre a LIBRAS. Azevedo (2013) declara que:

A preocupação com a formação específica e continuada de professores refere-se ao fato de que a Libras é uma língua em evolução e seu aprendizado demanda esforços adicionais de aprendizes ouvintes. Para os professores ouvintes, além de horas de exposição formal à Libras, é muito importante o contato e a conversação direta com membros da comunidade em situações reais de uso da língua. (AZEVEDO, 2013, p. 209)

Assim, posso concluir que compreender as deficiências e encontrar meios de superar as dificuldades não se trata de um processo simples, o que corrobora com a ideia de uma formação multidisciplinar, com conhecimentos oriundos de áreas distintas com intuito de melhor capacitar tanto os docentes quanto outros profissionais, inclusive da área de saúde, para uma atuação mais eficiente na inclusão escolar e social de pessoas com deficiência.

#### 4.3.2.2 Professora Helena

A professora Helena dá aulas para uma turma do 4º ano do Ensino Fundamental da Escola Respeito, possui graduação em Pedagogia, trabalha como professora há 15 anos, desde a adolescência segundo a mesma, e tem cerca de 8 anos que atua com alunos especiais. Como todas as demais participantes a professora Helena se mostrou bastante solícita ao ser convidada para participar da pesquisa e disponibilizou-se prontamente para responder as questões da entrevista. A entrevista foi realizada durante o intervalo da aula.

Quando perguntada sobre a sua principal dificuldade em sala de aula, no que se refere a sua atuação com alunos com deficiência a mesma respondeu que:

Para mim a **principal dificuldade é saber o que fazer**, de que forma colocar aquele aluno para desenvolver as atividades. Porque tem pais, mãe, a família, o responsável, que já chega aqui dizendo: **“fulaninho não faz nada”**. Então esse **“nada” já é uma parede que ele coloca**. Se a gente como professor não for explorar aquele aluno para saber se além daquele **“nada”** que o parente ou até o professor colocou, tirar aquele **“nada”** da frente e ver o que realmente aquele aluno pode ter, porque todo mundo tem algo a oferecer. **Ninguém é uma folha em branco**. (HELENA, ESCOLA RESPEITO, 2015, grifos meus)

Achei bastante pertinente a colocação da professora, sobre a criação de uma **“parede”** que muitas vezes é edificada pela própria família e alicerçada pelos demais que circundam a

criança com deficiência, provocando o que Vygotsky (1997) denominou como deficiência secundária.

Um dos parâmetros base da Fisioterapia parte da ideia de que o foco da terapia não deve ser ancorado, até certo ponto, nas limitações, mas sim nas possibilidades de superação desses limites por caminhos alternativos. Ou seja, ao tratar uma pessoa com paraplegia o objetivo da Fisioterapia não seria fazer esse paciente andar, mas torná-lo o mais independente possível na execução das atividades de vida diária e conseqüentemente ampliando sua participação, conforme a CIF.

Desta forma a Fisioterapia busca meios alternativos para realização de uma mesma tarefa, inclusive usando a repetição para o alcance de um objetivo previamente estabelecido. Vale ressaltar que o próprio organismo possui mecanismos para encontrar novos caminhos, a exemplo da neuroplasticidade, que ocorre quando uma área cerebral termina por “executar” tarefas de outra área lesionada, temporária ou permanentemente.

Conforme Lundy-Ekman (2008) é inegável o avanço acerca da neuroplasticidade ocorridos nos últimos anos. De acordo com ele:

Os pesquisadores fizeram notável progresso na compreensão da capacidade do sistema nervoso de se curar e se adaptar após lesão. A neuroplasticidade, que habilita as pessoas a se recuperarem de lesões neurais, constitui um conceito essencial para aqueles que praticam intervenções terapêuticas. A compreensão desse conceito-chave é essencial para os fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais, bem como aqueles que planejam tratamentos farmacológicos. Os terapeutas podem otimizar a recuperação iniciando a terapia precocemente, evitando uso vigoroso ou excessivo das extremidades afetadas durante os primeiros dias pós lesão do sistema nervoso central, e praticando tarefas específicas para evocar neuroplasticidade adaptativa benéfica.(LUNDY-EKMAN, 2008, pp. 68-69)

Apesar de o autor fazer uma referencia explícita acerca das lesões diretas no Sistema Nervoso Central, a neuroplasticidade está em praticamente tudo que o ser humano faz, já que está diretamente relacionada com a memória e capacidade de aprendizagem. O cérebro humano é incrível. Ele encontra caminhos alternativos, e isso quando estimulado tem um potencial enorme para todos, especialmente para as pessoas com deficiência. Assim, esse conceito presente na Fisioterapia seria muito importante ao docente.

Perguntei a professora sobre a mesma achar necessária uma modificação na formação docente, ao que a mesma respondeu:

Eu acredito que sim, colocar mais conteúdo de inclusão para ajudar o professor no dia a dia. **Eu mesma não sabia nada de autismo**, eu agora estou estudando sempre pela internet para tentar entender, se tivesse estudado na faculdade seria melhor. (HELENA, ESCOLA RESPEITO, 2015, grifos meus)

Quando questionada sobre a capacitação dos professores e futuros professores:

Eu tento. Eu sempre pesquiso muito na internet mesmo. Eu procuro informações. Até outro dia mesmo eu não sabia quase nada de autismo, mas eu procurei na internet e achei muitas informações boas, porque eu tenho um aluno autista, se eu não procurar saber quem é que vai? Eu tenho que buscar, fazer a minha parte para entender, mas isso não é tudo né. Precisa de mais coisas eu acho. (HELENA, ESCOLA RESPEITO, 2015, grifos meus)

E sobre estar preparada para a inclusão a mesma admite que:

Totalmente não. Assim, agora com esse aluno autista eu nem sabia direito o que era autismo, **eu já tinha ouvido falar, mas eu não sabia assim de perto, não tinha tido na minha turma**, então foi uma surpresa né, e eu fiquei meio sem saber o que fazer, mas aí eu comecei a ver, a estudar para saber um pouquinho mais, e isso está ajudando, porque tem muita coisa na internet, mas aqui na escola mesmo a gente não acessa, aqui não tem wi-fi, só em casa mesmo, a noite. (HELENA, ESCOLA RESPEITO, 2015, grifos meus)

Ao analisar a fala da professora Helena, quanto ao desconhecimento acerca do autismo, por exemplo, fica mais nítida a necessidade de uma nova formação tendo em vista um novo espaço escolar, assim como uma maior gama de saberes, a exemplo do aqui proposto. A própria professora tem tido a iniciativa de pesquisar nos meios digitais, porém tais pesquisas podem, sim, levar ao conhecimento de forma extensiva e mecanizada.

Destaco, mais uma vez, que a proposta aqui se resume a compartilhar conhecimentos, não se deve confundir com ensinar um caminho que eu mesma desconheço rumo à inclusão verdadeira. O objetivo aqui proposto é compartilhar saberes, compartilhar conhecimentos com intuito de somar. Paulo Freire (2013b) nos alerta sobre os riscos da extensão do conhecimento estático:

Na medida em que, no termo “extensão”, está implícita a ação de levar, de transferir, de entregar, de depositar algo em alguém, ressalta, nele, uma conotação indiscutivelmente mecanicista. Mas, como este algo que está sendo levado, transmitido, transferido (para ser, em última instância, depositado em alguém – que são os camponeses) é um conjunto de procedimentos técnicos, que implicam em conhecimento, que são

conhecimento, se impõem as perguntas: **será o ato de conhecer aquele através do qual um sujeito, transformado em objeto, recebe pacientemente um conteúdo de outro? Pode este conteúdo, que é conhecimento de, ser “tratado” como se fosse algo estático?** Estará ou não submetendo o conhecimento a condicionamentos histórico-sociológicos? Se a pura tomada de consciência das coisas não constitui ainda um “saber cabal”, já que pertence à esfera da mera opinião (doxa), como enfrentar a superação desta esfera por aquela em que as coisas são desveladas e se atinge a razão das mesmas? (FREIRE, 2013b, p. 26, grifos meus)

Desta forma, acredito que a preparação do professor e da escola para a atuação com crianças com deficiência não deve se resumir a seguir roteiros ou paradigmas, mas sim a construir coletiva e continuamente uma prática mais humanizada, tanto no respeito às diferenças do outro, quanto às próprias limitações de cada um. Compreender que não nascemos prontos e “não ficamos prontos” nunca, pode ser o início de uma nova etapa da inclusão.

#### 4.3.2.3 Professora Ivone

A professora Ivone está atuando, neste ano de 2015, exclusivamente como professora de inglês do Ensino Fundamental I, em diversas turmas. Conforme a mesma relatou, no ano passado atuava com o quarto ano em um turno e no outro como professora de inglês.

De todas as docentes entrevistadas a professora Ivone foi a que possuía mais tempo de docência entre todas as participantes desse estudo, com 31 anos de experiência na educação. Ela trabalha nos dois turnos na Escola Respeito, há 15 anos. De acordo com a professora ela tem um bom tempo de atuação com alunos com deficiência, porém a mesma informou que de forma mais precisa seriam uns 10 anos.

Formada em Magistério, com graduação em Letras, sendo a única, entre as nove entrevistadas para este estudo, a cursar um curso no nível de pós-graduação (Psicopedagogia).

Apesar da correria no dia-dia da professora Ivone, a mesma se dispôs pronta e voluntariamente a participar desse estudo, e por conta do tempo corrido realizamos a entrevistas em dois períodos, sendo no intervalo e no final das aulas, no turno vespertino. Por esse motivo a entrevista da professora ficou com dois arquivos de áudios gravados.

O relato da professora Ivone foi de uma riqueza incrível, a mesma colocou de forma literal toda sua experiência profissional em seu relato para este estudo, tanto na entrevista quanto em conversa informal.

A professora enfatizou que sua principal preocupação quanto ao aluno com deficiência é:

Que ele não vai ser igual aos outros, mas ele precisa caminhar do jeito dele. **Eu preciso fazer com que ele aprenda alguma coisa.** Se ele sair aprendendo o nº 1 eu já fiz alguma coisa. **Ele não precisa ser igual a ninguém não.** (IVONE, ESCOLA RESPEITO, 2015, grifos meus)

A avaliação fisioterapêutica, realizada no início de uma terapêutica e em períodos alternados ao longo da mesma, é baseada na funcionalidade, como dito anteriormente. Assim, ainda que a patologia tenha obviamente um peso na decisão terapêutica, um dos pontos mais importantes é a questão funcional. Desta forma, como já dito anteriormente, o tratamento fisioterápico é, ou deveria ser, totalmente individualizado, uma vez que a mesma patologia pode ter impactos completamente diferenciados em duas pessoas distintas.

De acordo com O’Sullivan e Schmitz (2010):

Uma tomada de decisão clínica organizada permite que o terapeuta planeje sistematicamente tratamentos eficazes. [...] A participação do paciente no planejamento é essencial para garantir resultados bem sucedidos. A prática baseada em evidência permite que o terapeuta selecione intervenções que possa fornecer uma alteração significativa na vida dos pacientes. Inerentes ao sucesso do terapeuta nesse processo são uma base de conhecimento e experiência adequadas, estratégias de processamento cognitivo, estratégias de auto monitoramento e habilidades de comunicação e ensino. (O’SULLIVAN; SCHMITZ 2010, p. 22)

Desta forma, chamo a atenção para a importância do saber avaliar e respeitar as diferenças de cada um, como na própria declaração da professora, ao afirmar que “ele não precisa ser igual a ninguém.” e nos preceitos de avaliação na Fisioterapia tal parâmetro configura-se como de extrema importância.

No capítulo inicial do seu livro, Fisioterapia Pediátrica, intitulado “Atendendo às necessidades das crianças e de suas famílias”, Effgen (2007) orienta aos fisioterapeutas que:

Nossa responsabilidade é dar suporte, orientação e atendimento específico, assim como preparar a criança e sua família para quando os nossos serviços não forem mais necessários. **Fisioterapeutas competentes esgotam os limites da função. Isso não quer dizer que todas as crianças atinjam as metas e objetivos desejados, mas que nós podemos ajudá-las a alcançar o máximo de seu potencial** e reconhecer quando não mais podemos contribuir para seu desenvolvimento em relação à essas metas e esses objetivos. (EFFGEN, 2007, p. 3, grifos meus)

Perguntei a professora, durante a entrevista, sobre o que seria necessário para um melhor aprendizado da criança com deficiência, a professora respondeu que se faziam necessários:

[...] **Recursos, acolhimento, o espaço e o próprio Estado**, o governo fazer alguma coisa para capacitar os professores gratuitamente. Hoje muita informação que você tem o professor tem que pagar. Ele não tem acesso a ficar fazendo só gratuito não. É tudo pago. O que ele faz como estágio de faculdade não é suficiente. Então o governo teria que pagar. **Olhe você quer trabalhar com deficiência? Então vou pegar você e capacitar.** (IVONE, ESCOLA RESPEITO, 2015, grifos meus)

E acerca da participação do aluno nas atividades propostas, a mesma destacou que:

**Se ele é estimulado, se ele é monitorado, ele vai ter um bom rendimento.** Apesar de que tem alunos que tem dificuldade de concentração. Aluno com retardo mental, às vezes ele fica impaciente e não consegue entender e não quer fazer mais. Você precisa estar estimulando o tempo todo, colocando ele no meio do grupo. Vai fazer uma dramatização, você coloca. Vai fazer uma atividade total, você coloca... **Dá um exemplo de uma atividade na sala, se você coloca, ele se sente no meio daquilo, fazendo parte daquilo.** (IVONE, ESCOLA RESPEITO, 2015, grifos meus)

Acredito que um dos textos mais pertinentes para este momento seja um dos muitos escritos por Rubem Alves. Ao compartilhar seus saberes e sua experiência na Escola da Ponte, em seu livro “A escola que sempre sonhei sem imaginar que já existia”, Rubem Alves (2012) narrou o que viu da seguinte forma, e é o que, de certa forma, desejo ver na escola regular brasileira:

Na Escola da Ponte é assim. **As crianças que sabem ensinam as crianças que não sabem.** Isso não é exceção. É a rotina do dia a dia. A aprendizagem e o ensino são um empreendimento comunitário, uma expressão de solidariedade. **Mais que aprender saberes, as crianças estão aprendendo valores. A ética perpassa silenciosamente,** sem explicações, as relações naquela sala imensa. Na outra parede encontrei dois quadros de aviso. Num deles estava afixada a frase: “Tenho necessidade de ajuda em...”. E no outro, a frase: “Posso ajudar em...”. Qualquer criança que esteja tendo dificuldades em qualquer assunto coloca ali o assunto em que está tendo dificuldades e o seu nome. Um outro colega, vendo o pedido, vai ajudá-la. E qualquer criança que se ache em condições de ajudar em algum assunto coloca ali o assunto em que se julga competente e o seu nome. **Assim vai se formando uma rede de relações de ajuda.** (ALVES, 2012, p. 45, grifos meus)

#### 4.4 TUDO JUNTO E MISTURADO

Apesar de já ter relatado discriminadamente algumas falas das professoras participantes nesse estudo, julgo necessário uma compilação de seus dizeres acerca da inclusão e do conhecimento sobre a Fisioterapia como ciência. Acredito que somente desse modo poderemos alcançar o objetivo primaz desse estudo, que se resume a identificar as possibilidades de contribuição dos conhecimentos da Fisioterapia na formação docente para a Educação Inclusiva.

Por entender que somente conhecendo é possível fazer bom uso de informações sobre qualquer área que seja, deixo aqui registrada as informações que coletei acerca da percepção docente sobre a inclusão e sobre a Fisioterapia e suas possibilidades de aplicação na prática docente com os alunos com deficiência.

##### 4.4.1 O que as professoras pensam sobre incluir

De acordo com o que estudei acerca do histórico da inclusão no Brasil posso afirmar que houve uma grande revolução inclusiva nas três últimas décadas. Ouve-se falar de inclusão cotidianamente, seja inclusão de alunos com deficiências, ou seja, inclusão social de um modo geral. Mas é importante analisar o que se entende por incluir. Quais os significados que os docentes que trabalham com crianças com deficiência atribuem à inclusão?

Skliar (2008) adverte sobre a questão da conceituação da inclusão, alertando que a definição da mesma de forma fidedigna com um dicionário, por exemplo, não é o mais importante, uma vez que incluir ou inclusão depende muito mais de atitudes do que de definições. Para o autor a inclusão é “o que fizermos com ela” e isso independe da sua definição propriamente dita.

Nas falas das professoras inclusão é:

Quando você fala em inclusão, **a gente pensa muito em acolhimento**. É você acolher o outro. Aquele que tem mais dificuldade precisa ser acolhido, **não só pelo professor, como o professor tem que fazer com que os alunos acolham também**. Porque se você acolhe e os alunos não acolhem você tem um problema dobrado. E eu fazia muito isso quando trabalhava (antes de ser professora de inglês)... Eu tinha 5 alunos com deficiência em minha sala, com as dificuldades em minhas costas. E eu fazia com que os alunos acolhessem também, e eles acolhiam, ajudavam no momento correto. (IVONE, ESCOLA RESPEITO, 2015, grifos meus)

Para mim **inclusão é estar junto**. É tipo assim uma união, estando todos juntos na mesma escola, ali na sala de aula por exemplo. Então eu penso que isso já é um tipo de inclusão mais ou menos isso. (HELENA, ESCOLA RESPEITO, 2015, grifos meus)

É uma pergunta para mim sem resposta. Incluir quem? Quem já tá incluído? Quem já tá incluso? Inclusão é como? Às vezes fico me perguntando o que é inclusão? O que eu entendo? **Vai incluir quem? Porque na verdade não deveria nem sair desse espaço, eles eram para ser os mesmos incluídos**, aliás, eles já estão incluídos, e vai incluir aonde ainda? Então eu fico assim meio confusa. (FLÁVIA, ESCOLA SOLIDARIEDADE, 2015, grifos meus)

**Inclusão é a socialização de pessoas, crianças que tenham um grau diferente das outras**. Então a inclusão faz com que os alunos, as crianças sejam incluídas como se fossem todas iguais. Não há diferença, eles são iguais, não acho que há diferença. Agora existe desenvolvimento gradativamente, não são todos iguais mas na inclusão eles se sentem iguais. (ANITA, ESCOLA AMOR, 2015, grifos meus)

Eu acho importante a inclusão, **eu vejo assim como uma forma de desenvolver a criança, adaptação boa**. Agora eu ainda continuo questionando, porque eu acho que as professoras teriam que ter um curso, até extra, alguma coisa que tivesse preparado para essa inclusão. Porque incluir a criança é obrigado a ter, a ser incluído. Aí vai incluir a criança numa sala de aula. Como essa inclusão? Como está sendo feito? Como é que é feito isso? Então o pai e a mãe querem colocar na escola mas não é tão fácil assim. (BEATRIZ, ESCOLA AMOR, 2015, grifos meus)

**Eu acho que é uma coisa boa, Que ajuda muito essas crianças que tem deficiência**. É uma forma de ajudar eles a estarem junto com outras crianças, com outras pessoas, então é uma coisa muito boa, muito positiva. (CARLA, ESCOLA AMOR, 2015, grifos meus)

**Acho que é aceitar a matrícula do aluno especial na escola**, isso já é uma inclusão, já é uma forma de incluir, de ajudar aquele aluno deficiente a estar na escola. Eu penso que é isso mais ou menos. (DIANA, ESCOLA SOLIDARIEDADE, 2015, grifos meus)

**Acho muito bom porque eles precisam estar dentro desse contexto**. Não é só porque tem alguma deficiência que não pode estar no meio, entre os outros. A gente é que tem que estar capacitado para aceitar. (ELIANE, ESCOLA SOLIDARIEDADE, 2015, grifos meus)

**Agora eu acho a inclusão uma maneira dele se sentir uma criança normal**, de fazer as mesmas brincadeiras, de participar da sala de aula, do professor, de uma dinâmica da classe... Eu acho muito importante para uma criança especial. Imagine uma sala só com criança especial, como eles vão reagir? Acho que seria muito mais difícil. (GISELE, ESCOLA RESPEITO, 2015, grifos meus)

Na fala das professoras, com exceção da professora Ivone, há praticamente um consenso sobre a inclusão como benefício único para as pessoas com deficiência.



É praticamente de forma automática tais conceituações, sem perceber que nestas definições há um equívoco e um pré-conceito.

Primeiro porque inclusão não se refere apenas às pessoas com deficiência, e nem mesmo a inclusão na escola regular tem como único público as pessoas com deficiência. Conforme o documento final da Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva:

As definições do público alvo devem ser contextualizadas e não se esgotam na mera categorização e especificações atribuídas a um quadro de deficiência, transtornos, distúrbios e aptidões. Considera-se que as pessoas se modificam continuamente transformando o contexto no qual se inserem. Esse dinamismo exige uma atuação pedagógica voltada para alterar a situação de exclusão, enfatizando a importância de ambientes heterogêneos que promovam a aprendizagem de todos os alunos. (BRASIL, 2008, p. 15)

Segundo, no próprio documento supracitado, bem como em diversos artigos e livros, além de inúmeros “estudos nesta área que afirmam os benefícios da convivência e aprendizagem entre crianças com e sem deficiência desde os primeiros anos de vida para o seu desenvolvimento.”. (BRASIL, 2008, p. 13)

Assim, considero de suma importância a compreensão dos conceitos. É preciso conhecer para atuar. Não se deve confundir a inclusão como integração, solidariedade ou até mesmo piedade. A inclusão é um direito nato do ser humano de pertencimento ao meio social, desde a família e inclusive a escola. Incluir é mais do que abrir portas, é oferecer também todo aparato necessário para a plena participação do indivíduo em seu meio social.

#### **4.4.2 O que as professoras participantes entendem sobre Fisioterapia**

Por considerar interessante entender como as professoras percebiam a Fisioterapia acrescentei no roteiro de entrevistas três questões acerca da Fisioterapia e suas possibilidades de interação com a educação através do compartilhamento de conhecimentos. Apesar de não haver tido nenhuma professora que rejeitasse a proposta de interação, ao indagar as mesmas sobre o que seria a Fisioterapia, a partir de sua definição, a grande maioria das professoras não conseguiram definir, afastando-se imensamente do que é a Fisioterapia nas suas falas.

Muitas confundiram a Fisioterapia com a Educação Física, atribuindo sua definição única e exclusivamente a atividades físicas e, por conseguinte, a atuação limitada às áreas motoras. Outras definiram a Fisioterapia como uma ciência da fala, o que seria, do meu ponto de vista, a Fonoaudiologia. As definições das professoras, de forma fidedigna, foram:

**Olha, eu não sei dizer não. Mas eu acho que é quando tem algum problema assim de dor, de doenças, aí vai fazer Fisioterapia.** A minha mãe faz Fisioterapia porque ela tem artrite. (HELENA, ESCOLA RESPEITO, 2015, grifos meus)

**Olha, Fisioterapia é aquela parte em que você vai tentar observar alguma coisa deles: muscular.** Através de várias partes do seu corpo vai desenvolver a fala, a parte da locomoção, a parte do desenvolvimento da mente. Sou um pouco leiga. (ANITA, ESCOLA AMOR, 2015, grifos meus)

**Não.** (não sabia) (BEATRIZ, ESCOLA AMOR, 2015, grifo meu)

**Acho que é fazer exercício,** tipo educação física. É isso? (DIANA, ESCOLA SOLIDARIEDADE, 2015, grifos meus)

A Fisioterapia é **uma área importante para desenvolver a parte motora** (eu sou leiga no assunto). Ela levanta a autoestima de qualquer forma porque você acredita que você vai melhorar. Muitas vezes você trabalha com a fala do aluno, você tenta mostrar o aluno que ele é capaz de mexer o maxilar. (CARLA, ESCOLA AMOR, 2015, grifos meus)

Fisioterapia eu acho que é **uma atividade física**, não é só uma atividade mental, mas física. (ELIANE, ESCOLA SOLIDARIEDADE, 2015, grifos meus)

Na minha opinião, no meu entendimento, é **você lidar com as fisiologias.** Não sei se é isso, a palavra fisiologia mesmo. Assim, o que eu quis dizer é o seguinte: que o fisioterapeuta trabalha com físico, trabalha com aquilo que move, que mexe, que se movimenta. (FLÁVIA, ESCOLA SOLIDARIEDADE, 2015, grifos meus)

A Fisioterapia? **Seria uma técnica que mexe com o corpo e a mente?** (GISELE, ESCOLA RESPEITO, 2015, grifos meus)

**Uma área para desenvolver. Ele consegue se mover melhor em relação a deficiência.** Eu creio assim. Sou um pouco leiga para falar sobre isso, mas acho também que é importante. (IVONE, ESCOLA RESPEITO, 2015, grifos meus)

#### 4.4.3 O que esperam as professoras participantes desse estudo?

Durante a entrevista perguntei as professoras se gostariam de deixar registrada alguma sugestão de mudança, e fiquei surpresa com as respostas colhidas, pois foi unânime, com exceção de uma única professora, que não respondeu a questão, o desejo de uma formação mais voltada quanto à preparação para prática da Educação Inclusiva. As sugestões foram:

Sim. **Eu gostaria que todos professores que viessem a se formar tivesse conhecimento a fundo de cada inclusão em cada escola**, porque nenhum é igual. Cada inclusão é diferente da outra, cada uma tem uma proporção diferente. Então acho que seria justo que todo professor soubesse lidar com cada um, porque são crianças especiais, são crianças que precisam daquela atenção, tem que saber até onde pode ir. Eu acho válido. Acho que poderia ser bem divulgado isso, bem chamado atenção com relação a isso. Porque a inclusão tá aí e precisa se desenvolver essa inclusão. Precisa e muito. (ANITA, ESCOLA AMOR, 2015, grifos meus)

A sugestão de mudança é que **deveria ter um profissional, fazer cursos, ter pesquisas na própria escola**, já tirando dúvidas, fazer um trabalho diferenciado com crianças tão especiais. (GISELE, ESCOLA RESPEITO, 2015, grifos meus)

Primeiro **que nas faculdades seja obrigatório ter pelo menos um estágio em salas onde tem crianças deficientes**, porque não tem como aprender só ouvindo, **tem que fazer e tem que fazer com orientação, com ajuda para poder chegar na escola e não ter a surpresa de um aluno deficiente e você nem sabe o que fazer**. Segundo, eu acho que deveria **ter mais cursos gratuitos e ser divulgado**, porque se tem a gente nunca sabe quando tem e nem onde tem. (DIANA, ESCOLA SOLIDARIEDADE, 2015, grifos meus)

**Que a formação tenha mais matérias mesmo, e que tenha também mais cursos de graça**, porque hoje se você quiser fazer uma pós-graduação é tudo muito caro, com esse meu salário de professora não dá, fica bem difícil viu. (CARLA, ESCOLA AMOR, 2015, grifos meus)

Mudar eu acho que cada um deve procurar a mudança. **Melhorar a didática. Procurar mais informações**, correr atrás, porque o mundo táí né. Outras crianças com problemas, com problemas não, com dificuldades, e é a escola que recebe esses alunos... Aí a gente tem que correr atrás. (ELIANE, ESCOLA SOLIDARIEDADE, 2015, grifos meus)

Várias. **Formação mensalente, é... Pessoas com essa atividade prática que já lidou, profissionais de saúde**, que entende, que sabe como acontece, que sabe vir na escola fazer palestra, convidar. A gente preparar material de acordo com a necessidade que a gente acredita que vai suprir uma série de mudanças que eu acredito que todas valeriam a pena. (FLÁVIA, ESCOLA SOLIDARIEDADE, 2015, grifos meus)

Eu penso que teria que **ensinar mais sobre a deficiência, sobre a inclusão mesmo, para a gente não ficar tão perdidos**, isso eu acredito que seria muito bom, porque a gente já iria ter uma base melhor, um entendimento melhor para quando chegar aquele aluno ali. (HELENA, ESCOLA RESPEITO, 2015, grifos meus)

Já dei várias, **a começar pelo governo e a começar por nós mesmos. A gente precisa querer abraçar a deficiência**, que muitas vezes a gente quando vê... tem professores que quando vê um aluno deficiente na sala já torce o nariz. Poxa, esse menino vai ficar na minha sala! Não começa nem dizer assim: vou tentar. Puxa, porque botou em minha sala? Quando a sala de fulano tem tudo. Porque botou na minha? **Então o próprio professor, o próprio profissional, ele avisa que não abraça a ideia. Essa é a parte triste também, viu?** (IVONE, ESCOLA RESPEITO, 2015, grifos meus)

Apenas a professora Beatriz (Escola Amor) não deu sugestões de mudança.

Finalizo esse capítulo com uma reflexão de D'Ávilla (2007) quanto à formação da identidade docente, tão necessária à prática inclusiva:

**A identidade profissional docente deve ser entendida como prática social construída pela ação de influências e grupos que configuram a existência humana.** A prática educativa é uma prática social; assim sendo, a constituição da identidade docente só acontece no âmago dessa prática, e em relação com outros, com o grupo de pertença. **Assim, compreender esse processo passa pela compreensão do seu próprio caráter intersubjetivo e relacional.** (D'ÁVILLA, 2007, p. 224, grifos meus)

Ressalto que não se trata apenas da necessidade de um novo currículo, mas de uma nova concepção acerca da profissão docente por parte do próprio professor. Acredito que por mais que eu como fisioterapeuta possa sugerir vias alternativas, a partir dos dados que encontrei nesta pesquisa e de meus conhecimentos sobre a Fisioterapia, somente o próprio professor, como autor de sua prática pedagógica, pode encontrar o real caminho. E para isso será necessária a formação de uma “nova” identidade profissional, mais humana, voltada para o social e principalmente mais inclusiva no sentido mais pleno da inclusão.

## 5 CONCLUINDO UM PERCURSO

Já se disse que as grandes ideias vêm ao mundo mansamente, como pombas. Talvez, então, se ouvirmos com atenção, escutaremos, em meio ao estrépito de impérios, e nações, um discreto bater de asas, o suave acordar da vida e da esperança. Alguns dirão que tal esperança jaz de uma nação; outros, num homem. Eu creio, ao contrário, que ela é despertada, revivificada, aumentada por milhões de indivíduos solitários, cujos atos e trabalho, diariamente, negam as fronteiras e as implicações mais cruas da história. **Como resultado, brilha por um breve momento a verdade, sempre ameaçada, de que cada e todo homem, sobre a base de seus próprios sofrimentos e alegrias, constrói para todos.** (ALVES, 2012a, p. 13, grifos meus)

Vejo de forma muito positiva tudo que vivenciei nesta experiência de pesquisar, de conhecer, de buscar respostas para minhas indagações e uma nova contribuição para a Educação Inclusiva. Acredito que apesar de todas as dificuldades enfrentadas pelos professores e de todas as dificuldades e obstáculos que as pessoas com deficiência encontram no caminho, uma sociedade mais inclusiva já está em construção.

A boa receptividade com que fui recebida nas três escolas participantes deste estudo foi uma feliz surpresa. Ter visto a boa vontade de cada professora e de outros profissionais da educação em participar voluntariamente, bem como a sinceridade nas respostas destas mesmas professoras que dedicaram seu tempo, algumas poucos minutos, outras longas horas, para falar de suas ricas experiências e assim me auxiliarem nesta tarefa, realmente foi uma experiência para levar para a vida toda.

Realizar essa pesquisa foi muito mais do que simplesmente fazer um trabalho de conclusão de curso, foi muito mais do que o desejo de um título e foi muito mais que um simples percurso. Realizar essa pesquisa foi deixar-me mover pela esperança que sempre terei de ver dias melhores, de ver uma sociedade mais inclusiva com profissionais de múltiplas áreas mais engajados e trabalhando juntos por este objetivo em comum.

Efetivar esse trabalho foi também uma superação das minhas próprias deficiências, auditiva e humana, bem como dos estigmas a mim atribuídos pelos que duvidaram que eu chegasse ao final pelo simples fato de não poder ouvir, o que não deve jamais ser confundido com incapacidade para “escutar” e perceber o outro. Sempre acreditei que a vida é feita de superação, e que qualquer caminho é impossível somente quando nós próprios duvidamos de sua possibilidade. Eu “nunca” duvido. Está na minha essência ser esperançosa, não sei ser de outro jeito. Paulo Freire em sua eterna teimosia por construir um mundo melhor para todos,

onde a educação estivesse acessível e realmente cumprindo seu papel de agente transformador para mudar a realidade social, disse:

**Não sou esperançoso por pura teimosia, mas por imperativo existencial e histórico.** Não quero dizer, porém, que, por ser esperançoso, atribuo a minha esperança o poder de transformar a realidade e, assim convencido, parto para o embate sem levar em consideração os dados concretos, materiais, afirmando que minha esperança basta. **Minha esperança é necessária, mas não é suficiente.** Ela só, não ganha a luta, mas sem ela a luta fraqueja e titubeia. Precisamos da herança crítica, como o peixe necessita da água despoluída. Pensar que a esperança sozinha transforma o mundo e atuar movido por tal ingenuidade é um modo excelente de tombar na desesperança, no pessimismo, no fatalismo. Mas, prescindir da esperança na luta para melhorar o mundo, como se a luta se pudesse reduzir a atos calculados apenas, à pura cientificidade, é frívola ilusão. Prescindir da esperança que se funda também na verdade como na qualidade ética da luta é negar a ela um dos seus suportes fundamentais. O essencial como digo mais adiante [...] é que **ela**, enquanto necessidade ontológica, **precisa se ancorar na prática.** [...] a esperança precisa da prática para tornar-se concretude histórica. **É por isso que não há esperança na pura espera,** nem tampouco se alcança o que se espera na espera pura, que vira, assim, espera vã. (FREIRE, 2011, pp. 14 – 15, grifos meus).

Faço minhas estas palavras de Paulo Freire para dizer que sou movida pela esperança prática que não permanece na pura espera, mas se ancora na ação, na busca e na construção do objeto da minha esperança. Porque ter esperança não significa esperar passivamente.

## 5.1 ORIGENS PESSOAIS DE UMA MOTIVAÇÃO

Desde o primeiro instante em que visualizei a realização dessa pesquisa, ainda durante minha graduação em Fisioterapia, sabia no meu íntimo que tal percurso me traria lembranças e sentimentos. Lembranças de todas as dificuldades que eu, como aluna e pessoa com deficiência, enfrentei ao longo da minha ainda curta caminhada. Lembranças, como mãe de uma criança com deficiência que foi rejeitada por nada menos do que cinco escolas no início do seu percurso escolar. Talvez a dor de ver as portas fechadas para a minha filha foi muito maior do que a dor que senti quando vi estas mesmas portas fechadas para mim e talvez essa mesma dor tenha sido o combustível que me auxiliou a seguir em frente.

Essas lembranças que em mim renasceram, se é que algum dia estiveram adormecidas, me fez ter a convicção de que as professoras que trabalham com crianças com deficiência e as professoras e professores de modo geral, não precisam de “dedos em riste” apontando-lhes as falhas e ditando-lhes o caminho. Também essas crianças e pessoas com

deficiência, hoje incluídas, não necessitam de “dedos em riste” apontando-lhes as dificuldades que, muito mais que já conhecer, elas próprias vivenciam cotidianamente.

Na educação não deve haver “dedos em riste”, **mas sim mãos estendidas para apoiar e construir uma nova realidade inclusiva**, não porque a lei determina, mas porque caminhar solitário é mais penoso e principalmente é mais difícil de ir longe.

Como pessoa com deficiência, como mãe, como estudante, profissional e cidadã, não guardo mágoas das escolas por onde passei, e nem deveria, nem por mim mesma, nem por minha filha, e por tantas outras crianças, jovens e adultos que enfrentam as mesmas dificuldades. Muito pelo contrário, hoje as compreendo e percebo que tais atitudes foram, e infelizmente ainda são muitas vezes, movidas por despreparo, falta de conhecimento e amparo. **Incluir é tarefa complexa, não pode ser erguida sobre nuvens.**

Estes foram os principais motivos que me levaram a escolher identificar quais seriam as principais dificuldades das professoras que desenvolvem atividades com crianças com deficiência nas escolas regulares, como um dos objetivos desse estudo. E creio que ficou bastante claro nos relatos das professoras participantes e no respaldo oferecido por diversos autores citados ao longo dessa dissertação que o desconhecimento (não saber o que fazer, não conhecer as reais dificuldades dos alunos, não saber a atividade mais adequada, entre outros) configura-se como uma das principais dificuldades relatadas pelas professoras entrevistadas, e tal premissa foi devidamente comprovada nas três turmas onde fiz as observações.

## 5.2 TODOS SOMOS PESSOAS, TODOS NÓS TEMOS DIFICULDADES!

Devo dizer que admiro a coragem e honestidade de cada professora, pois abrir a boca e o coração para admitir suas próprias dificuldades em um mundo onde ainda impera a camuflagem, a negação e a atribuição única e exclusiva dos problemas ao outro, é realmente um ato de coragem e amor a tão nobre profissão.

Em uma palestra do Mário Sérgio Cortella, que fui um dia antes de escrever esse texto da presente conclusão, o autor narrou para o público que conforme o “monge Beda” existem três caminhos que levam ao fracasso: “1. Não ensinar o que sabe; 2. Não praticar o que se ensina; e, 3. Não perguntar o que se ignora”. Fiquei feliz em ver nestas palavras que a minha esperança não é apenas minha, mas de muitas profissionais que seguem o caminho oposto ao do fracasso, pois ensinam o que sabem apesar de todas as dificuldades, praticam o que ensinam ao colocar amor em suas práticas educativas, e principalmente, perguntam o que

ignoram admitindo não saber, não como uma fraqueza ou uma falha, mas como uma possibilidade de superação.

Acredito, dessa forma, que ficou bastante claro nos relatos das professoras suas dificuldades e obstáculos que as mesmas enfrentam diariamente na nobre tarefa de educar, não apenas do ponto de vista da escassez de materiais adequados, didáticos e físicos, mas principalmente na falta de um suporte que as oriente e auxilie na compreensão de suas próprias limitações.

Como pessoa com deficiência, e mãe de uma criança idem, conheço por experiência própria os percursos difíceis da inclusão e considero importante a compreensão de que não apenas as pessoas com deficiência enfrentam dificuldades neste percurso, ainda que sejam as maiores vítimas ou beneficiadas desse processo. Todos, independentemente de condições física, psicológica ou socioeconômica enfrentam em diversos momentos da vida dificuldade. É preciso entender que essa não é uma característica exclusiva da pessoa com deficiência, mas inerente ao próprio ser humano.

Pude perceber que há uma exacerbação da dificuldade do aluno (ele não aprende, ele não consegue, ele fica disperso, ele...), como se todas as dificuldades que os mesmos enfrentam ou suas próprias características fossem exclusivamente resultantes da deficiência. Colocando assim a pessoa e o ser deficiente como um único aspecto relevante em suas histórias de vida, desconsiderando as múltiplas possibilidades.

É importante destacar tal fato, pois as crianças e pessoas com deficiência em geral são antes de tudo e de qualquer adjetivo, PESSOAS. Como as demais, pessoas com qualidades e defeitos, sonhos e objetivos, e como todas as demais pessoas, não nascem “prontas”, educadas ou mal educadas em virtude da deficiência, mas sim por todo o conjunto de situações nas quais estão inseridas ao longo da vida.

### 5.3 EDUCAR A TODOS DE FATO

É obvio que a deficiência em si tem um enorme impacto na vida de qualquer pessoa, e logicamente também nas crianças com deficiência, mas esta não pode e não deve ser utilizada como único parâmetro de avaliação das possibilidades destas crianças. Existe todo um contexto a ser analisado, estudado, descortinado, no qual a família, a escola, a sociedade e o governo estão também inseridos e tem papéis fundamentais.

O caso da aluna da professora Beatriz, que se retirava corriqueiramente da sala sem nem ao menos pedir autorização ou justificar a sua saída, pode se configurar como um



exemplo. A escola deveria funcionar, sim, para todos, também como um ambiente de interação social onde aprendemos algumas regras básicas de convivência, inclusive que não podemos fazer tudo que queremos na hora em que queremos e que precisamos respeitar regras e leis ao longo de nossa experiência de vida. Privar a aluna de tal orientação não é incluir, nem mesmo integrar, é um ato de subtração dos recursos básicos de que ela necessitará ao longo da vida.

Nós, seres humanos, praticamos nossos atos com base no que aprendemos durante a vida, ou seja, do que nos é ensinado. Assim, desde a mais tenra idade somos orientados a não pegar em fogo, a não pular de lugares altos, entre outras regras. Não nascemos com essa ideia de perigo iminente na cabeça, somos ensinados, orientados, treinados para essa percepção. Desta forma não se deve confundir deficiência e inclusão com aceitação de erros ou justificativas para maus comportamentos, e até mesmo para a ausência de ensinamentos.

É fundamental que antes de colocar a deficiência como barreira de aprendizagem, seja dada a oportunidade à criança do acesso aos conteúdos e ambientes da escola, desde que respeitadas suas características individuais que não deve ser confundidas apenas com as características inerentes à deficiência.

#### 5.4 RELACIONAMENTO PROFESSOR-ALUNO COM DEFICIÊNCIA

Um outro objetivo desse estudo consistiu em descrever as práticas educativas utilizadas pelos profissionais de educação na relação professor-aluno com deficiência, através da observação, com foco no professor e não no aluno, como já realizado em outros estudos. Assim, meu objetivo consistiu em compreender melhor essa relação (professor-aluno com deficiência) e de que forma ela poderia interferir no aprendizado do aluno. Encontrei nas salas onde observei três situações distintas: alunos com autismo, com deficiência intelectual (sem diagnóstico específico) e com deficiência auditiva parcial.

Apesar de ter percebido o nítido interesse das professoras por seus alunos, foi também muito clara a dificuldade de interação destas com essas crianças, e um dos pontos principais a que posso atribuir tal achado, residiu na falta de conhecimentos teóricos e na ausência de suportes adequados para execução eficiente das tarefas. As professoras, por mais que desejassem, não sabiam se comunicar com essas crianças, variando de completa falta de interação aos diálogos unilaterais, nos quais não havia resposta ao que foi dito e a informação era simplesmente dada como apreendida.

É importantíssimo o entendimento de que a relação do professor com o aluno tem toda uma repercussão no desempenho deste, e isso não difere quanto ao aluno com deficiência. Na verdade, o apoio na relação professor-alunos com deficiência seria até mesmo mais importante em virtude de todos os obstáculos que estes já necessitam enfrentar, desde as mais tenras idades, e encontrar mais uma barreira ao se comunicar com o professor torna o percurso escolar ainda mais difícil.

Cabe a toda equipe escolar remover as barreiras entre o aluno e a educação, e sem uma comunicação efetiva a inclusão não pode ser considerada como verdadeira. A comunicação é fator sumamente importante para o aprendizado, sem ela não há possibilidade de compartilhamento de saberes. E não devemos confundir a comunicação como apenas o uso da audição e da fala, mas sim como diversos outros percursos que permitem o diálogo e a troca de informações, como por exemplo, no uso das comunicações alternativas. O desconhecimento de tais técnicas e métodos pelos docentes configura-se como sério obstáculo a inclusão.

Incluir alunos com deficiência, como já dito anteriormente no início desse estudo, não significa colocar alunos nas classes comuns sem lhes dar o suporte necessário ao seu aprendizado, respeitadas suas características individuais. Incluir é algo maior, mais digno, e principalmente mais humano. Incluir não deve ser confundido com integrar, ou com oferecer um privilégio ao se permitir a entrada desses alunos nas escolas regulares. Cortella (2011) faz um importante alerta:

Afinal, a qualidade não se obtém por índices de rendimento unicamente em relação àqueles que frequentam escolas, mas pela diminuição drástica da evasão e pela democratização do acesso. **Não se confunda qualidade com privilégio; em uma democracia plena, só há qualidade quando todos e todas estão incluídos; do contrário, é privilégio.** (CORTELLA, 2011, p. 15, grifos meus)

## 5.5 COMPARTILHAR CONHECIMENTOS

Quanto ao objetivo principal desse estudo, que consistiu em identificar as possíveis contribuições dos conhecimentos da Fisioterapia para a formação e atuação docente nas escolas regulares, destaco primeiramente ser necessária uma compreensão e distinção das diferentes áreas da Saúde que poderiam auxiliar os profissionais da Educação. Fisioterapeuta não é fonoaudiólogo, são profissionais com formações distintas, sendo que este último trata e

previne as disfunções da voz, bem como da audição, enquanto a Fisioterapia atua no movimento como um todo.

Diversas seriam as possibilidades de compartilhamento de conhecimentos fisioterápicos para auxiliar o profissional de educação na inclusão, a exemplo da cinesiologia (estudo dos movimentos), a neurologia, o uso da CIF, o uso das Tecnologias Assistivas, técnicas de manipulação e estimulação neurosensorial, técnicas utilizadas na reabilitação e estimulação precoce da criança como o Bobath (tratamento neuroevolutivo baseado na solução de problemas), bem como diversas outras estratégias de superação das limitações e alcance na realização das atividades de vida diária com máxima participação possível.

Deixo claro aqui que em virtude da ampla gama de possibilidades seria necessária à efetivação de um novo estudo prático, para comprovação baseada em evidências a eficácia de cada uma dessas técnicas e conhecimentos na inclusão de crianças com deficiência através do compartilhamento dessas informações com os professores.

## 5.6 O ENVOLVIMENTO DE TODOS

Outra questão que merece destaque nesta conclusão se deve ao fato das queixas não raras dos professores quanto a pouca participação da família na inclusão dessas crianças, onde a escola e o professor terminam por ser unicamente responsabilizados pelo fracasso escolar de algumas dessas crianças.

Vale destacar também que a escola, apesar de todas as dificuldades, tem sido de suma importância no diagnóstico e encaminhamento para tratamento de alunos com deficiência negadas pelas famílias. E tal fato ocorreu de forma similar tanto nas escolas particulares quanto na escola pública, onde ambas enfrentam dificuldades similares nas execuções de suas tarefas.

A inclusão beneficia a todos os envolvidos, desde os professores até os demais alunos, não se trata de um benefício concedido às pessoas com deficiência, ainda porque não são o único público alvo da inclusão. Incluir é assegurar um direito que já nasce com cada ser humano, é a manifestação plena do respeito à diversidade humana não como fator de segregação, mas como uma nova possibilidade de convivência e aceitação de si mesmo e dos demais.

## 5.7 À GUISA DE CONCLUSÕES

Com base em tudo o que foi dito acima e ao longo desse trabalho, faço as seguintes considerações conclusivas:

- 1. Como mãe**, concluo que há uma grande necessidade de formação de uma parceria mais estreita entre a família e a escola, e entre os responsáveis e os professores, de forma a favorecer o processo inclusivo na escola regular. Também devo dizer que há a necessidade de oferta adequada de tratamento às crianças, dentre as quais destaco a Fisioterapia, de forma que estas crianças possam desenvolver-se plenamente, dentro do possível, tendo respeitadas suas características individuais e explorados todos os meios possíveis para a sua plena participação social.
- 2. Como pessoa com deficiência** que sou, por todas as dificuldades que enfrentei em sala de aula, não apenas por não poder ouvir, mas também e, principalmente, pelo despreparo no ambiente educativo para lidar com os “diferentes”, alimentando a vã ilusão de uma igualdade inexistente. Bem como por todas as vezes que me encontrei impossibilitada de acompanhar as aulas pelo simples fato de o(a) professor(a) desconhecer estratégias de comunicação alternativa, como a leitura labial que utilizo. Concluo que necessário se faz uma formação inicial e continuada para o exercício da atividade docente de forma a abordar mais aspectos da inclusão.
- 3. Como fisioterapeuta**, por cada cena que presenciei nas escolas, e por cada fala das docentes quanto às dificuldades enfrentadas. Por todos os anos de dedicação ao estudo de mecanismos que minimizem as dificuldades e limitações provocadas pelas disfunções e deficiências, concluo que seria extremamente proveitoso, tanto para o fisioterapeuta quanto para o docente, o compartilhar de conhecimentos criando um novo vínculo entre educação e saúde na construção de uma escola realmente inclusiva e como consequência uma sociedade mais humana.
- 4. Como aluna e pesquisadora** da Faculdade de Educação da UFBA, pelas experiências vivenciadas neste ambiente formador de formadores, pelos novos conhecimentos adquiridos nesta nova formação, e por entender que deve haver uma harmonia entre teoria e prática, sugiro uma maior interação entre as diversas áreas do saber.

5. **Como cidadã**, pelo desejo de ver em prática as políticas públicas de inclusão que já são garantidas no papel, concluo que seria pertinente, conforme sugerido por algumas professoras, a ampliação da formação continuada gratuita para todos os professores da rede regular de ensino, tanto de escolas públicas quanto de escolas privadas. Neste sentido também concluo pela ampliação do AEE para acesso de todos os alunos que dele necessitem. Bem como uma maior interação entre áreas da saúde e educação, não através da presença de um profissional de saúde na escola, mas através do compartilhamento de conhecimentos entre estes e os profissionais de educação.
  
6. **Como ser humano**, continuo tendo esperanças de que um dia terei notícias de um mundo onde a inclusão nem mesmo seja tema de debates ou de trabalhos como esse, pois nesse meu mundo de esperanças não existiriam excluídos, logo não haveria necessidade de incluir. Sonho e tenho esperanças de que um dia todas as profissões estarão unidas com um objetivo maior de tornar o mundo um lugar melhor para todos. Esse trabalho, essa pesquisa, é resultado da minha ação em prol da minha esperança, que não aceita ficar inerte a espera, mas que deseja que a ciência seja uma porta para a materialização da esperança.

## 5.8 E NO FUTURO?

A conclusão desse estudo abre novas possibilidades para o desenvolvimento de novos estudos sobre a temática da multidisciplinaridade, das possíveis contribuições de áreas diversas como apoio à atividade docente na educação inclusiva. O percurso que fiz durante a realização deste trabalho não pôde explorar todas as alternativas existentes para interação entre o docente e os conhecimentos da Fisioterapia. Desta forma, assim como a inclusão ainda não se consumou, este trabalho não se encerra aqui, sendo assim, que ele não seja um ponto final, mas apenas uma vírgula que se abre para um recomeço.

Finalizo deixando a mensagem de um poema muito significativo para os profissionais de educação que hoje enfrentam de cabeça erguida todas as dificuldades dessa etapa da inclusão, como pioneiros que são aceitando este desafio na construção de um mundo mais humano. Esta mensagem também vale para todas as crianças e adultos com deficiências, bem como suas famílias que se negam a retroceder e enfrentam de pé e com fé todas as agruras de quem vai na frente, desconhecendo o caminho, mas se recusando a voltar atrás, a

voltar para as sombras e para a invisibilidade. Deixo a todos o poema Vanguarda, de Luiz Oswaldo Sant'Iago Moreira de Souza (1997) em seu livro Canções de Resistência:

**Quem vai na frente**  
**Não vê caminho**  
 Cai no buraco  
 Pisa no espinho

Pés machucados  
 Olhar dolente  
 Mãos calejadas  
 Quem vai na frente

Quem vai na frente  
 Não vê estrada  
 Em plena mata  
 Abre picada

**Levanta a terra**  
**Joga a semente**  
 Não colhe flores  
 Quem vai na frente.

Quem vai na frente  
 Não tem asfalto  
 Não tem conforto  
 Só sobressalto

Planta e não colhe  
 Luta e não vence  
 Sofre e não cauta  
 Quem vai na frente

**Mas abre estradas**  
**Planta caminhos**  
**Buracos tapa**  
**Arranca espinhos**

**E deixa as flores**  
**Que sempre faz**  
**Feliz e alegre**  
**Quem vem atrás**  
 (SOUZA, 1997, p. 80, grifos meus)

Talvez não estejamos mais neste mundo quando os resultados chegarem, mas o que importa é que estamos fazendo a sementeira, deixando a semente da esperança de dias melhores e mais humanos... Sementes de esperança de dias mais inclusivos...

## REFERÊNCIAS

ALONSO, D. Os desafios da Educação inclusiva: foco nas redes de apoio. **Revista Escola**, São Paulo, fev. 2013. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/formacao/palavra-especialista-desafios-educacao-inclusiva-foco-redes-apoio-734436.shtml>>. Acesso em: 23 jun. 2014.

ALVES, R. **Conversas com quem gosta de ensinar**. 14 ed. Campina, São Paulo: Papirus, 2012a.

\_\_\_\_\_. **Palavras para desatar nós**. Campinas, São Paulo: Papirus, 2011.

\_\_\_\_\_. **A escola que sempre sonhei sem imaginar que pudesse existir**. 13. ed. São Paulo: Papirus, 2012b.

\_\_\_\_\_. **Entre a Ciência e a Sapiência: o dilema da educação**. 22. ed São Paulo: Edições Loyola, 2012.

ASSOCIAÇÃO MÉDICA MUNDIAL. **Declaração de Helsinki**. Aprovada na 18ª Assembléia Médica. Mundial, Helsinki, Finlândia (1964) [Online]. Disponível em: URL:<http://www.ufrgs.br/bioetica/helsin1.htm>. Acesso em: 12 jan. 2014.

AZEVEDO, O. B. **Significado e comunicação: compreendendo as mediações linguísticas entre professoras e alunos surdos pelas vias da tradução e da etnonarrativa implicada** / Omar Barbosa Azevedo. 2013. (Tese de doutorado). Disponível em: <http://www.repositorio.ufba.br:8080/ri/handle/ri/13059>. Acessado em: 13 set. 2015.

BANDEIRA, L. BATISTA, A.S. **Preconceito e discriminação como expressões de violência**. 2002. Estudos Feministas, ano 10.

BAPTISTA, R. et al. **Educação Especial: Diálogo e Pluralidade**. 2. ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 2010.

BARBOSA, J. S. L; SOUZA, R. C. S; TOSCANO, C. V. A. Um dos Desafios na História das Políticas Educacionais: A inclusão da criança com deficiência auditiva. **Revista HISTEDBR** On-line, Campinas, n.30, p.200-211, jun.2008 - ISSN: 1676-2584. Disponível em: < [http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/30/art13\\_30.pdf](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/30/art13_30.pdf)>. Acessado em: 15 ago. 2013.

BARTALOTTI, C. C., et al. Concepções de Profissionais de Educação e Saúde Sobre Educação Inclusiva: Reflexões Para uma Prática Transformadora. **Revista O Mundo da Saúde**. v.32, n.2. São Paulo. Abril/Junho 2008. Disponível em: <[http://www.saocamilo-sp.br/pdf/mundo\\_saude/59/124a130.pdf](http://www.saocamilo-sp.br/pdf/mundo_saude/59/124a130.pdf)>. Acessado em: 17 ago. 2013.

BERSCH, Rita. **Recursos Pedagógicos Acessíveis: Tecnologia Assistiva (TA) e Processo de Avaliação nas escolas**. 2013. Disponível em: < <http://www.assistiva.com.br/> >. Acesso em: 15 dez. 2013.

\_\_\_\_\_. **Design de um Serviço de Tecnologia Assistiva em Escolas Públicas.** Dissertação de mestrado – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Escola de Engenharia e Faculdade de Arquitetura. Programa de Pós-graduação em Design. Porto Alegre: 2009.

\_\_\_\_\_. **Introdução à Tecnologia Assistiva.** CEDI • Centro Especializado em Desenvolvimento Infantil Porto Alegre, RS, 2008. Disponível em: <<http://proeja.com/portal/images/semana-quimica/2011-10-19/tec-assistiva.pdf>> Acesso em 04 jan..2014.

BISPO JUNIOR, José Patrício. **Formação em fisioterapia no Brasil:** reflexões sobre a expansão do ensino e os modelos de formação. Hist. cienc. saude-Manguinhos [online]. 2009, vol.16, n.3, pp. 655-668. ISSN 1678-4758.

BORGES, A. M. R. **Direitos humanos:** conceitos e preconceitos. S.D. Disponível em: [http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/alciborges/alci\\_dh\\_conceitos\\_preconceitos.pdf](http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/alciborges/alci_dh_conceitos_preconceitos.pdf). Acesso em: 15 nov. 2014.

BORGES, M. C. **Formação de Professores:** desafios históricos, políticos e práticos. 1. ed. São Paulo: Paulus, 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado, 1988.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Portal de Inclusão Digital.** Disponível em: <http://www.inclusaodigital.gov.br/inclusao/>. Acesso em: 20 jul. 2014.

\_\_\_\_\_. MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006. Série: **Saberes e práticas da inclusão:** desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais de alunos com deficiência física/neuro-motora. Coordenação geral SEESP/MEC. 2. Ed. Brasília: 2006.

\_\_\_\_\_. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Lei 8096/90. São Paulo: Atlas, 1991.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e do Desporto - Secretaria De Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial.** Brasília: Livro 1, 1994.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Diretrizes e normas regulamentadoras sobre pesquisa envolvendo seres humanos.** Resolução 196/1996. Brasília: CNS, 1996.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei nº 9394/96. Brasília: 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)>. Acesso em: 18 set. 2012.

\_\_\_\_\_. **O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular** / Ministério Público Federal: Fundação Procurador Pedro Jorge de Melo e Silva (organizadores) / 2ª ed. rev. e atualizada. Brasília: Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, 2004.



\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação**. Decreto 6.094, de 24 abr. 2007. Brasília, 2007. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm)>. Acesso em: 02 abr. 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Plano Nacional de Educação. **Lei n. 10.172/2001**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf>, Acesso 10 Jul 2013.

\_\_\_\_\_. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. PORTAL MEC. Secretaria de Educação Especial - MEC/SEESP, 2008a. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>>. Acesso em: 06 dez. 2013.

\_\_\_\_\_. **Nota técnica-SEESP/GAB/nº, 09/2010** de 09 de abril de 2010. Fixa as orientações para a organização de Centros de Atendimento Educacional Especializado. PORTAL MEC. 2010. Disponível em <[portal.mec.gov.br/index](http://portal.mec.gov.br/index) >. Acesso: 10 dez. 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Orientações para a Institucionalização da Oferta do Atendimento Educacional Especializado - AEE em Salas de Recursos Multifuncionais Implantadas nas Escolas Regulares. **Nota técnica-SEESP/GAB/nº 11/2010** de 07 de maio de 2010. Disponível em: <[portal.mec.gov.br/index](http://portal.mec.gov.br/index) >. Acesso em: 08 set. 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Decreto nº 7.611**, de 17 de novembro de 2011. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm)>. Acesso em: 05 jan. 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Orientações à Atuação dos Centros de AEE, na Perspectiva da Educação Inclusiva. **Nota técnica- MEC / SECADI / DPEE/nº 55/2013** de 10 de maio de 2013. Disponível em: <<http://www.ppd.caop.mp.pr.gov.br> >. Acesso em: 05 jan. 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Plano Nacional de Educação**. Brasília. 2014. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/\\_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm)>. Acesso em: 02 jul. 2014.

\_\_\_\_\_. **Conferência Nacional de Educação**. O PNE na Articulação do Sistema Nacional de Educação: Participação Popular, Cooperação Federativa e Regime de Colaboração. Brasília. 2014.

CARNEIRO, M. A. **O acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns: Possibilidades e Limitações**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2008.

CARVALHO, R. E. Educação Inclusiva: do que estamos falando? **Revista Educação Especial**, n. 26, 2005 – p. 1-7. Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, Brasil. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=313127396003>> . Acesso em: 02 jul.2014.

\_\_\_\_\_. **Educação Inclusiva: com os pingos nos “is”**. 7. ed. Porto Alegre: Mediação: 2010

CHESANI, F. H.; LIMA G. de. **A Atuação da Fisioterapia no Processo de Inclusão Escolar e na Extensão Universitária.** In: IX Congresso Iberoamericano de Extensión Universitaria Bogotá, Colombia. Universidade do Vale do Itajaí / Univali - Centro de Ciências da Saúde, 2009.

\_\_\_\_\_. et al.. **Contribuições da Fisioterapia ao Processo de Inclusão Escolar.** In: XI Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e VII Encontro Latino Americano de Pós-Graduação – Universidade do Vale do Paraíba, 2006.

COFFITO. Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional. Disponível em: <http://www.coffito.org.br/site/>. Acesso em: 17 nov. 2015.

CORTELLA, M.S; FERRAZ, J. L. **Escola e preconceito: docência, discência e decência.** São Paulo: Ática, 2012.

\_\_\_\_\_. **A escola e o conhecimento: fundamentos epistemológicos.** 14. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_. **Educação, Convivência e Ética: audácia e esperança.** São Paulo: Cortez, 2015.

CREFITTO. Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional Bahia. Disponível em: <http://www.crefito7.org.br/>. Acesso em: 17 nov. 2015.

CRESWELL, J. W. **Projeto de Pesquisa: Métodos Qualitativo, Quantitativo e Misto.** Porto Alegre: Artmed, 2010.

D'ÁVILLA, C. M. **Universidade e formação de professores: Qual o peso da formação inicial sobre a construção da identidade profissional docente ?**  
in: NASCIMENTO, A.D; HETKOWSKI, T.M., orgs. *Memória e formação de professores* [online]. Salvador: EDUFBA, 2007.

DIMENSTEIN, G. **O Cidadão de Papel: a infância, a adolescência e os direitos humanos no Brasil.** 23. ed. São Paulo: Ática, 2011.

DICIONÁRIO Aulete de bolso de língua portuguesa / Caldas Aulete. Rio de Janeiro: Lexikon, 2011.

DICIONÁRIO Online de Português. Disponível em: <http://www.dicio.com.br/preconceito/>. Consultado em: 10 de jun. 2014.

DICIONÁRIO Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa / Aurélio Buarque de Holanda Ferreira. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

DICIONÁRIO Saraiva Jovem de Língua Portuguesa. São Paulo: Saraiva, 2010.

EFFGEN, S. K. **Fisioterapia Pediátrica: Atendendo às Necessidades das Crianças.** Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 2007.

FERREIRA, L. G.; FERRAZ, R. C. S. N. **Formação Docente: identidade, diversidade e saberes.** 1. ed. Curitiba, PR: CRV, 2014.

FERREIRA, V. J. A. **O que todo professor precisa saber sobre Neurologia**. São José dos Campos: Editora Pulso, 2005.

FERREIRA, M. E. C. O enigma da inclusão: das intenções às práticas pedagógicas. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 33, n. 3, p. 543-560, 2007. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022007000300011>>. Acesso em: 19 jun. 2013.

FERREIRA, W. B. Educação Inclusiva: será que sou a favor ou contra uma escola de qualidade para todos? **Revista da Educação Especial**, 2005.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 54. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013a.

\_\_\_\_\_. **Extensão ou Comunicação?** 16. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013b.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da Autonomia**. 46. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013c.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia dos Sonhos Possíveis: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da Tolerância**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013d.

\_\_\_\_\_. **Educação como Prática da Liberdade**. 15. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia dos Sonhos Possíveis**. 1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014a.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da Esperança**. 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. 1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014b.

\_\_\_\_\_. **Professora Sim, Tia Não: cartas a quem ousa ensinar**. 22. ed. São Paulo: Olho d'Água, 2009.

FRIAS, E. M. A.; MENEZES, M. C. B. **Inclusão Escolar do Aluno com Necessidades Educacionais Especiais**: Contribuições ao Professor do Ensino Regular. 2008. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1462-8.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2012.

FSBA. Faculdade Social da Bahia. **Fisioterapia**. Disponível em: <http://www.faculdadesocial.edu.br/home-graduacao/fisioterapia/>. Acesso em: 17 nov. 2015.

GAIO, R. **Para Além do Corpo Deficiente: Histórias de Vida**. São Paulo: Editora Fontoura, 2006.

\_\_\_\_\_, R., et al.. **Caminhos Pedagógicos da Educação Especial**. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

GARCIA, R. M. C. Políticas inclusivas na educação: do global ao local. In: BAPTISTA, C. R.; CAIADO, K. R. M.; JESUS, D. M. (Org.). **Educação especial: diálogo e pluralidade**. Porto Alegre: Mediação, 2010.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

\_\_\_\_\_. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GRASSI, T. M. **Inclusão e os Desafios para a Formação de Docentes: Uma Reflexão Necessária**. S.d. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1376-8.pdf>>. Acesso em: 22 mai. 2014.

GOLDENBERG, M. **A arte de Pesquisar: Como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. 12. ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

IBGE. Censo 2010. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br/>, Acesso em: 10 jul. 2013.

JESUS, D. M; EFFGEN, A. P. S. Formação Docente e Práticas Pedagógicas: Conexões, Possibilidades e Tensões. In: **O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares**. In: T. G. Miranda, T. A. G. Filho (Orgs.). Salvador: EDUFBA, 2012.

JORQUEIRA, A. C. J; BLASCOVI-ASSIS, S. M. Contribuições do fisioterapeuta na inclusão escolar de alunos com deficiência sob perspectiva do brincar. **Cadernos de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento**, São Paulo, v.9, n.1, p.76-91, 2009. Disponível em: <[www.mackenzie.br/.../2009.2Artigo\\_5\\_CONTRIBUi\\_c\\_ES\\_DO\\_FISI](http://www.mackenzie.br/.../2009.2Artigo_5_CONTRIBUi_c_ES_DO_FISI)>. Acesso em: 11 jan. 2014.

LANDMANN, L. M.; RUZZA, P.; CHESANI, F. H. Espaço educacional e a possibilidade de atuação do fisioterapeuta. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, Blumenau, v.3, n.3, p.19-30, Sem II. 2009.

LEITE, L.P; BORELLI, L. M; MARTINS, S. E. S. Currículo e deficiência: análise de publicações brasileiras no Cenário da educação inclusiva. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 29, n. 01, p. 63-92, mar. 2013. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-46982013000100005](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982013000100005). Acessado em: 13 jul.2014

LIMA, S. M. T; SOUZA, N. T. TREVISAN, R. A. **Experiência integrativa com o voleibol: Apontamentos para o educador**. In: atividade física para pessoas com necessidades especiais: experiências pedagógicas. Rio de Janeiro: Guanabara, 2003.

LIMA, T. C.S.; YOSHIOKA, M. C. C.P; MORAES, R. **Avaliação do desenvolvimento motor de crianças surdas**. Disponível em: <https://uspdigital.usp.br/siicusp/cdOnlineTrabalhoVisualizarResumo?numeroInscricaoTrabalho=2232&numeroEdicao=15>. Acessado em: 12 nov. 2015.

LIRA, B. C. **O Passo a Passo do Trabalho Científico**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

LUBISCO, N. M. L.; VIEIRA, S. C. **Manual do Estilo Acadêmico: trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses**. 5. ed. Salvador: EDUFBA, 2013.

LUNDY-EKMAN, L. **Neurociência: fundamentos para a reabilitação**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

LOPES, A. **Dicionário Ilustrado de Fisioterapia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

MANTOAN, M. T. E. **Caminhos Pedagógicos da Inclusão: contornando e ultrapassando barreiras**. S.d. Disponível em: <<http://www.lite.fae.unicamp.br/cursos/nt/ta1.5.htm>>. Acesso em: 14 abr. 2013.

\_\_\_\_\_. **Diferenciar para incluir: a educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. 2011. Disponível em: <[http://www.diversa.org.br/artigos/artigos.php?id=42&/diferenciar\\_para\\_incluir\\_a\\_educacao\\_especial\\_na\\_perspectiva\\_da\\_educacao\\_inclusiva](http://www.diversa.org.br/artigos/artigos.php?id=42&/diferenciar_para_incluir_a_educacao_especial_na_perspectiva_da_educacao_inclusiva)>. Acesso em: 14 abr. 2013.

\_\_\_\_\_. Educação inclusiva: orientações pedagógicas. In: BRASIL. **Atendimento educacional especializado: aspectos legais e orientações pedagógicas**. Brasília: SEESP/MEC, 2007. Disponível em: <[http://www.afadportoalegre.org.br/left\\_bibliografia/livro\\_aee.pdf](http://www.afadportoalegre.org.br/left_bibliografia/livro_aee.pdf)>. Acesso em: 20 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. **A Integração de Pessoas com Deficiências: contribuições para uma reflexão sobre o tema**. São Paulo: SENAC, 1997.

MARIANI, C. **Conceitos e Preconceitos em Filosofia**. S.D. Disponível em: <http://www.afilosofia.com.br/post/pre-conceito-e-preconceito/480>. Acessado em: 17 ago. 2014

MARTINS, L. A. R. SILVA, K. S. B. P. **Pesquisando e investindo na escola inclusiva, com vistas a incentivar a cooperação dos pares**. 2007. Disponível em: <http://coraIx.ufsm.br/revce/revce/2007/02/a6.htm>. Acesso em: 18 mai. 2014

MEDEIROS, P. G.; BECKER, E. Interação Fisioterapeuta - Professor a Partir das Necessidades Encontradas na Inclusão Escolar. **Cadernos de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento**, São Paulo, v.9, n.1, p.49-58, 2009.

MITTLER, P. **Educação inclusiva: contextos sociais**. Tradução de Windyz Brazão Ferreira. Porto Alegre: Artmed, 2003.

MORAES, J. R. de; SCHULZE, L. P.; BERTOLDI, D. C. A Fisioterapia na Inclusão Educacional de uma Criança com Osteogênese Imperfeita. **XIII Congresso Estadual das APAEs - IV Fórum de Autodefensores**. Blumenau: 2010. Disponível em: <<<http://www.tecnoevento.com.br/eve9/arq/a%20fisioterapia%20na%20inclusao%20educacional%20de%20uma%20crianca%20com%20osteogenese%20imperfeita.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2013

MOTA, N. C. G.; PEREIRA, L. A. **A Inclusão do Aluno com Necessidades Educacionais Especiais no Ensino Superior**. Patos de Minas: UNIPAM, n. 7, v. 2, p. 74-85, dez. 2010.

OLIVEIRA, D.; TRIGUEIRO, G. R.; AQUINO, M. S. M. **Educação Inclusiva e Formação de Professores**. Universidade Estadual de Goiás, Curso de especialização em Docência Universitária da USEFFEGO. 2007.

ONU. **Declaração Universal Dos Direitos Humanos**. Adotada e Proclamada pela Resolução 217 A (III) da Assembléia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Disponível em: <[http://www.mj.gov.br/sedh/ct/legis\\_intern/ddh\\_bib\\_inter\\_universal.htm](http://www.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm)>. Acesso em: 14 jun. 2013.

O’SULLIVA, S. B.; SCHMITZ, T. **Fisioterapia: avaliação e tratamento**. 5. ed. Barueri, SP: Manole, 2010.

PACHECO, J. **Caminhos para a inclusão: um guia para o aprimoramento da equipe escolar**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

PACIEVITCH, T. **Inclusão Digital**. Disponível em: <http://www.infoescola.com/educacao/inclusao-digital/>, Acesso em: 28 jun. 2014.

PELEGRINELLI, M. L. **Exercício do Respeito**. Belo Horizonte: Maza, 2004.

PERRENOUD, P. **10 Novas Competências para Ensinar**, Porto Alegre: Artmed, 2000.

QUATRIN, L. B.; PIVETTA, H. M. F. Inclusão Escolar e Concepções Docentes: do Desejo Idealizado à Realidade Prática. **Revista “Educação Especial”** n. 31, p. 49-62, Santa Maria, 2008. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/ce/revista>>. Acesso em: 22 jul. 2013.

REY, L. **Dicionário de termos Técnicos de Medicina e Saúde**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 2008.

RIOS, N. V. F.; NOVAES, B. C. A. C. O Processo de Inclusão de Crianças com Deficiência Auditiva na Escola Regular: Vivências de Professores. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v.15, n.1, p.81-98, jan.-abr. 2009.

ROCHA, E. F. **Reabilitação de Pessoas com deficiência: A intervenção em Discussão**. 1. ed. São Paulo: Roca, 2006.

RUDIO, F. V. **Introdução ao projeto de Pesquisa Científica**. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

SAMPAIO, C. T. SAMPAIO, S.M.R. **Educação inclusiva: o professor mediando para a vida** [online]. Salvador: EDUFBA, 2009, 162 p. ISBN 978-85-232-0627-7. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

SARTORETTO, M. L. **Os fundamentos da Educação Inclusiva**. 2011. Disponível em: <[http://assistiva.com.br/Educa%C3%A7%C3%A3o\\_Inclusiva.pdf](http://assistiva.com.br/Educa%C3%A7%C3%A3o_Inclusiva.pdf)>. Acesso em 03 abr. 2014.

SASSAKI, R. K. 1996. **Por que o termo “Tecnologia Assistiva”?** Disponível em: <<http://www.assistiva.com.br/>> Acesso em: 01 mai. 2014.

\_\_\_\_\_. **Pessoas com deficiência e os desafios da inclusão**. **Revista Nacional de Reabilitação**, ano VIII, n. 39, julho/agosto 2004. Disponível em: [bauru.apaebrazil.org.br/arquivo.phtml?a=9453](http://bauru.apaebrazil.org.br/arquivo.phtml?a=9453). Acesso em: 24 jul. 2014.

\_\_\_\_\_. **Inclusão: Construindo uma Sociedade para Todos.** 3ª ed. Rio de Janeiro: WVA, 1999.

\_\_\_\_\_. Como chamar as pessoas que têm deficiência? **Revista da Sociedade Brasileira de Ostomizados**, ano I, n. 1, 1º sem. 2003, p.8-11. [Texto atualizado em 2009] disponível em: <<http://www.planetaeducacao.com.br/portal/artigo.asp?artigo=1855>>. Acesso em: 13 jul. 2014.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico.** 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.  
SHUMWAY-COOK, A.; WOOLLACOTT, M. H. **Controle Motor: teoria e aplicações práticas.** 2. ed. Barueri, SP: Manole, 2003.

SILVA, L. M. **Educação Inclusiva e Formação de Professores.** 2009. Disponível em: <[http://bento.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/2010069353641lidia\\_monografia.pdf](http://bento.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/2010069353641lidia_monografia.pdf)>. Acesso em: 16 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. BARBOSA, J. (org) **Estudos sobre preconceito e inclusão educacional.** Salvador: EDUFBA, 2014.

SKLIAR, C. (2015) Incluir as diferenças? Sobre um problema mal formulado e uma realidade insuportável. Tradução de Omar Barbosa Azevedo. **Revista Interinstitucional Artes de Educar.** Rio de Janeiro, v. 1, n.1, pp. 13-28, (fev-mai 2015) Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/riae/article/view/11724/11829>>. Acesso em: 13 jul. 2015.

SOUZA, L. O. S. M. **Canções da Resistência.** Icapuí: Caref, 1997.

STELLA, C; SEQUEIRA, V. C. Inclusão e o Cotidiano Escolar: A Visão dos Professores. Universidade Presbiteriana Mackenzie CCBS – Programa de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento. **Cadernos de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento**, São Paulo, v.13, n.2, p. 70-80, 2013

TAGLIARI, C.; TRÊS, F.; OLIVEIRA, S. G. Análise da Acessibilidade dos Portadores de Deficiência Física nas Escolas da Rede Pública de Passo Fundo e o Papel do Fisioterapeuta no Ambiente Escolar. **Revista Neurociências**, v.14, n.1, jan/mar, 2006.

TAVARES, F. A. Os Ciclos de aprendizagem: uma proposta de inclusão. **Periódico de Divulgação Científica da FALS.** Ano III. Nº VI- Out2009/Jan2010 - ISSN 1982-646X. Disponível em: <[http://www.researchgate.net/publication/237596688\\_OS\\_CICLOS\\_DE\\_APRENDIZAGEM\\_UMA\\_PROPOSTA\\_DE\\_INCLUSO](http://www.researchgate.net/publication/237596688_OS_CICLOS_DE_APRENDIZAGEM_UMA_PROPOSTA_DE_INCLUSO)>. Acesso em: 15 jun. 2014.

TEIXEIRA, J, et al. **Avaliação Inclusiva: A diversidade reconhecida e valorizada.** Rio de Janeiro: WAK, 2010.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** 1. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

UNESCO. **Declaração Mundial Sobre Educação Para Todos.** Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem. Tailândia, 1990. Disponível em: <[http://www.acaoeducativa.org.br/downloads/Declaracao\\_Jomtien.pdf](http://www.acaoeducativa.org.br/downloads/Declaracao_Jomtien.pdf)>. Acesso em: 20 jan. 2014.

UNESCO. Conferência Mundial de Educação Especial. **Declaração de Salamanca**. 1994. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Disponível em: <<<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 20 mai.2013.

VALLE, J. W. CONNOR, D. J. **Ressignificando a deficiência**: da abordagem social às práticas inclusivas na escola. Porto Alegre: AMGH, 2014.

VIEIRA, G. A. **A Tecnologia Assistiva como Recurso de Inclusão**: cruzando perspectivas e conceitos. S.d. Disponível em: <<http://www.redentor.inf.br/arquivos/pos/publicacoes/24042013TCC%20-%20Gisele%20Amanda%20Vieira.pdf>>. Acessado em: 18 Jul. 2014.

VITAL, L. M. A.; PIRES, M. D. E.; ALVES, L. M. Inclusão Social nas Escolas Regulares: Principais Dificuldades Enfrentadas Pela Equipe Escolar. **Revista Profissão Docente**, Uberaba, v.10 n. 21, 2010.

VIGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

\_\_\_\_\_. (1997). Acerca de la psicología y la pedagogía de la efectividad infantil. En L. S. Vygotsky, **Obras Escogidas V**: Fundamentos de defectología (pp. 73-95). Madrid: Visor.

WERNECK, C. **Manual sobre Desenvolvimento Inclusivo para a Mídia e Profissionais de Comunicação** / [texto e edição] Claudia Werneck. Rio de Janeiro: WVA. 2004. Disponível em: [www.escoladegente.org.br/.../manual\\_desenvolvimento\\_inclusivo.doc](http://www.escoladegente.org.br/.../manual_desenvolvimento_inclusivo.doc). Acesso em: 17 jul.2014.

\_\_\_\_\_. **Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.



**APÊNDICE A – Roteiro para entrevista com as docentes**

1. Quais são suas principais dificuldades em sala de aula, com relação ao aluno com deficiência?
2. Em sua opinião as escolas regulares estão preparadas para receber crianças com deficiência em suas classes? Por quê?
3. Em sua opinião qual seria o espaço educacional mais apropriado para a educação da pessoa com deficiência?
4. Como professor, você acredita que os professores e futuros professores estão sendo capacitados para atuar no contexto da Educação Inclusiva?
5. Você considera que possui conhecimentos suficientes para selecionar recursos educativos proporcionando um melhor aprendizado aos alunos com necessidades educacionais especiais ou com deficiência de sua classe?
6. Você tem na sua formação alguma especialização (ou outra formação) na área de Educação Inclusiva?
7. O que você acha da inclusão?
8. Quais as suas principais preocupações quanto ao aluno com deficiência na escola regular quanto às práticas pedagógicas?
9. Em sua opinião o que seria ou é necessário para que o aprendizado do aluno com deficiência na escola de ensino regular ocorra da melhor forma possível?
10. Como é a participação dos alunos com deficiência nas atividades propostas em sala de aula? Por quê?
11. Você acha que o uso de aparelhos (muletas, cadeiras, aparelhos auditivos) dificulta ou facilita a participação do aluno com deficiência nas atividades propostas em sala de aula?
12. Acha ser necessária uma modificação na formação do docente para atuar na inclusão da criança com deficiência?
13. Você acha que a multidisciplinaridade poderia favorecer o trabalho do professor da escola regular quanto a inclusão de alunos com deficiência nestas escolas? Considera importante a interação entre profissionais de educação e saúde na inclusão da criança com deficiência na escola de ensino regular?
14. Quais conhecimentos você acredita que seriam mais relevantes se acrescidos no currículo dos docentes que realizam atividades com crianças com deficiência?
15. Você sabe o que é Tecnologia Assistiva (TA)? Acha que o uso das TAs no ambiente escolar podem facilitar a realização de atividades com os alunos com deficiência?

16. Tem estes recursos de TA na sua classe? Quais outros recursos de TA você acha que poderiam ser úteis?
17. Você foi orientado(a) e ensinado a adaptar instrumentos de avaliação para alunos com deficiência? Quais?
18. Você considera ser importante o docente ter um conhecimento mais aprofundado acerca das deficiências?
19. Como profissional de Educação você se sente preparado para atuar na Inclusão Escolar de alunos com deficiência? Por quê?
20. Tem alguma sugestão de mudanças?
21. Como a senhora definiria a Fisioterapia?
22. A senhora acha que a fisioterapia poderia trabalhar com qualquer deficiência?
23. O que a senhora acha da interação entre a fisioterapia e o professor?

## APÊNDICE B

### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE (para todas as professoras participantes)**

**Título do estudo:** EDUCAÇÃO INCLUSIVA: CONTRIBUIÇÕES DOS CONHECIMENTOS DA FISIOTERAPIA NA FORMAÇÃO DOCENTE

**Pesquisadores Responsáveis:** Prof. Dra. Alessandra Barros / Prof. Dr. Omar Barbosa  
**Instituição / Departamento:** Universidade Federal da Bahia – UFBA, Programa de Pós-graduação em Educação - PPGE / Faculdade de Educação - FACED.

**Locais de realização da pesquisa:** três escolas localizadas nos municípios de Salvador e Lauro de Freitas, Bahia, sendo uma escola pública municipal e duas escolas particulares, cujos nomes verdadeiros serão resguardados através da adoção de nomes fictícios na divulgação dos resultados encontrados.

**Participantes do estudo:** Professoras do Ensino Fundamental I que atuem ou tenham atuado nos últimos três anos com alunos com deficiência na escola de ensino regular. De forma similar aos procedimentos adotados quanto a resguardar a identidade das escolas, também serão adotados nomes fictícios para as professoras participantes do presente estudo.

**Contatos:** Alexandrabispo23@gmail.com / (71) 99395-9191 (somente por mensagens ou WhatsApp).

#### **Prezada professora,**

A senhora está sendo convidada a participar, voluntariamente, de um estudo cujo teor será detalhadamente explicado neste TCLE.

As respostas as perguntas serão feitas de forma completamente voluntária, assim, caso se sinta desconfortável em responder alguma das questões da mesma, é livre o direito de não responder.

Desta forma é sumamente importante que antes de aceitar participar do presente estudo, e responder a entrevista seja realizada atenta leitura desse documento, para entendimento do estudo e compreensão sobre as ações necessárias para efetivação de sua participação. Caso haja qualquer dúvida sinta-se à vontade para questionar, a qualquer tempo, inclusive podendo desistir de participar da mesma antes, durante e após a realização da entrevista, caso não concorde com os termos aqui estabelecidos.

#### **Os objetivos desse estudo consistem em:**

- Objetivo geral/principal:

Identificar quais as possíveis contribuições dos conhecimentos da Fisioterapia para a formação e na atuação de docentes que desenvolvem atividades junto às crianças com

deficiência no Ensino Fundamental I, com intuito de facilitar a inclusão destas na escola de ensino regular.

- **Objetivos Específicos:**

1. Caracterizar quais as principais dificuldades enfrentadas pelas docentes nas atividades desenvolvidas com alunos com deficiência em três escolas regulares, uma pública em Lauro de Freitas e duas privadas em Salvador, ambas no estado da Bahia.
2. Descrever as práticas educativas utilizadas pelas profissionais de educação na relação professor-aluno com deficiência.
3. Propor a utilização dos conhecimentos da Fisioterapia para a prática da Educação Inclusiva na escola de ensino regular.

### **Metodologia adotada**

Trata-se de um estudo qualitativo, cujo método de investigação consiste na realização de uma entrevista semiestruturada contendo 20 questões norteadoras, podendo ser acrescentado ou não indagações no decorrer da mesma.

### **Benefícios esperados com a realização do estudo**

São inúmeros os possíveis benefícios que esse estudo trará, uma vez que o mesmo busca entender o impacto das dificuldades dos docentes na inclusão propriamente dita e analisar os conhecimentos fisioterápicos como possível auxílio na superação dessas dificuldades, para que através de uma compreensão ampla e sensível do que é a deficiência e dos mecanismos de superação possíveis, os docentes e futuros docentes possam melhor realizar suas atividades educativas de forma a potencializar o desenvolvimento de alunos com deficiência (bem como com outras dificuldades) em sua plenitude. E tendo em vista que essa é uma compreensão que implica num conhecimento crítico e sensível de como as deficiências se expressam, principalmente dos mecanismos que possibilitam a superação de obstáculos e a diminuição dos impactos causados pelas limitações que efetivamente existem enquanto necessidade educativa especial.

**Riscos:** não será realizado nenhum procedimento invasivo. Não existindo, portanto, risco à saúde.

**Privacidade:** destaque, mais uma vez que as professoras e escolas participantes desse estudo terão seus nomes resguardados e serão utilizados nomes fictícios quando da divulgação dos resultados encontrados e as informações serão utilizadas unicamente no âmbito científico.

**Resultados:** os resultados do estudo/pesquisa serão transmitidos publicamente em apresentação de Defesa Pública da Dissertação. Destaco que informarei previamente às professoras e demais profissionais de educação, participantes diretos e indiretos do estudo, sobre a data e local da referida apresentação. O trabalho poderá, ainda, ser divulgado em outros meios de comunicação e de informação, à exemplo de revistas científicas, congressos, seminários, palestras e similares. A dissertação será também catalogada e disponibilizada virtualmente no banco de dados da biblioteca da Faculdade de Educação (FACED-UFBA).

Em qualquer que sejam as circunstâncias de divulgação dos resultados, as identidades e informações que possibilitem a identificação dos participantes voluntários serão mantidas em sigilo por tempo imprescritível.

**Assim sendo:**

Eu, \_\_\_\_\_, por me considerar devidamente informado (a) e esclarecido (a) sobre o conteúdo deste termo e da pesquisa a ser desenvolvido, livremente expressei meu consentimento para inclusão, como sujeito da pesquisa. Declaro que fui devidamente informado sobre os objetivos desta pesquisa e que recebi cópia desse documento por mim assinado.

\_\_\_\_\_  
Local e data

\_\_\_\_\_  
**Assinatura do Participante Voluntário**

\_\_\_\_\_  
Local e data

\_\_\_\_\_  
**Assinatura do Responsável pelo Estudo**

## ANEXO 1

### Entrevista com a professora Anita (nome fictício)

**Pesquisadora:** Quais são as principais dificuldades em sala de aula? Que a senhora enfrenta com relação ao aluno com deficiência?

**Professora Anita:** Mais assim é disponibilidade de utensílios que venham ajudar no desenvolvimento do aluno. Porque acho que uma criança da inclusão não é uma criança como outra qualquer, como uma criança normal, como um aluno normal. Então a gente precisa de medicamentos, livros, brinquedos que venham desenvolver o desenvolvimento psicológico e pedagógico deles. Mas aí a gente pode conciliar contos com todos que ele tem na sala. A gente concilia, com resolução a gente consegue desenvolver. Acho que deveria ter mais brinquedos, mais equipamentos para desenvolver mais. Porque acho que deve ter, eu não sei bem, sou um pouco leiga com relação a esses equipamentos. Mas acho que existe brinquedos mais equipados, que puxa mais essa parte cidadã da pedagogia, acho que deveria ter mais.

**Pesquisadora:** Na sua opinião as escolas regulares estão preparadas para receber as crianças com deficiência? Por quê?

**Professora Anita:** Não. Porque os professores deveriam ter um curso de aperfeiçoamento para poderem se envolver mais. Eu procuro me inteirar de cada situação da sala, de cada tipo de aluno. Então já tem outros que não e fazem aquele trabalhinho e pronto, acabou. Mas eu acho que tem esse desenvolvimento do professor como lidar com eles, porque eles precisam para desenvolverem. Eu mesmo tenho um aluno que se desenvolveu através da música, música infantil, um autista. Então acho que tem que ter esses argumentos que existem para poder desenvolver mais. O professor precisa se inteirar, pesquisar, precisa muito. Não só o professor, mas a escola em si.

**Pesquisadora:** Como professora a senhora acha que os professores e futuros professores estão sendo capacitados para atuarem no contexto da educação inclusiva? De que forma?

**Professora Anita:** Sim. Através de curso, no caso da pedagogia em sim. Tanto na graduação quanto na pós, vem focando muito isso, da educação inclusiva. Então isso aí ajuda muito os professores, porque através do nosso curso, que eu ainda estou terminando o da Pedagogia, nele sempre tem alguma coisa para ajudar com relação a essas crianças.

**Pesquisadora:** A senhora considera que possui conhecimentos suficientes para selecionar recursos educativos, proporcionando melhor aprendizado de alunos com necessidades educativas especiais na sua classe?

**Professora Anita:** Olha, é e não é. Porque a Educação Inclusiva é sempre uma novidade, sempre estar se especializando, sempre estar mudando e os professores estão procurando, alguns estão procurando se inteirar com relação a isso. Ainda estou procurando “aprendizado” com relação a isso. Porque eu não sabia que teria.

**Pesquisadora:** Você tem na sua formação alguma especialização na área de educação inclusiva?

**Professora Anita:** Não. Estou tendo agora.

**Pesquisadora:** Gostaria de ter?

**Professora Anita:** Gostaria.

**Pesquisadora:** O que a senhora considera como inclusão?

**Professora Anita:** Inclusão é a socialização de pessoas, crianças que tenham um grau diferente das outras. Então a inclusão faz com que os alunos, as crianças sejam incluídas como se fossem todas iguais. Não há diferença, eles são iguais, não acho que há diferença. Agora existe desenvolvimento gradativamente, não são todos iguais mas na inclusão eles se sentem iguais.

**Pesquisadora:** Quais são suas principais preocupações quanto ao aluno com deficiência na escola regular quanto às práticas pedagógicas?

**Professora Anita:** Ele aprender a se socializar, a desenvolver alguma forma, alguma coisa, mesmo que seja mínimo, é um desenvolvimento. Para mim a mínima coisa já é tudo.

**Pesquisadora:** Em sua opinião o que seria necessário para que o aprendizado do aluno com deficiência ocorra da melhor forma possível?

**Professora Anita:** Necessário tanto o professor quanto a família. É essencial. Tanto a família quanto o profissional que cuida dele. Isso tudo é um conjunto que vai ajudar ele a desenvolver. Ajuda muito.

**Pesquisadora:** Como é a participação de alunos com deficiência nas atividades propostas aqui em sua sala de aula?

**Professora Anita:** Eles participam. Querem participar de tudo. Agora aquela coisa, não é igual aos outros alunos. Faz, eles se desenvolvem, mas é aquela coisa bem lenta, bem devagar. Então é um processo bem lento, mas que consegue ter um objetivo. Entendeu? Aí o importante é isso.

**Pesquisadora:** Você acha que aparelhos como muletas, cadeira de rodas, aparelho auditivo (...) dificulta ou facilita a participação do aluno com deficiência nas atividades propostas em sala de aula?

**Professora Anita:** Dificultar não dificulta, porque eles tem que ter uma maneira de se locomover, de se comunicar, então acho que tudo isso é necessário para ele se desenvolver. Então não empata nada disso não. É importante que ele esteja ali, que participe.

**Pesquisadora:** A senhora acha necessária uma modificação na formação docente para atuar na inclusão da criança com deficiência? Quais?

**Professora Anita:** Se aperfeiçoar em todas. Ele tem que se aperfeiçoar em todas inclusões. Todos tipos de inclusão. Acho que deveria ter um curso.

**Pesquisadora:** A senhora acha que a multidisciplinaridade poderia favorecer o trabalho do professor na escola regular quanto a inclusão de alunos com deficiência nessas escolas?

**Professora Anita:** Com certeza.

**Pesquisadora: Pesquisadora:** Para a senhora é importante a interação de profissionais de saúde e educação na inclusão de crianças com deficiência? Por quê?

**Professora Anita:** Com certeza. Porque como eu disse no começo, tudo é um conjunto. Tudo é uma participação. Tudo seja em benefício deles, não importa o que seja. Se for em benefício deles sempre é bem vindo.

**Pesquisadora:** Quais conhecimentos a senhora acredita que seriam mais relevantes se acrescidos no currículo do docente que realiza atividades com crianças com deficiência?

**Professora Anita:** Que tipo de conhecimento? Didático? Pedagógico? Conhecimentos de saúde? Só ter convívio com eles já é uma prática maravilhosa. E você ver que uma criança

desenvolve através da sua prática, mesmo leiga, é gratificante. Então acho que isso veio para nos completar, o professor. Só em você ver um mínimo de desenvolvimento de uma criança dessa, já é tudo para mim. Muitas vezes já pensei em desistir, mas quando eu vejo o desenvolvimento deles eu volto atrás. Mas eu acho que é gratificante. E eu acho que deveria ter no currículo isso.

**Pesquisadora:** Mas a senhora acha que deveria ter no currículo, na sua formação, alguma coisa assim mais focada para o desenvolvimento da criança, um estudo mais aprofundado?

**Professora Anita:** Já tem.

**Pesquisadora:** A senhora sabe o que é Tecnologia Assistiva?

**Professora Anita:** Já li alguma coisa sobre isso, mas não estou lembrada não.

**Pesquisadora:** Tecnologia Assistiva é qualquer método, serviço, equipamento que seja utilizado de forma a facilitar a inclusão de pessoas com deficiência. Então no caso, falar comigo de forma mais lenta é uma forma de Tecnologia Assistiva. Posicionar o aluno numa localização da sala de forma que ele possa ter acesso melhor ao conteúdo da aula é uma Tecnologia Assistiva. A muleta...

**Professora Anita:** É como eu falei do aperfeiçoamento do professor em todos os cursos com relação a isso.

**Pesquisadora:** O Braille, a língua de sinais, é uma Tecnologia Assistiva. Engrossar um lápis para uma criança com deficiência motora também é uma forma de TA. Qualquer tipo de adaptação que seja feito em um material, até em um caderno que seja feito com o objetivo de facilitar a inclusão da pessoa com deficiência não só na escola como em qualquer “contexto” é uma TA. Porque quando ouvimos falar de tecnologia a gente pensa logo em computador, celular... mas a tecnologia pode ser um método, um serviço, um equipamento, um computador feito com software, um “aparelho auditivo” para incluir, para “auxiliar” as pessoas surdas é uma TA. A senhora acha que depois da gente ter falado um pouquinho sobre TA, a senhora acha que esse tipo de tecnologia num ambiente escolar poderia facilitar a realização de atividades com alunos com deficiência?

**Professora Anita:** Com certeza. Muito.

**Pesquisadora:** Por quê?

**Professora Anita:** Porque é uma maneira de desenvolver, dependendo do grau de dificuldade dele. Ai ia facilitar muito, pra eles mesmos, porque tudo pra eles tem um tipo de dificuldade. Então através disso ajuda muito. Eu já assisti uma reportagem sobre isso e o desenvolvimento de um rapaz que ele nem falava, então é através desse projeto que ele começou. Já está trabalhando lá na Irmã Dulce. Ele não ouve e nem fala. E ele conseguiu através do computador, que se adaptou, ai se desenvolve tranquilo. É muito bom.

**Pesquisadora:** Aqui na sua classe a senhora acha que tem algum recurso de TA?

**Professora Anita:** Não. A única coisa que ouço assim na parte tecnologia é a música.

**Pesquisadora:** A senhora acha que seria necessário?

**Professora Anita:** Ah, seria muito. Apesar de que no caso dos dois que estudam aqui não ia desenvolver muito essa parte. É geralmente quem tem problema de fala, de audição. Aqui por enquanto não tem. Mas no caso de ter seria bom.



**Pesquisadora:** A senhora foi em algum momento da sua formação orientada, ensinada a adaptar instrumento de avaliação para alunos com deficiência?

**Professora Anita:** Sim, fui. Na minha parte do curso de Pedagogia sempre tem alguma coisa sobre isso, então a gente sempre faz um trabalho, uma parte avaliativa sobre isso, e eles sempre procuram saber o que é que a gente acha com relação a esse processo. Então eu sempre fui positiva com relação a isso, porque tudo isso é válido.

**Pesquisadora:** A senhora considera importante o docente ter conhecimento mais aprofundado acerca da deficiência? Por quê?

**Professora Anita:** Sim. Todas. Porque para saber lidar com eles. Aqui eu procurei me inteirar dos problemas dos dois para saber como desenvolver com eles. Porque desenvolver com uma criança normal é uma coisa, com eles não. Você tem que descobrir a coordenação deles, você tem que descobrir o que eles gostam, mesmo sem eles falarem, mas numa ação, num olhar, tudo isso você vê o que ele quer. Tem que saber alguma coisa, tem que se inteirar, tem que aprender, tem que pesquisar.

**Pesquisadora:** Como profissional de educação a senhora se sente preparada para atuar na inclusão escolar de alunos com deficiência?

**Professora Anita:** Totalmente não. Ainda preciso aprender muito, porque agora é que estou começando a descobrir esses dois. Um que foi do ano passado, agora este que estou descobrindo o desenvolvimento dele. Mas eu preciso aprender muito ainda, muito, a inclusão está vasta.

**Pesquisadora:** A senhora conhece a Fisioterapia?

**Professora Anita:** Conheço.

**Pesquisadora:** O que a senhora entende por Fisioterapia?

**Professora Anita:** Olha, Fisioterapia é aquela parte em que você vai tentar observar alguma coisa deles: muscular. Através de várias partes do seu corpo vai desenvolver a fala, a parte da locomoção, a parte do desenvolvimento da mente. Sou um pouco leiga.

**Pesquisadora:** Na verdade a Fisioterapia não atua com a questão muito de fala, é mais o Fonoaudiólogo. Mas atua na questão motora, postural, superação de limitação... Então no caso de uma criança com deficiência motora o foco da Fisioterapia não seria na deficiência em si, mas na possibilidade de a criança desenvolver outros meios de realizar uma tarefa. No caso de uma criança que não pode andar, então a Fisioterapia não ia ficar focando no andar, porque ela atua mais na possibilidade de algo real. Então iria trabalhar com relação a de que forma a gente pode “realizar a tarefa” se adaptar as atividades para que essa criança possa ser o mais independente possível. No caso de um banheiro, de uma torneira, de um lápis, escrita, adaptações de forma que aquela pessoa possa chegar o mais perto possível no desenvolvimento individual da tarefa. Tentar encontrar a possibilidade, caminhos alternativos para efetivar uma mesma tarefa. Escrever, algumas crianças não vão ter essa coordenação, então vai digitar, vai orientar essa criança para que ela possa se desenvolver o máximo possível dentro das possibilidades que ela tem. Sem tentar que ela faça uma “mágica” que não esteja dentro das possibilidades dela.

**Pesquisadora:** A senhora acredita que a Fisioterapia, a enfermagem, a fonoaudiologia, poderia auxiliar a atividade do professor?

**Professora Anita:** Sim. Eu acho.

**Pesquisadora:** Como?

**Professora Anita:** Porque eu tenho um aluno aqui que ele está no fonoaudiólogo, ele tá na Fisioterapia, e ele está com psicólogo. Então nós fizemos um conjunto do desenvolvimento dele. O que ele desenvolver aqui a mãe leva e mostra a eles. Então eles viram que através do conjunto que faço, do que eles fazem, que ele conseguiu desenvolver alguma coisa. Porque ele nem tentava pronunciar. Então, através daqui, da musiquinha, dos coleguinhas, ele já conseguiu pronunciar. Já conseguiu falar “mamã”. Ele não falava nada. Então era “consignar”. A fonoaudióloga puxa, eu puxo daqui e a mãe puxa em casa. Eu acho que esse conjunto de ações desenvolve eles. E como desenvolve! O outro autista não comia sozinho. A gente com a maior calma foi pegando na mãozinha dele, levando na boca, na vasilhinha, tirando sem ele querer... Mas ele já come sozinho. Então isso é uma fisioterapia né.

**Pesquisadora:** A senhora tem alguma sugestão de mudança com relação a formação docente e a prática docente que a senhora gostaria de deixar registrada?

**Professora Anita:** Sim. Eu gostaria que todos professores que viessem a se formar tivesse conhecimento a fundo de cada inclusão em cada escola, porque nenhum é igual. Cada inclusão é diferente da outra, cada uma tem uma proporção diferente. Então acho que seria justo que todo professor souber lidar com cada um, porque são crianças especiais, são crianças que precisam daquela atenção, tem que saber até onde pode ir. Eu acho válido. Acho que poderia ser bem divulgado isso, bem chamado atenção com relação a isso. Porque a inclusão tá aí e precisa se desenvolver essa inclusão. Precisa e muito.

## ANEXO 2

### Entrevista com a professora Beatriz (nome fictício)

**Pesquisadora:** Quais são as principais dificuldades em sala de aula com relação ao aluno com deficiência?

**Professora Beatriz:** Eu acho que é a preparação. Na realidade nós não estamos preparados para conviver com alunos com essa dificuldade. Faz parte da inclusão incluir aquele aluno, mas como é que inclui uma criança? Aqui mesmo tem 18 alunos aí vem uma criança e fica no meio. Eu fico meio perdida, a sensação que tenho é essa.

**Pesquisadora:** Em sua opinião as escolas regulares estão preparadas para receber crianças com deficiência em sala de aula?

**Professora Beatriz:** Eu acho que não.

**Pesquisadora:** Por quê?

**Professora Beatriz:** Porque eu acho que tinha que ter uma preparação para a professora receber essa criança.

**Pesquisadora:** Em sua opinião qual seria o espaço educacional mais preparado para a educação da pessoa com deficiência?

**Professora Beatriz:** Eu acho que ele poderia ser incluído em uma sala de aula. Só que antes teria que ter um curso. O que deveria fazer, como participar... Aqui mesmo tem Bia, ela fica na sala de aula, mas tem hora que a gente sente como se ela estivesse voando, entendeu? Se ela for fazer uma atividade igual aos outros, eu teria que pegar ela, colocar próximo da minha cadeira e aí ensinar. E aí, enquanto eu estivesse dando atenção a ela o que aconteceria com os outros 17 que estão na sala de aula? É essa que eu acho que é a maior dificuldade.

**Pesquisadora:** Como professora você acredita que os professores e os futuros professores estão sendo capacitados para atuarem no contexto da educação inclusiva?

**Professora Beatriz:** Eles poder ser ou estar capacitado vai depender do curso.

**Pesquisadora:** Ele é capacitado do ponto de vista curricular, do ponto de vista de formação voltada...

**Professora Beatriz:** Aqui eu vou incluir, mas eu não fiz curso preparando para receber essa inclusão, mas por lei tem que incluir essa criança, então aí é que tá!

**Pesquisadora:** Você considera que possui conhecimento suficiente para selecionar recursos educativos, proporcionando melhor aprendizado de alunos com necessidades educacionais especiais em sua classe?

**Professora Beatriz:** O recurso a gente sempre tem, sempre procura. Agora precisa ver se consegue fazer essa adaptação. Os recursos existem, estão aí, cada dia mais inovador. Agora como fazer o espaço-tempo é que acho complicado.

**Pesquisadora:** Você tem alguma especialização na sua formação na área de educação inclusiva?

**Professora Beatriz:** Não respondeu.

**Pesquisadora:** O que a senhora considera como inclusão?

**Professora Beatriz:** Eu acho importante a inclusão, eu vejo assim como uma forma de desenvolver a criança, adaptação boa. Agora eu ainda continuo questionando, porque eu acho que as professoras teriam que ter um curso, até extra, alguma coisa que tivesse preparado para essa inclusão. Porque incluir a criança é obrigado a ter, a ser incluído. Aí vai incluir a criança numa sala de aula. Como essa inclusão? Como está sendo feito? Como é que é feito isso? Então o pai e a mãe querem colocar na escola mas não é tão fácil assim.

**Pesquisadora:** Quais são as principais preocupações quanto ao aluno com deficiência na escola regular quanto as práticas pedagógicas?

**Professora Beatriz:** A minha preocupação é que eu acho que ele, de uma certa forma não acompanha. Ele não acompanha a turma, ele fica lá, por mais que você tente dizer que ele está incluído naquela turma, mas eu sinto que não acompanha. Ele sente totalmente a dificuldade.

**Pesquisadora:** Em sua opinião o que seria necessário para o aprendizado do aluno com deficiência nas escolas regulares ocorra da melhor forma possível?

**Professora Beatriz:** Volto a dizer, os professores deveriam estar preparados para isso, para essa nova lei da inclusão. Então essa coisa surgiu, é uma lei, aí vai, matricula na escola, mas as professoras que se formaram há muitos anos não tem. Vocês hoje talvez tenha que fazer pedagogia, vai ter uma outra visão, aí tem um outro preparo. Mas a gente que se formou há muito tempo não tem.

**Pesquisadora:** Como é a participação de alunos com deficiência nas atividades propostas numa sala de aula? Por quê?

**Professora Beatriz:** Como digo, eles participam, mas nem em tudo. Em algumas atividades. Pintura, música, brincadeira, mas quando chega realmente na hora do aprendizado acho que fica a desejar. Porque se eu me prender a ela só, a aluna que está aqui eu termino prejudicando os outros. Eu acho que acontece isso.

**Pesquisadora:** Você acha que aparelhos como muletas, cadeira de rodas, aparelho auditivo (...) dificulta ou facilita a participação do aluno com deficiência nas atividades propostas em sala de aula?

**Professora Beatriz:** Eu acho que facilita. Agora é uma forma de ajudar. Eu acho que facilita muito bem, agora depende também do local, não é só do professor. Essa facilidade depende da escola. Por exemplo: a escola tem o primeiro andar, eu vou fazer uma atividade no primeiro andar, se tiver alguém numa cadeira de rodas, se tiver alguém que leve ótimo, vai.. Se levar a atividade vai acontecer, mas se depender de mim levar essa cadeira eu não vou conseguir, aí essa criança vai ficar no térreo, e aí o que é que acontece? Aí ele vai se sentir excluído. Não é isso aí? A escola tem que estar adaptada e não só o professor. É todo conteúdo e não só o professor.

**Pesquisadora:** Você acha necessária uma modificação na formação do docente para atuar na inclusão da criança com deficiência?

**Professora Beatriz:** Eu acho que realmente precisa uma formação melhor.

**Pesquisadora:** Quais?

**Professora Beatriz:** Através de curso. A escola está inserindo com isso também. Eu trabalho na escola, vai acontecer isso (inclusão), a escola tinha que estar adaptada, os professores teriam que passar por um curso de inclusão, como saber lidar. Porque a gente vai pela intuição de como cuidar. Não é o certo. E a parte psicológica também tem que ser trabalhada. De uma certa forma não trabalha.

**Pesquisadora:** A senhora fica mais sozinha. Apoio para poder...

**Pesquisadora:** Você acha que a multidisciplinaridade pode favorecer o trabalho do professor da escola regular quanto à inclusão do aluno com deficiência nessas escolas?

**Professora Beatriz:** Eu acho que favorece é a criança. De uma certa forma faz bem para ela. Como uma criança convive com outra com deficiência, não evolui. Acho que evolui mais ela convivendo numa escola de crianças normais. Só que eu particularmente me sinto assim: como se fosse impotente. Eu me vejo assim. Porque eu poderia fazer mais coisas pela criança e eu sinto que eu não consigo. Então nessa hora eu me acho impotente nesse sentido.

**Pesquisadora:** A senhora acha que se tivesse um curso com outros profissionais para saber lidar com isso...

**Professora Beatriz:** Com certeza.

**Pesquisadora:** Para a senhora é importante a interação de profissionais de saúde e educação na inclusão de crianças com deficiência?

**Professora Beatriz:** Não respondeu.

**Pesquisadora:** Quais os conhecimentos que você acredita que seriam mais relevantes se acrescidos no currículo do docente que realiza atividades com crianças com deficiência?

**Professora Beatriz:** Eu acho que é como trabalhar com essas crianças. O jeito de como trabalhar. Porque ela está incluída aqui nessa sala, tem os livros, mas como fazer ela “ouvir”? Como as atividades que ela vai fazer? Eu posso mandar ela fazer, ela copia, mas ela não sabe o que está fazendo. Aí teria que ter uma atenção especial para ela, como fazer diferente, então ela termina fazendo as atividades mais simples.

**Pesquisadora:** Você sabe o que é Tecnologia Assistiva? Acha que o uso da TA no ambiente escolar pode facilitar a realização de atividades com alunos com deficiência?

**Professora Beatriz:** Eu acho que sim. Em si é uma forma de ajudar.

**Pesquisadora:** O que? Com a TA? TA é qualquer método, equipamento que seja feito com intuito exclusivo de favorecer a realização de atividades com a pessoa com deficiência. No caso, no meu caso por exemplo, que sou deficiente auditiva, falar mais devagar é uma forma de TA, escrever... Se for um recurso que seja feito de forma específica para adaptação de qualquer atividade para que a pessoa com deficiência possa realizar... Um computador adaptado, um software, a caneta... qualquer tipo de recurso, por mais simples que seja...

**Professora Beatriz:** A escola tem que estar adaptada para isso.

**Pesquisadora:** Tem coisa que a própria escola pode adaptar sem custo. Mas precisa conhecer.

**Pesquisadora:** Tem esses recursos de TA na sua classe?

**Professora Beatriz:** Não.

**Pesquisadora:** Quais são os recursos que você acha que poderia ser utilizado?

**Professora Beatriz:** Você mesmo citou né. Um computador ou alguma coisa que ela pudesse trabalhar de forma diferente. Uma forma de ajudar ela.

**Pesquisadora:** Você foi orientada, ensinada a adaptar instrumento de avaliação para alunos com deficiência? Você acha importante?

**Professora Beatriz:** Eu acho, demais. Através de um curso, através de apoio.

**Pesquisadora:** Você considera importante o docente ter conhecimento mais aprofundado acerca da deficiência?

**Professora Beatriz:** Eu acho. Saber o que se passa com a criança, o que é que está acontecendo. A gente não sabe muita coisa. A gente convive, mas... sabe? Eu tenho Bia aqui em minha sala, mas não sei se ela usa medicação. Tem dia que ela vem para a sala, brinca. Tem dia que agride, e aí, como funciona? É uma coisa meio complicada.

**Pesquisadora:** Como profissional de educação você se sente preparada para atuar na inclusão escolar com alunos com deficiência?

**Professora Beatriz:** Dentro do que eu posso, faço. Agora acho que poderia fazer mais se eu estivesse participando de algum curso, de alguma coisa que me oferecesse esses conhecimentos. Você tem alguma sugestão? Eu acho que os professores deveriam fazer um curso com esses temas para trabalhar com eles.

**Pesquisadora:** A senhora conhece a Fisioterapia?

**Professora Beatriz:** Não.

**Pesquisadora:** A Fisioterapia é uma área da ciência que trata, previne distúrbio...

**Professora Beatriz:** A área da Fisioterapia, isso eu sei.

**Pesquisadora:** A senhora acha que teria alguma coisa dentro de sua sala de aula que o fisioterapeuta poderia fazer de forma a auxiliar a senhora na inclusão de crianças com deficiência?

**Professora Beatriz:** Não sei lhe dizer. Se tiver alguma atividade que possa ajudar.. não sei.

**Pesquisadora:** Que outro profissional de saúde a senhora acha que poderia orientar de alguma forma?

**Professora Beatriz:** Eu acho que ajudaria.

**Pesquisadora:** Qual?

**Professora Beatriz:** Psicólogo, fisioterapeuta, sei lá... Alguma coisa que pudesse ajudar de alguma forma.

**Pesquisadora:** Você tem alguma sugestão de mudança com relação a formação docente e a prática docente que a senhora gostaria de deixar registrada?

**Professora Beatriz:** Não respondeu.

### ANEXO 3

#### Entrevista com a professora Carla (nome fictício)

**Pesquisadora:** Quais são as principais dificuldades em sala de aula com relação ao aluno com deficiência?

**Professora Carla:** São muitas viu. Porque a gente não tem o apoio que a gente precisa. Não temos um espaço adequado aqui. Tem vezes que a gente tem que se virar, porque não sabemos o que fazer mesmo. Isso dificulta muito, mesmo que ele seja um amor, porque ele é muito tranquilo, mas tem coisas que não dá para fazer, tem atividades que fica difícil.

**Pesquisadora:** Em sua opinião as escolas regulares estão preparadas para receber crianças com deficiência em sala de aula?

**Professora Carla:** Não estão não. Nem as escolas e nem mesmo os professores.

**Pesquisadora:** Em sua opinião qual seria o espaço educacional mais apropriado para a pessoa com deficiência?

**Professora Carla:** Eu não tenho nada contra que eles estudem aqui, como o Lucas mesmo, eu até gosto, mas eu vejo que aqui não tem esse espaço adequado, e aí como é que fica?

**Pesquisadora:** Como professora você acredita que os professores e os futuros professores estão sendo capacitados para atuarem no contexto da educação inclusiva?

**Professora Carla:** Quando eu me formei eu tive matéria na faculdade que falava sobre inclusão e tal, mas não acho que seja o suficiente não, tem que ter mais, porque também tem muitas deficiências, não é só estudar um pouquinho e pronto, tá preparado. Não é assim, tem que ter mais.

**Pesquisadora:** Você considera que possui conhecimento suficiente para selecionar recursos educativos, proporcionando melhor aprendizado de alunos com necessidades educacionais especiais em sua classe?

**Professora Carla:** Não.

**Pesquisadora:** Você tem alguma especialização na sua formação na área de educação inclusiva?

**Professora Carla:** Não.

**Pesquisadora:** O que você acha/entende da inclusão?

**Professora Carla:** Eu acho que é uma coisa boa. Que ajuda muito essas crianças que tem deficiência. É uma forma de ajudar eles a estarem junto com outras crianças, com outras pessoas, então é uma coisa muito boa, muito positiva.

**Pesquisadora:** Quais são as principais preocupações quanto ao aluno com deficiência na escola regular quanto às práticas pedagógicas?

**Professora Carla:** É de ele estar participando, de estar fazendo as atividades com os outros, e muitas vezes isso não acontece direito, porque tem o espaço que não tá ainda bom mesmo para ele, e isso atrapalha um pouco.

**Pesquisadora:** Em sua opinião o que seria necessário para o aprendizado do aluno com deficiência nas escolas regulares ocorra da melhor forma possível?

**Professora Carla:** Seria um conjunto de coisa, um pouco de cada coisa para que eles aprendam bem. Tanto o professor, o aluno, a família, isso tudo junto seria importante para ele, para que ele aprenda bem, e se sinta bem também, porque não é só a questão de vim para a escola, mas de poder participar das coisas também, de fazer amizade com os colegas, de estar ali junto. Eu sempre faço de tudo para que tenha esse contato com os colegas, para ele não ficar lá no canto, eu não gosto de ver ele no canto, então eu tô sempre ali por perto tentando ajudar, falando com os meninos para estar mais perto também.

**Pesquisadora:** Como é a participação de alunos com deficiência nas atividades propostas numa sala de aula? Por quê?

**Professora Carla:** Algumas coisas ele faz bem, outras ele não consegue fazer bem, mas ele se esforça, a gente vê isso, que tem aquela vontade de fazer, mas nem sempre ele consegue, mas quando ele consegue é bom viu. A gente fica feliz.

**Pesquisadora:** Você acha que aparelhos como muletas, cadeira de rodas, aparelho auditivo (...) dificulta ou facilita a participação do aluno com deficiência nas atividades propostas em sala de aula?

**Professora Carla:** Ah! Ajuda sim, e muito, porque assim eles podem fazer mais coisas. Por exemplo uma criança que não anda, se ela não vim para a escola de cadeira de rodas ela vai vim como? Carregada? E quando ela crescer e ficar pesada, quem é que vai carregar? Porque a gente não vai aguentar carregar eles para tudo que é lado, isso não seria possível mesmo.

**Pesquisadora:** Você acha necessária uma modificação na formação do docente para atuar na inclusão da criança com deficiência?

**Professora Carla:** Sim.

**Pesquisadora:** Você acha que a multidisciplinaridade pode favorecer o trabalho do professor da escola regular quanto à inclusão do aluno com deficiência nessas escolas?

**Professora Carla:** Sim, eu acho que seria sim.

**Pesquisadora:** Quais os conhecimentos que você acredita que seriam mais relevantes se acrescidos no currículo do docente que realiza atividades com crianças com deficiência?

**Professora Carla:** Devia ter mais matérias sobre isso, mais estudo, e também mais cursos para os professores. Isso com certeza iria ajudar muito mesmo.

**Pesquisadora:** Você sabe o que é Tecnologia Assistiva? Acha que o uso da TA no ambiente escolar pode facilitar a realização de atividades com alunos com deficiência?

**Professora Carla:** Não. Eu nunca ouvi falar nisso não.

**Pesquisadora:** Explicou o que é TA

**Pesquisadora:** Como profissional tem esses recursos de TA em sua sala de aula?

**Professora Carla:** Não. Talvez venha a ter em algum momento, mas agora nós não temos nada assim.

**Pesquisadora:** Você foi orientada, ensinada a adaptar instrumento de avaliação para alunos com deficiência? Você acha importante?

**Professora Carla:** Não.

**Pesquisadora:** Você considera importante o docente ter conhecimento mais aprofundado acerca da deficiência?



**Professora Carla:** Olha, a gente tem que saber mais, ter mais apoio e mais cursos, para a gente poder fazer um trabalho melhor. Não tem como fazer isso sem saber direito, tem que ter mais e mais conhecimento para fazer bem feito.

**Pesquisadora:** Você se sente preparada para atuar na inclusão escolar com alunos com deficiência?

**Professora Carla:** Acho que preparada ninguém está. A gente vai se preparando é no dia a dia, com a convivência ali, eu acredito que é isso que prepara, mas de certa forma não vamos estar totalmente preparados, ninguém está totalmente preparado o tempo todo, isso não tem como.

**Pesquisadora:** Você tem alguma sugestão de mudança com relação a formação docente e a prática docente que a senhora gostaria de deixar registrada?

**Professora Carla:** Que a formação tenha mais matérias mesmo, e que tenha também mais cursos de graça, porque hoje se você quiser fazer uma pós-graduação é tudo muito caro, com esse meu salário de professora não dá, fica bem difícil viu.

**Pesquisadora:** Como a senhora definiria a Fisioterapia?

**Professora Carla:** A fisioterapia é uma área importante para desenvolver a parte motora (eu sou leiga no assunto). Ela levanta a autoestima de qualquer forma porque você acredita que você vai melhorar. Muitas vezes você trabalha com a fala do aluno, você tenta mostrar o aluno que ele é capaz de mexer o maxilar.

**Pesquisadora:** Expliquei o que é a fisioterapia

**Pesquisadora:** A senhora acha que a fisioterapia poderia trabalhar com qualquer deficiência?

**Professora Carla:** Eu acho que sim, mas eu sou meio leiga nisso.

**Pesquisadora:** O que a senhora acha da interação entre a fisioterapia e o professor?

**Professora Carla:** Talvez fosse bom essa interação entre os profissionais de educação e saúde, eu só acho que seria um tanto difícil isso acontecer.

## ANEXO 4

### Entrevista com a professora Diana (nome fictício)

**Pesquisadora:** Quais são as principais dificuldades em sala de aula com relação ao aluno com deficiência?

**Professora Diana:** A principal dificuldade é saber o que fazer. As atividades. Primeiro lugar a gente recebe o aluno, a gente sabe que tem Síndrome de Down, mas eu não sei o nível, e às vezes o professor não sabe como trabalhar, o que trabalhar com aquele aluno, o que explorar daquele aluno.

**Pesquisadora:** Em sua opinião as escolas regulares estão preparadas para receber crianças com deficiência em sala de aula?

**Professora Diana:** Não. Porque na faculdade, na escola, a gente não aprende tudo que deveria. Muitas vezes o professor vai para a sala de aula pensando encontrar os alunos ditos normais e quando chega na sala de aula encontra um aluno com deficiência auditiva, visual, um aluno com Síndrome de Down, um autista e ele nunca ouviu falar nisso. Muitas vezes na faculdade você ouve falar, mas no estágio nem sempre você pega aluno com deficiência, então você pode sair sem saber nada mesmo.

**Pesquisadora:** Em sua opinião qual seria o espaço educacional mais apropriado para a pessoa com deficiência?

**Professora Diana:** Eu acho que a escola mesmo, mas não do jeito que está sendo feito, sem preparo, sem apoio aos professores.

**Pesquisadora:** Como professora você acredita que os professores e os futuros professores estão sendo capacitados para atuarem no contexto da educação inclusiva?

**Professora Diana:** Não. De jeito nenhum. Como eu disse antes na faculdade muitas vezes não tem esse cuidado, e mesmo quando fala não tem a prática, nos estágios nem sempre tem.

**Pesquisadora:** Você considera que possui conhecimento suficiente para selecionar recursos educativos, proporcionando melhor aprendizado de alunos com necessidades educacionais especiais em sua classe?

**Professora Diana:** Não, eu não tenho esse conhecimento todo não. Eu até gostaria de ter, mas não tenho.

**Pesquisadora:** Você tem alguma especialização na sua formação na área de educação inclusiva?

**Professora Diana:** Não. Eu nunca procurei porque também a gente vive numa correria, não tem tempo para isso.

**Pesquisadora:** O que você acha/entende da inclusão?

**Professora Diana:** Acho que é aceitar a matrícula do aluno especial na escola, isso já é uma inclusão, já é uma forma de incluir, de ajudar aquele aluno deficiente a estar na escola. Eu penso que é isso mais ou menos.

**Pesquisadora:** Quais são as principais preocupações quanto ao aluno com deficiência na escola regular quanto às práticas pedagógicas?

**Professora Diana:** A minha maior preocupação é sentir, em até saber o que aquele aluno com deficiência precisa. Minha maior dificuldade, minha maior preocupação é essa. O que é que ele precisa mesmo, pedagogicamente falando?

**Pesquisadora:** Em sua opinião o que seria necessário para o aprendizado do aluno com deficiência nas escolas regulares ocorra da melhor forma possível?

**Professora Diana:** Eu acredito que uma formação mais voltada para o trabalho de incluir, de estar amparando o aluno em suas necessidades, de ter o apoio necessário para as atividades, para entender esse aluno deficiente. Isso seria muito importante.

**Pesquisadora:** Como é a participação de alunos com deficiência nas atividades propostas numa sala de aula? Por quê?

**Professora Diana:** Na minha sala ele participa. Ele faz todas as atividades, mas é mais lento, demora e isso muitas vezes atrapalha um pouco a turma, porque eu preciso estar sempre ajudando, atenta e nem sempre consigo dar atenção a todos. Mas ele participa sim, faz tudo direitinho, do jeito dele, como ele sabe fazer. Eu sempre ajudo e ele faz o dever igual dos colegas, não é porque é deficiente que vai fazer outra atividade, vai fazer a mesma atividade dos colegas, mesmo que seja do jeito dele.

**Pesquisadora:** Você acha que aparelhos como muletas, cadeira de rodas, aparelho auditivo (...) dificulta ou facilita a participação do aluno com deficiência nas atividades propostas em sala de aula?

**Professora Diana:** Eu acho que não dificulta não. Mas por exemplo para subir escadas com uma cadeira de rodas não tem como, é muito pesada, isso termina dificultando o acesso do aluno. Nas cadeiras mesmo não tem como, a cadeira de rodas não encaixa na carteira. Mas acho que dificultar, dificultar não dificulta não.

**Pesquisadora:** Você acha necessária uma modificação na formação do docente para atuar na inclusão da criança com deficiência?

**Professora Diana:** Acho que sim. Como é que a gente vai trabalhar bem com a criança com deficiência se a gente não conhece, se a gente não teve uma formação para isso, se a gente não sabe o que fazer? Então acho que deve ter sim.

**Pesquisadora:** Você acha que a multidisciplinaridade pode favorecer o trabalho do professor da escola regular quanto à inclusão do aluno com deficiência nessas escolas?

**Professora Diana:** Com certeza. A multidisciplinaridade vai ajudar muito o professor nas atividades com o aluno deficiente, eu acho que devia ter sim porque podia orientar a gente, ensinar a lidar com esse aluno, a saber melhor o que aquele aluno tem. Eu acho que seria muito bom principalmente porque a gente não teve esse ensino na faculdade assim prática, então ajudaria muito eu acredito.

**Pesquisadora:** Quais os conhecimentos que você acredita que seriam mais relevantes se acrescidos no currículo do docente que realiza atividades com crianças com deficiência?

**Professora Diana:** Olha, eu não sei bem dizer assim quais não. Mas, eu acho que da medicina, da área da saúde que entenda mais do aluno deficiente. Eu acho que seria bom.

**Pesquisadora:** Você sabe o que é Tecnologia Assistiva? Acha que o uso da TA no ambiente escolar pode facilitar a realização de atividades com alunos com deficiência?

**Professora Diana:** Não. Eu não sei não.

**Pesquisadora:** Expliquei o que é TA

**Professora Diana:** Talvez ajudasse sim. Porque a gente saberia fazer as atividades melhor, para que o aluno deficiente pudesse participar mais.

**Pesquisadora:** Como profissional tem esses recursos de TA em sua sala de aula?

**Professora Diana:** A gente faz algumas coisas assim, mas não chamamos de TA não. Mas sempre a gente faz jogos, brincadeiras, até atividades de pinturas. Eu acho que seria sim um tipo de TA como você explicou.

**Pesquisadora:** Você foi orientada, ensinada a adaptar instrumento de avaliação para alunos com deficiência? Você acha importante?

**Professora Diana:** Não. Não fui não. Assim diretamente eu não fui. Mas sempre tem reuniões, e falam sobre os alunos deficientes, mas assim orientação direto mesmo eu não tive não. Tipo um curso, assim não tive não.

**Pesquisadora:** Você considera importante o docente ter conhecimento mais aprofundado acerca da deficiência?

**Professora Diana:** Com certeza. É importantíssimo. É importante também não ficar parado, assim, ir buscar esses conhecimentos para ajudar os alunos deficientes.

**Pesquisadora:** Você se sente preparada para atuar na inclusão escolar com alunos com deficiência?

**Professora Diana:** Não. Como eu disse antes eu não tive essa formação voltada para esses alunos, eu não tive aluno com deficiência no estágio e eu não fiz nenhum curso de inclusão, só vim descobrir como era quando tive um aluno na minha turma, eu não sabia nada fiquei perdida sem saber o que fazer, sem preparo para isso.

**Pesquisadora:** Você tem alguma sugestão de mudança com relação a formação docente e a prática docente que a senhora gostaria de deixar registrada?

**Professora Diana:** Primeiro que nas faculdades seja obrigatório ter pelo menos um estágio em salas onde tem crianças deficientes, porque não tem como aprender só ouvindo, tem que fazer e tem que fazer com orientação, com ajuda para poder chegar na escola e não ter a surpresa de um aluno deficiente e você nem sabe o que fazer. Segundo eu acho que deveria ter mais cursos gratuitos e ser divulgado, porque se tem a gente nunca sabe quando tem e nem onde tem.

**Pesquisadora:** Como a senhora definiria a Fisioterapia?

**Professora Diana:** Acho que é fazer exercício, tipo educação física. É isso?

**Pesquisadora:** Expliquei o que é a fisioterapia

**Pesquisadora:** A senhora acha que a fisioterapia poderia trabalhar com qualquer deficiência?

**Professora Diana:** Assim eu acho que não, que seria mais motora, mais a parte do físico mesmo, do exercício e do movimento, eu acho que se fosse deficiente auditivo não teria muito o que a fisioterapia fazer não. Mas assim um aluno cadeirante aí sim, na parte do movimento eu acho que seria muito bom.

**Pesquisadora:** O que a senhora acha da interação entre a fisioterapia e o professor?

**Professora Gisele:** Seria bom, eu acho, para ajudar o professor com os alunos deficientes moto. Acho que seria ótimo isso.

## ANEXO 5

### Entrevista com a professora Eliane (nome fictício)

**Pesquisadora:** Quais são as principais dificuldades em sala de aula com relação ao aluno com deficiência?

**Professora Eliane:** São as atividades. Como a gente trabalhar, aonde a gente chegar, as dificuldades são várias. A gente tem um preparo, mas não é um preparo completo, porque são muitas deficiências, aí fica difícil. Aí eu vejo assim, a gente dá carinho, tenta ajudar, mas preparado, em si, eu acho que não tá. Deveria ter mais coisas, mais apoio, pra gente tá trabalhando, porque o aluno com deficiência não tem só uma deficiência, e às vezes a gente nem sabe totalmente o que tem. Às vezes os pais nem percebem. Às vezes a gente vê mas não pode nem questionar nada. Às vezes a direção chama, conversa, mas tem pais que não aceitam. É difícil para trabalhar. Aqui mesmo tem um que tem dificuldade na fala: entende, ouve... Mas como trabalhar com aquela criança? Até na escrita, tá trabalhando né. É muito difícil. Como professora, acredito que os professores e futuros professores já estão sendo capacitados. Mas é difícil.

**Pesquisadora:** Em sua opinião as escolas regulares estão preparadas para receber crianças com deficiência em sala de aula?

**Professora Eliane:** Acho que não. Precisa muito, deveria ter mais cursos, deveria ter mais, assim, aulas onde a gente está, oficinas... A gente precisa correr atrás também, não é só a escola.

**Pesquisadora:** Em sua opinião qual seria o espaço educacional mais apropriado para a pessoa com deficiência?

**Professora Eliane:** Não respondeu.

**Pesquisadora:** Como professora você acredita que os professores e os futuros professores estão sendo capacitados para atuarem no contexto da educação inclusiva?

**Professora Eliane:** Como professora, acredito que os professores e futuros professores já estão sendo capacitados. Mas é difícil.

**Pesquisadora:** Você considera que possui conhecimento suficiente para selecionar recursos educativos, proporcionando melhor aprendizado de alunos com necessidades educacionais especiais em sua classe?

**Professora Eliane:** Não tenho, porque a demanda é muito grande. A gente tenta, corre atrás, mas não é suficiente, é muito pouco. Tem o suporte, tem a professora, mas precisamos mais.

**Pesquisadora:** Você tem alguma especialização na sua formação na área de educação inclusiva?

**Professora Eliane:** Não. Não tenho. Eu mesma não parei para procurar uma coisa para fazer mesmo, para ajudar. Quer dizer, a preocupação não é tanta. Quer dizer assim: da minha parte não. Porque a gente pensa que tem a maioria e não corre atrás da minoria, mas a gente precisa, porque tem muitas crianças com muitas deficiências e a gente precisa também tá se informando, procurando melhorar para poder trabalhar. Há falta de formação específica, de cursos gratuitos, de recursos didáticos para o professor. Seria mais fácil. Seria. Seria bem melhor se a gente tivesse assim... porque a gente não tem nem tempo para essas coisas. Fazer um curso a noite para poder se especializar. Às vezes a gente tem oficinas, às vezes dá suporte, mas pouco. Precisamos de mais.

**Pesquisadora:** O que você acha/entende da inclusão?

**Professora Eliane:** Acho muito bom porque eles precisam estar dentro desse contexto. Não é só porque tem alguma deficiência que não pode estar no meio, entre os outros. A gente é que tem que estar capacitado para aceitar.

**Pesquisadora:** Quais são as principais preocupações quanto ao aluno com deficiência na escola regular quanto as práticas pedagógicas?

**Professora Eliane:** O aprendizado. Quer dizer, às vezes o aprendizado não é tudo, quer dizer os conteúdos. E eles estão se relacionando com outros, aceitação, respeito por cada um.

**Pesquisadora:** Em sua opinião o que seria necessário para o aprendizado do aluno com deficiência nas escolas regulares ocorra da melhor forma possível?

**Professora Eliane:** A capacitação do professor. A busca do professor. O professor tem que estar buscando sempre o que a escola tem para a gente se aprimorar. Aqui mesmo tem vários alunos com dificuldade. Todo ano tem aluno com dificuldade, agora que dificuldade tem? A gente deveria estar buscando mais. Não em uma só, mas em várias deficiências, porque tem vários alunos, com várias dificuldades.

**Pesquisadora:** Como é a participação de alunos com deficiência nas atividades propostas numa sala de aula? Por quê?

**Professora Eliane:** Alguns participam. Eu tive dois autistas. É aquela coisa que a gente sabe que não é no momento que a gente faz que eles participam. Eles vão fazendo depois. Mas eu incluo todos, quando tem alguma dificuldade boto para fazer, boto para ajudar quando tem alguma atividade. Sempre eu tô colocando um ajudante. Não é porque tem uma deficiência que eu vou deixar na sala só, vou deixar sozinho... Incluo sim, em tudo que eu faço.

**Pesquisadora:** Você acha que aparelhos como muletas, cadeira de rodas, aparelho auditivo (...) dificulta ou facilita a participação do aluno com deficiência nas atividades propostas em sala de aula?

**Professora Eliane:** Acho que não. Porque a escola aqui sempre procura um meio para que não demonstre essa dificuldade. E, assim, tem alunos com dificuldades visuais, a gente percebe, os pais não percebem em casa. Eu tenho um aluno que eu percebi a dificuldade dele. Que a gente quando está assim na sala, não é só passar atividade e virar as costas no primeiro ano. A gente vai vendo a escrita, como é a questão do quadro, eu paro muito para pensar nisso. Aí vejo aquele aluno que fica assim, demora muito para escrever... Porque demora? Ele tinha essa prática. Aí quando vejo isso, apertando o olho, registro logo na agenda: mãe já visitou o oftalmologista? Já foi alguma vez? Agora mesmo tenho um aluno que tem dificuldade, um problema grave, que aí vai ter que fazer vários exames para ver qual é o tipo de grau que ele vai usar. Ele tem 5 anos e nunca se queixou e ele não tinha nem como. Acho que ele já tinha essa deficiência, como se fosse perdendo aos poucos... Ela (a mãe) fez um "jornal" para mim falando das coisas que eu tinha que fazer ali. Quer dizer, a gente tem que estar atenta a essas mínimas coisas, que às vezes no dia a dia é difícil perceber certas coisas. E a gente passa mais tempo com eles, a gente vai percebendo algumas coisas e às vezes é até difícil chegar para o pai e falar que a gente não tem essa capacidade de estar avaliando nada.

**Pesquisadora:** Você acha necessária uma modificação na formação do docente para atuar na inclusão da criança com deficiência?

**Professora Eliane:** Acho que sim, mas é difícil porque são tantas deficiências. Não é uma criança para a gente receber aqui na escola, com síndrome de Down ou autista, aqui tem

várias deficiências né. Auditiva, tinha uma que tinha visual... Então a gente tinha que tá todo ano se preparando porque são muitas. E do bairro é a escola que tem mais alunos com deficiência. Aí é difícil.

**Pesquisadora:** Você acha que a multidisciplinaridade pode favorecer o trabalho do professor da escola regular quanto a inclusão do aluno com deficiência nessas escolas?

**Professora Eliane:** Acho que sim. É muito importante. Porque como uma da área específica, se tivesse essa interação, esse apoio, seria bem melhor. Se essa criança tivesse mesmo esse acompanhamento, viessem conversar com a gente, para fazermos um trabalho paralelo, seria bem melhor. Fluiria bem melhor as coisas, porque não adianta estudar, mas a gente não tem aquela formação concreta. A gente vai fazer um curso, tipo assim, mas aquele da área de saúde mesmo, diagnóstico, aí seria bem melhor o contato.

**Pesquisadora:** Quais os conhecimentos que você acredita que seriam mais relevantes se acrescidos no currículo do docente que realiza atividades com crianças com deficiência?

**Professora Eliane:** O estudo. Que a gente tem que estar sempre buscando, estudando os conhecimentos, e não só aquela direção da pedagogia normal. Acho que temos que correr atrás.

**Pesquisadora:** Você sabe o que é Tecnologia Assistiva? Acha que o uso da TA no ambiente escolar pode facilitar a realização de atividades com alunos com deficiência?

**Professora Eliane:** Não conheço.

**Pesquisadora:** Expliquei o que é TA

**Professora Eliane:** É isso mesmo, eu faço assim. É uma coisa que facilita o aprendizado, uma coisa simples, para poder dar segmento. Eu tinha um aluno assim, todo lápis quebrava. Ele pegava o lápis com a força que ele tinha. Ele pegava e ficava escondendo. Não tinha coordenação motora, até que no final do ano foi melhorando. Ainda tô assim né. Querendo associar as coisas. Tem uns recursos, umas tintas, talvez brinquedos a gente faz, como o jogo da memória, que é um jogo que facilita o trabalho. O alfabeto móvel... Tudo isso facilita né. Eu vou deixar isso passar. Vou procurar mais informações sobre isso.

**Pesquisadora:** Como profissional tem esses recursos de TA em sua sala de aula?

**Professora Eliane:** Não. Não específico.

**Pesquisadora:** Você foi orientada, ensinada a adaptar instrumento de avaliação para alunos com deficiência? Você acha importante?

**Professora Eliane:** Não. Porque sempre que eu pego os alunos com deficiência, ainda tenho que rever isso.

**Pesquisadora:** Você considera importante o docente ter conhecimento mais aprofundado acerca da deficiência?

**Professora Eliane:** Com certeza. Porque do jeito que a gente tem que trabalhar com a inclusão... Não é a escola tal procurando para a gente. Já que a gente sabe que a escola é uma escola inclusiva, temos que correr atrás também. Mas o tempo é tão curto que às vezes não dá nem para a gente parar não. Eu tenho que fazer isso por eles ou uma formação para eles.

**Pesquisadora:** Como profissional de educação você se sente preparada para atuar na inclusão escolar com alunos com deficiência?

**Professora Eliane:** Não. Porque falta conhecimento. Às vezes tem a prática, tem um jeitinho, mas com o coração a gente consegue tudo, com amor, a gente consegue, mas precisa de mais

conhecimento para lidar com certas coisas. Uma reação, por exemplo, como fazer para a gente acalmar. A gente até pode conseguir quando a gente faz com amor, mas não é a mesma coisa. Acalmar, ter aquele jeitinho para poder tá ajudando, ter mais conhecimento, se aprofundar mais nas coisas né?

**Pesquisadora:** Você tem alguma sugestão de mudança com relação a formação docente e a prática docente que a senhora gostaria de deixar registrada?

**Professora Eliane:** Mudar eu acho que cada um deve procurar a mudança. Melhorar a didática. Procurar mais informações, correr atrás, porque o mundo táí né. Outras crianças com problemas, com problemas não, com dificuldades, e é a escola que recebe esses alunos... Aí a gente tem que correr atrás.

**Pesquisadora:** Como a senhora definiria a Fisioterapia?

**Professora Eliane:** Fisioterapia eu acho que é uma atividade física, não é só uma atividade mental, mas física.

**Pesquisadora:** Expliquei o que é a fisioterapia.

**Pesquisadora:** A senhora acha que a fisioterapia poderia trabalhar com qualquer deficiência?

**Professora Eliane:** Pelo que eu entendi acho que com todas. Motora, mas na fisioterapia você pode trabalhar com a mente, o movimento.

**Pesquisadora:** O que a senhora acha da interação entre a fisioterapia e o professor?

**Professora Eliane:** Acho que seria bom.



## ANEXO 6

### Entrevista com a professora Flávia (nome fictício)

**Pesquisadora:** Quais são as principais dificuldades em sala de aula com relação ao aluno com deficiência?

**Professora Flávia:** Na minha pouca experiência com esses alunos eu acredito que as maiores dificuldades são aquelas que a gente tem que desenvolver atividades, por conta do tempo e também por conta das outras crianças né, que eles acabam fazendo com uma certa demora e a sala fica a esperar eles terminarem, até concluir.

**Pesquisadora:** Em sua opinião as escolas regulares estão preparadas para receber crianças com deficiência em sala de aula?

**Professora Flávia:** Ainda não, porque depende ainda muito de recursos. Só ter cadeira, quadro e papel não adianta para você manter, no caso, 20 horas lá o aluno fazendo atividades diversas.

**Pesquisadora:** Em sua opinião qual seria o espaço educacional mais apropriado para a pessoa com deficiência?

**Professora Flávia:** Na própria escola. Agora em um espaço onde eles possam ter liberdade para fazerem as atividades, para trocar experiências, para poder se sentir um pouco mais a vontade. Quando o especial está junto com os outros, embora seja inclusivo, eles ficam um pouco retraído para fazer algumas atividades.

**Pesquisadora:** Como professora você acredita que os professores e os futuros professores estão sendo capacitados para atuarem no contexto da educação inclusiva?

**Professora Flávia:** Não. Não vejo nenhuma capacitação. Não conheço alguém que já tenha feito uma capacitação específica também.

**Pesquisadora:** Você considera que possui conhecimento suficiente para selecionar recursos educativos, proporcionando melhor aprendizado de alunos com necessidades educacionais especiais em sua classe?

**Professora Flávia:** Não, não tenho nenhum conhecimento, nem pouco e nem um pouquinho. Não tenho nenhum mesmo. Eu não tô apta a trabalhar, eu não conheço, ainda me atrapalho, eu ainda tenho certa rejeição porque eu não conheço tipo de criança que eu trabalho.

**Pesquisadora:** Você tem alguma especialização na sua formação na área de educação inclusiva?

**Professora Flávia:** Não. Não tenho. Na época eu até procurei fazer, mas não encontrei nenhuma que viesse assim contemplar aquilo que eu esperava.

**Pesquisadora:** O que você acha/entende da inclusão?

**Professora Flávia:** É uma pergunta para mim sem resposta. Incluir quem? Quem já tá incluído? Quem já tá incluso? Inclusão é como? Às vezes fico me perguntando, o que é inclusão? O que eu entendo? Vai incluir quem? Porque na verdade não deveria nem sair desse espaço, eles eram para ser os mesmos incluídos, aliás, eles já estão incluídos, e vai incluir aonde ainda? Então eu fico assim meio confusa.

**Pesquisadora:** Quais são as principais preocupações quanto ao aluno com deficiência na escola regular quanto às práticas pedagógicas?

**Professora Flávia:** A minha preocupação principal é estar atenta em perceber o que meu aluno precisa e de que forma eu posso ajudar ele. Acho que essa é a preocupação da maioria dos professores, porque é difícil perceber, por exemplo, o que uma criança autista deseja ou precisa naquele momento. Isso é preocupante.

**Pesquisadora:** Em sua opinião o que seria necessário para o aprendizado do aluno com deficiência nas escolas regulares ocorra da melhor forma possível?

**Professora Flávia:** Seria para mim o máximo se a gente tivesse uma especialista em sala para intervir naquilo que é feito, para intervir ajudando o professor no que melhorar, como começar, como preparar... Para mim seria a forma mais esplendida, eu acredito, para trabalhar com essas crianças.

**Pesquisadora:** Como é a participação de alunos com deficiência nas atividades propostas numa sala de aula? Por quê?

**Professora Flávia:** Enquanto professora, quando eu fiquei com alunos especiais na sala, a participação desse meu aluno era assim a mais possível, porque ele era um menino autista e aí ele queria toda hora estar intervindo nas situações que ele achava que ele dominava. Ele ficava o tempo todo contribuindo da forma dele. Ele participava muito, tudo ele queria está presente, está inserido, e ele entendia que ele fazia parte daquela turma, que aquele assunto ele dominava, então a participação que eu tive e ele também na sala era assim, bastante satisfatória.

**Pesquisadora:** Você acha que aparelhos como muletas, cadeira de rodas, aparelho auditivo (...) dificulta ou facilita a participação do aluno com deficiência nas atividades propostas em sala de aula?

**Professora Flávia:** Acredito que às vezes dificulta, mas também facilita. No caso os alunos que usam muletas dificulta porque o espaço na sala muitas vezes ele não comporta, as cadeiras... Dá uma certa dificuldade para ele se mobilizar com as muletas e com as cadeiras também. Os aparelhos auditivos eu já acho que já contempla porque a partir do aparelho eles começam aprender até falar um pouco mais baixo, ou até sentir a necessidade de estar falando mesmo porque tá usando aparelho.

**Pesquisadora:** Você acha necessária uma modificação na formação do docente para atuar na inclusão da criança com deficiência?

**Professora Flávia:** Acho necessário. Agora só não consigo entender quais são as modificações. Em que modificar? Em que aspectos? Emocional? No aspecto afetivo também? No aspecto pedagógico? Não consigo entender bem como deve ser essa modificação.

**Pesquisadora:** Você acha que a multidisciplinaridade pode favorecer o trabalho do professor da escola regular quanto à inclusão do aluno com deficiência nessas escolas?

**Professora Flávia:** Importantíssima. Até porque um profissional de saúde ele consegue detectar naquele momento ali o que é que o aluno, no caso um aluno autista, porque que ele chora muito, ou porque que ele vem todos os dias gritando. Ela, que é uma profissional de saúde, eu acredito que ela vá entender e vai dizer para o professor o que é que aquela criança está sentindo naquele momento. Porque a gente é, embora seja educadora, a gente não tem assim uma formação científica para detectar o que aquela criança, o que aquela pessoa está sentindo naquele momento. Então nesse caso aí, interagir o profissional de educação e o profissional de saúde seria uma atitude certíssima. Positiva.

**Pesquisadora:** Quais os conhecimentos que você acredita que seriam mais relevantes se acrescidos no currículo do docente que realiza atividades com crianças com deficiência?

**Professora Flávia:** Nossa! Você me pegou. Porque esses conhecimentos, para mim, só são válidos se a gente souber o que é que aquela criança tem. No caso eu acredito que uma criança autista, eu falo muito do mundo do autista, porque eu convivi com ele, ele não tem essa lateralidade, não tem noção assim de espaçamento, ele na mesma hora que ele está num ambiente que é pequeno ele acredita que é um ambiente grande, ele quer fazer coisas ou imagina coisas que dá para fazer ali, naquele momento. Então esses conhecimentos relevantes eu não tenho noção quais seriam nesse momento porque para mim vai de criança para criança, eu não consigo imaginar.

**Pesquisadora:** Você sabe o que é Tecnologia Assistiva? Acha que o uso da TA no ambiente escolar pode facilitar a realização de atividades com alunos com deficiência?

**Professora Flávia:** Não sei o que é TA. Nunca ouvi falar.

**Pesquisadora:** Expliquei o que é TA.

**Professora Flávia:** Joia. Eu não conhecia. É vasto o ambiente da TA, não é divulgado. Se fosse divulgado seria importante, valeria a pena trabalhar com as TA. Gostei.

**Pesquisadora:** Como profissional tem esses recursos de TA em sua sala de aula?

**Professora Flávia:** Tem. Engraçado que na minha classe tem um software, a gente trabalha, tem aquele... eu já trabalhei uma vez com um aluno... além do alfabeto braile ele tinha uma chamada de web aula. Ele assistia a aula, ouvia a aula e a pessoa ia trabalhando com um jogo de sinais. Tanto que quem era deficiente auditivo conseguia entender o que estava vendo pelo jogo de sinais, tanto o que não conseguia ouvir, porque era web aula, falando exibia.

**Pesquisadora:** Você foi orientada, ensinada a adaptar instrumento de avaliação para alunos com deficiência? Você acha importante?

**Professora Flávia:** Sim, eu fui orientada sim a fazer aquilo que meu aluno necessita. Ele não tinha coordenação fina, então eu fui orientada a trabalhar com ele a motricidade fina. Depois que ele tinha atingido a fina nós fomos para a grossa, e aí fomos fazendo passo a passo adaptando para que ele pudesse trabalhar, adquirir aquela competência de motricidade, que é fina, que é grossa nos anos iniciais.

**Pesquisadora:** Você considera importante o docente ter conhecimento mais aprofundado acerca da deficiência?

**Professora Flávia:** Com certeza. Assim, eu considero importante tanto que até hoje quando tem algo que me move assim, que eu vejo na televisão, que eu vejo no rádio, aí eu vou participar. Quando eu chego lá nas oficinas eu sempre falo: gente é tão importante o docente aprender mais sobre essas deficiências, porque cada dia a gente pega naquilo que a gente não sabe. Aquelas que são comprovadas, que são visíveis, a gente já consegue dominar um pouco, mas aquelas que ainda não são visíveis, que a gente só imagina, como a gente vai chegar até essas pessoas? Tem pessoas que não acreditam ser: “há professora eu tenho essa dificuldade de enxergar, mas eu tenho a visão toda”. Mas eu enxergo com outro olhar, eu vejo por outras coisas. Então assim, aí você consegue o que ele realmente possui. Mas quem se nega né. Tive um aluno uma vez, no 4º ano, que ele era deficiente auditivo, só que só de um ouvido. Ele conseguia ouvir pouca coisa no outro, mas assim quando a gente dizia: “você ouviu Pedro”, ele “há, sim, ouvi” e nem tinha ouvido. Então ele se recusava, muitas vezes, a acreditar que ele tinha uma deficiência, que ele tinha que trabalhar esse lado. Mas eu acho assim importantíssimo o professor ter um conhecimento a mais sobre isso.

**Pesquisadora:** Como profissional de educação você se sente preparada para atuar na inclusão escolar com alunos com deficiência?

**Professora Flávia:** Não. Não por muitas coisas. Por não ter um material pedagógico sólido, por não existir um espaço onde se possa trabalhar, sair para fazer uma atividade diferenciada, por sentir a necessidade, um espaço estreito, muita gente, muita cadeira e dois cadeirantes sufocados para sair, para poder viver um pouco mais aberto na sala... Muitas coisas acontecem para poder a gente não estar atuando, sem falar na formação do professor. O professor tem que ser informado da coisa. Tem que saber aquilo que quer fazer, tem que ser preparado e não há essa preparação.

**Pesquisadora:** Você tem alguma sugestão de mudança com relação a formação docente e a prática docente que a senhora gostaria de deixar registrada?

**Professora Flávia:** Várias. Formação mensalmente, é... pessoas com essa atividade prática que já lidou, profissionais de saúde, que entende, que sabe como acontece, que sabe vir na escola fazer palestra, convidar. A gente preparar material de acordo com a necessidade que a gente acredita que vai supri uma série de mudanças que eu acredito que todas valeriam a pena.

**Pesquisadora:** Como a senhora definiria a Fisioterapia?

**Professora Flávia:** Na minha opinião, no meu entendimento, é você lidar com as fisiologias. Não sei se é isso, a palavra fisiologia mesmo. Assim, o que eu quis dizer é o seguinte: que o fisioterapeuta trabalha com físico, trabalha com aquilo que move, que mexe, que se movimenta.

**Pesquisadora:** Expliquei o que é a fisioterapia.

**Pesquisadora:** A senhora acha que a fisioterapia poderia trabalhar com qualquer deficiência?

**Professora Flávia:** Ah não. Não dá para elencar assim com a física, com a visual, com a motora. Por quê? Visual você não tem a visão né, então que vai fazer para se trabalhar isso né? Trabalhar com outras atividades que venham favorecer a você enxergar de uma outra forma. Não sei, fiquei confusa.

**Pesquisadora:** O que a senhora acha da interação entre a fisioterapia e o professor?

**Professora Flávia:** Sim, deveria muito porque está ligado. A gente às vezes é, passa um caso para a medicina, geralmente o primeiro passo que a família procura é o fisioterapeuta para cuidarem de autismo. Até a mãe dele, desse meu aluno que está aí.

## ANEXO 7

### Entrevista com a professora Gisele (nome fictício)

**Pesquisadora:** Quais são as principais dificuldades em sala de aula com relação ao aluno com deficiência?

**Professora Gisele:** É de avaliação, porque alguns deles aprendem, mas para passar para o papel, o registro, muita dificuldade.

**Pesquisadora:** Em sua opinião as escolas regulares estão preparadas para receber crianças com deficiência em sala de aula?

**Professora Gisele:** As escolas regulares não estão preparadas para receber a criança com deficiência, principalmente o professor. O professor não está preparado porque ninguém dá subsidio ao professor, e como trabalhar com esse tipo de criança. A gente fica um pouco perdido como avaliar, de que forma lidar com essa criança e acaba fazendo um trabalho como criança normal e eles ficam sem a atenção devida.

**Pesquisadora:** Em sua opinião qual seria o espaço educacional mais apropriado para a pessoa com deficiência?

**Professora Gisele:** A nº 3 que seria o espaço. O espaço educacional mais apropriado para as pessoas com deficiência. Acredito sim que seja a escola normal, agora deveria preparar melhor o professor ou um orientador da própria escola.

**Pesquisadora:** Como professora você acredita que os professores e os futuros professores estão sendo capacitados para atuarem no contexto da educação inclusiva?

**Professora Gisele:** Acredito que os professores do futuro estarão sendo capacitados sim. Que as faculdades já comecem a abordar esses assuntos. Algumas até já começaram a abordar esses assuntos com mais delicadeza, para que os professores vejam a necessidade de estudar esses casos.

**Pesquisadora:** Você considera que possui conhecimento suficiente para selecionar recursos educativos, proporcionando melhor aprendizado de alunos com necessidades educacionais especiais em sua classe?

**Professora Gisele:** Eu não tenho a especialização ou outra formação na área de educação inclusiva.

**Pesquisadora:** Você tem alguma especialização na sua formação na área de educação inclusiva?

**Professora Gisele:** Respondeu juntas as duas perguntas (ACIMA)

**Pesquisadora:** O que você acha/entende da inclusão?

**Professora Gisele:** Agora eu acho a inclusão uma maneira dele se sentir uma criança normal, de fazer as mesmas brincadeiras, de participar da sala de aula, do professor, de uma dinâmica da classe... Eu acho muito importante para uma criança especial. Imagine uma sala só com criança especial, como eles vão reagir? Acho que seria muito mais difícil.

**Pesquisadora:** Quais são as principais preocupações quanto ao aluno com deficiência na escola regular quanto às práticas pedagógicas?

**Professora Gisele:** A principal preocupação na prática pedagógica é a maneira de ser avaliado. Por exemplo: eu tenho um aluno especial, ele assiste a aula na sala normal, aprende,

porém ele não consegue redigir, escrever aquilo que ele aprende. Então a prova, praticamente, dele é oral. Como ensinar ele a escrever o tempo todo?

**Pesquisadora:** Em sua opinião o que seria necessário para que o aprendizado do aluno com deficiência nas escolas regulares ocorra da melhor forma possível?

**Professora Gisele:** Eu acho que os professores deveriam ser melhores preparados para fazer esse tipo de trabalho com crianças especiais que necessitam tanto de estar na sala de aula com crianças normais.

**Pesquisadora:** Como é a participação de alunos com deficiência nas atividades propostas numa sala de aula? Por quê?

**Professora Gisele:** Eu percebo que na participação do aluno eles se sentem um pouco perdidos, às vezes como se não fosse o mundo deles. Mas o professor tem que ter aquele olhar diferenciado e estar sempre chamando a atenção, ajudando ele de alguma forma. Para que ele esteja se sentindo mais incluso na sala de aula.

**Pesquisadora:** Você acha que aparelhos como muletas, cadeira de rodas, aparelho auditivo (...) dificulta ou facilita a participação do aluno com deficiência nas atividades propostas em sala de aula?

**Professora Gisele:** Eu, na verdade, tenho uma aluna que usa aparelho auditivo e tenho sempre que colocar ela na frente, ter bastante cuidado com ela e atenção, porque ela praticamente não ouve bem, ela faz a leitura labial. Mas ela acompanha a aula, ela participa, ela dá opinião, então tem que ter um olhar diferenciado do professor.

**Pesquisadora:** Você acha necessária uma modificação na formação do docente para atuar na inclusão da criança com deficiência?

**Professora Gisele:** Acho sim que deveria ser modificada na formação docente. Ter uma matéria específica falando de exclusão, ensinado mesmo o professor como trabalhar com essas crianças. Porque a maioria dos colegas, professores que conversam, sente muita dificuldade de trabalhar, sente muito perdido como trabalhar com esse tipo de criança.

**Pesquisadora:** Você acha que a multidisciplinaridade pode favorecer o trabalho do professor da escola regular quanto à inclusão do aluno com deficiência nessas escolas?

**Professora Gisele:** Acredito sim que a multidisciplinaridade pode favorecer sim no trabalho do professor.

**Pesquisadora:** Quais os conhecimentos que você acredita que seriam mais relevantes se acrescidos no currículo do docente que realiza atividades com crianças com deficiência?

**Professora Gisele:** Acredito que deveria ser colocado no currículo um motivo de saber lidar melhor com a classe onde existisse crianças especiais. A TA é interessante, porque de uma forma ou de outra está desenvolvendo seu aprendizado.

**Pesquisadora:** Você sabe o que é Tecnologia Assistiva? Acha que o uso da TA no ambiente escolar pode facilitar a realização de atividades com alunos com deficiência?

**Professora Gisele:** Aqui na escola tem esse tipo de tecnologia. A escrita, porque eles gostam muito de trabalhar. Pintura, a arte, é muito interessante.

**Pesquisadora:** Você foi orientada, ensinada a adaptar instrumento de avaliação para alunos com deficiência? Você acha importante?

**Professora Gisele:** Nunca fui orientada. Simplesmente eu vou adquirindo esse conhecimento. Vou pesquisando, estudando para saber lidar melhor com meus alunos.

**Pesquisadora:** Como profissional você tem esses recursos de TA em sua sala de aula? Você considera importante o docente ter conhecimento mais aprofundado acerca da deficiência?

**Professora Gisele:** O docente precisa ter o conhecimento mais aprofundado para saber lidar, saber avaliar, saber interagir com crianças especiais.

**Pesquisadora:** Como profissional de educação você se sente preparada para atuar na inclusão escolar com alunos com deficiência?

**Professora Gisele:** Não. Não me sinto preparada para trabalhar. Assim, a gente trabalha por que na sala de aula tem um, tem dois... A gente vai aprendendo a lidar, buscando estratégias, fazendo pesquisas, mas ainda tenho muita dificuldade.

**Pesquisadora:** Você tem alguma sugestão de mudança com relação a formação docente e a prática docente que a senhora gostaria de deixar registrada?

**Professora Gisele:** A sugestão de mudança é que deveria ter um profissional, fazer cursos, ter pesquisas na própria escola, já tirando dúvidas, fazer um trabalho diferenciado com crianças tão especiais.

**Pesquisadora:** Como a senhora definiria a Fisioterapia?

**Professora Gisele:** A fisioterapia? Seria uma técnica que mexe com o corpo e a mente?

**Pesquisadora:** Expliquei o que é fisioterapia...

**Pesquisadora:** O que a senhora acha da interação entre a fisioterapia e o professor?

**Professora Gisele:** Eu não sei por que eu sou nova aqui, mas seria interessante para esse tipo de criança. Porque tem momentos que eles estão muito agitados. Se tivesse uma aula com um fisioterapeuta onde se mexe com o corpo, fazer pular, dançar... Eu acho que ajudaria bastante.

## ANEXO 8

### Entrevista com a professora Helena (nome fictício)

**Pesquisadora:** Quais são as principais dificuldades em sala de aula com relação ao aluno com deficiência?

**Professora Helena:** Para mim a principal dificuldade é saber o que fazer, de que forma colocar aquele aluno para desenvolver as atividades. Porque tem pais, mãe, a família, o responsável, que já chega aqui dizendo: “fulaninho não faz nada”. Então esse “nada” já é uma parede que ele coloca. Se a gente como professor não for explorar aquele aluno para saber se além daquele “nada” que o parente ou até o professor colocou, tirar aquele “nada” da frente e ver o que realmente aquele aluno pode ter, porque todo mundo tem algo a oferecer. Ninguém é uma folha em branco.

**Pesquisadora:** Em sua opinião as escolas regulares estão preparadas para receber crianças com deficiência em sala de aula?

**Professora Helena:** Não. Também porque a escola sozinha não tem como estar preparada, Se a família também não ajudar a escola não vai fazer milagre. Você vê que tem vezes que a própria família não sabe o que fazer, não sabe como lidar com aquela criança, nem o que ela pode ou não pode fazer. Assim fica difícil o trabalho da escola, do professor. Tem crianças aqui que tem deficiência e as famílias nem mesmo trouxeram um laudo, nada mesmo. Então, como é que vamos nos preparar se não sabemos para quê exatamente?

**Pesquisadora:** Em sua opinião qual seria o espaço educacional mais apropriado para a pessoa com deficiência?

**Professora Helena:** A escola normal. Eu acho que pode ser na própria escola normal, mas tem crianças que tem muita dificuldade, precisa de apoio maior, de mais atenção, e nem sempre a nossa escola pode oferecer isso, porque são muitas crianças, não tem só aquela criança na sala para a professora dar toda a atenção a ela. Eu acredito que deveria ter uma professora auxiliar pelo menos, para ajudar, assim facilitaria muito.

**Pesquisadora:** Como professora você acredita que os professores e os futuros professores estão sendo capacitados para atuarem no contexto da educação inclusiva?

**Professora Helena:** Eu tento. Eu sempre pesquiso muito na internet mesmo. Eu procuro informações. Até outro dia mesmo eu não sabia quase nada de autismo, mas eu procurei na internet e achei muitas informações boas, porque eu tenho um aluno autista, se eu não procurar saber quem é que vai? Eu tenho que buscar, fazer a minha parte para entender, mas isso não é tudo né. Precisa de mais coisas, eu acho.

**Pesquisadora:** Você considera que possui conhecimento suficiente para selecionar recursos educativos, proporcionando melhor aprendizado de alunos com necessidades educacionais especiais em sua classe?

**Professora Helena:** Não, claro que não tenho. Eu agora mesmo vivo lendo coisas sobre o autismo, mas eu não sei tudo de autismo, também não sou nenhuma especialista. Também aqui na escola não temos tantos recursos específicos para estas crianças, mas a gente vai fazendo o que pode, vai fazendo um jogo, uma brincadeira, e isso tudo vai ajudando o aluno a se adaptar melhor a escola. Tem muitas coisas que a gente faz que ajuda eles, mas eu não posso dizer que conheço profundamente porque aí eu estaria mentindo. Mas a gente tá sempre buscando, sempre procurando melhorar para ajudar eles.



**Pesquisadora:** Você tem alguma especialização na sua formação na área de educação inclusiva?

**Professora Helena:** Não.

**Pesquisadora:** O que você acha/entende da inclusão?

**Professora Helena:** Para mim inclusão é estar junto. É tipo assim uma união, estando todos juntos na mesma escola, ali na sala de aula por exemplo. Então eu penso que isso já é um tipo de inclusão, mais ou menos isso.

**Pesquisadora:** Quais são as principais preocupações quanto ao aluno com deficiência na escola regular quanto às práticas pedagógicas?

**Professora Helena:** Eu quero que meu aluno aprenda, que ele possa chegar no final do ano sabendo mais do que quando entrou no início do ano. Todo professor quer isso, que o aluno melhore, que ele passe a fazer mais. Tem aluno que chega aqui e não sabe quase nada, não sabe escrever o alfabeto, nada mesmo, então quando você vê um avanço, ele começando a escrever um “a”, um “e”... Nossa isso é gratificante. E eu me preocupo que meus alunos aprendam, eu quero ver eles desenvolverem, até meu aluno que tem autismo, é claro que eu quero que ele desenvolva, eu me preocupo com isso.

**Pesquisadora:** Em sua opinião o que seria necessário para o aprendizado do aluno com deficiência nas escolas regulares ocorra da melhor forma possível?

**Professora Helena:** O apoio da família, porque não adianta eu ensinar aqui e a família não ajudar em nada. Tem mãe que faz o dever do filho, a gente que é professor a gente sabe que não foi aquela criança que fez aquilo, porque a gente tá aqui o tempo todo com ele e ele não faz daquele jeito, aí chega noutro dia e a gente vê logo que não foi ele. A família tem que ajudar sim, mas não querem ter trabalho, pensam que é só a escola que tem que fazer tudo.

**Pesquisadora:** Como é a participação de alunos com deficiência nas atividades propostas numa sala de aula? Por quê?

**Professora Helena:** Tem vezes que ele participa, mas tem vezes que ele parece que não está na sala, ou então fica gritando e a gente fala mas ele não responde nada, ele não fala quase nada, mas ele participa de algumas atividades, a gente tá sempre chamando ele para participar, mas é aquela coisa de tem dia que tá de um jeito e no outro dia já não tá mais daquele jeito.

**Pesquisadora:** Você acha que aparelhos como muletas, cadeira de rodas, aparelho auditivo (...) dificulta ou facilita a participação do aluno com deficiência nas atividades propostas em sala de aula?

**Professora Helena:** Eu acho que ajuda. Mas eu mesma não tive ainda experiência com um aluno que use muletas, a maioria dos meus alunos foram deficientes mentais, não usavam nada de especial e eu tive um que ele não enxergava muito bem, mas usava óculos bem forte então para ele com certeza ajudava né.

**Pesquisadora:** Você acha necessária uma modificação na formação do docente para atuar na inclusão da criança com deficiência?

**Professora Helena:** Eu acredito que sim, colocar mais conteúdo de inclusão para ajudar o professor no dia a dia. Eu mesma não sabia nada de autismo, eu agora estou estudando sempre pela internet para tentar entender, se tivesse estudado na faculdade seria melhor.

**Pesquisadora:** Você acha que a multidisciplinaridade pode favorecer o trabalho do professor da escola regular quanto a inclusão do aluno com deficiência nessas escolas?

**Professora Helena:** Depende. Porque o professor também não tem como saber tudo, a gente não vai saber tudo de uma área que não é a nossa, Mas se for tipo assim um outro profissional para ajudar a gente aí seria importantes sim.

**Pesquisadora:** Quais os conhecimentos que você acredita que seriam mais relevantes se acrescidos no currículo do docente que realiza atividades com crianças com deficiência?

**Professora Helena:** Eu acho que é entender o problema, como o autismo. Que tipo de autismo, o que é o autismo, isso iria ajudar muito, não ia ter que pesquisar só na hora que já tem aquele aluno ali na sala, de surpresa.

**Pesquisadora:** Você sabe o que é Tecnologia Assistiva? Acha que o uso da TA no ambiente escolar pode facilitar a realização de atividades com alunos com deficiência?

**Professora Helena:** Pelo nome deve ser alguma tecnologia que ajuda o deficiente. Um computador, sei lá.

**Pesquisadora:** Expliquei o que é TA

**Professora Helena:** Ia facilitar sim, e como!

**Pesquisadora:** Como profissional você tem esses recursos de TA em sua sala de aula?

**Professora Helena:** Não. A gente tem os joguinhos, mas não sei se seria uma tecnologia como você falou. Eu acho que não tenho não.

**Pesquisadora:** Você foi orientada, ensinada a adaptar instrumento de avaliação para alunos com deficiência? Você acha importante?

**Professora Helena:** Tem uma professora que ajuda muito aqui, conversa, mas orientação, orientação mesmo eu não tive não.

**Pesquisadora:** Você considera importante o docente ter conhecimento mais aprofundado acerca da deficiência?

**Professora Helena:** Eu já disse isso. Que é bom a gente entender aquele aluno, e eu mesma faço isso, vou na internet buscar e pesquisar, porque se eu não souber nada como é que eu vou ajudar aquela criança? Eu acho que todo mundo devia saber, até a família, ela tinha que saber mesmo o que aquele menino tem, até para ajudar a gente a entender. Mas a família também não tem essas informações, nem sabem o que é mesmo que o filho tem.

**Pesquisadora:** Você se sente preparada para atuar na inclusão escolar com alunos com deficiência?

**Professora Helena:** Totalmente não. Assim, agora com esse aluno autista eu nem sabia direito o que era autismo, eu já tinha ouvido falar, mas eu não sabia assim de perto, não tinha tido na minha turma, então foi uma surpresa né, e eu fiquei meio sem saber o que fazer, mas aí eu comecei a ver, a estudar para saber um pouquinho mais, e isso está ajudando, porque tem muita coisa na internet, mas aqui na escola mesmo a gente não acessa, aqui não tem wi fi, só em casa mesmo, a noite.

**Pesquisadora:** Você tem alguma sugestão de mudança com relação a formação docente e a prática docente que a senhora gostaria de deixar registrada?

**Professora Helena:** Eu penso que teria que ensinar mais sobre a deficiência, sobre a inclusão mesmo, para a gente não ficar tão perdido, isso eu acredito que seria muito bom, porque a gente já iria ter uma base melhor, um entendimento melhor para quando chega aquele aluno ali.

**Pesquisadora:** Como a senhora definiria a Fisioterapia?

**Professora Helena:** Olha, eu não sei dizer não. Mas eu acho que é quando tem algum problema assim de dor, de doenças, aí vai fazer fisioterapia. A minha mãe faz fisioterapia porque ela tem artrite.

**Pesquisadora:** Expliquei o que é a fisioterapia

**Pesquisadora:** A senhora acha que a fisioterapia poderia trabalhar com qualquer deficiência?

**Professora Helena:** Eu não sei. Pode ser que sim né?

**Pesquisadora:** O que a senhora acha da interação entre a fisioterapia e o professor?

**Professora Helena:** De que jeito?

**Pesquisadora:** através do compartilhar dos conhecimentos.

**Professora Helena:** Seria bom sim, porque a gente saberia mais coisas né.

## ANEXO 9

### Entrevista com a professora Ivone (nome fictício)

**Pesquisadora:** Quais são as principais dificuldades em sala de aula com relação ao aluno com deficiência?

**Professora Ivone:** As principais dificuldades hoje inclusive é a falta de acompanhamento dos próprios pais, que por os alunos serem deficientes eles jogam toda responsabilidade para a escola e muitas vezes eles não acompanham. Algumas vezes também, se a sala for muito cheia fica difícil você acompanhar determinados alunos, dependendo de cada deficiência. Eu mesma tive alunos com Síndrome de Down, já tive com “retardo” mental, participei de workshop, meu pai na época me mostrava como eu fazia com a minha prática, muita atividade lúdica que você tem que ter um momento para ele, então você não dá conta.

**Pesquisadora:** Em sua opinião as escolas regulares estão preparadas para receber crianças com deficiência em sala de aula?

**Professora Ivone:** A maioria das escolas não estão preparadas, por conta do próprio profissional que não é capacitado, ele não sabe trabalhar com o aluno deficiente. A maioria das vezes ele não sabe trabalhar. Quer, deseja desenvolver um trabalho, mas não consegue, ele não tem uma formação para isso. As faculdades hoje em dia elas procuram dar cursos, mas a prática que é importante muitas vezes o aluno não tem. Ele vai fazer um estágio e não tem locais, escolas com crianças com deficiência, que deveria ser obrigatório para todo mundo aprender a trabalhar isso. Até por conta do espaço físico de algumas escolas também. Criança que tem deficiência física ela não tem como se locomover na própria escola. Ninguém vai ficar carregando o aluno. Como aqui na escola tem espaço, ele já coloca o aluno no térreo. Mas antes, quando não tinha térreo, eles ficavam carregando a cadeira de rodas, os auxiliares, para o aluno conseguir vir para aqui. Aqui sempre houve essa inclusão.

**Pesquisadora:** Em sua opinião qual seria o espaço educacional mais apropriado para a pessoa com deficiência?

**Professora Ivone:** Eu creio que é a própria escola mesmo. Só que deveria haver um espaço. Que há momentos que eles ficassem em sala de aula e em outros momentos saíssem da sala para ficar trabalhando só isso. Mas também ia ter um custo, teria que ter um bom profissional de área que ninguém iria aceitar. Muita gente não iria querer custear esses profissionais. Os pais não iriam querer. O público por sinal não faz uma coisa dessa, a gente paga nossos impostos mas eles não procuram custear essas coisas, procuram outras coisas.

**Pesquisadora:** Como professora você acredita que os professores e os futuros professores estão sendo capacitados para atuarem no contexto da educação inclusiva?

**Professora Ivone:** Eu acho que a maioria não. Não tem capacitação. A própria faculdade não dá essa formação individualizada. É obrigatório você passar. Hoje você vai para o aluno com deficiência mental. Hoje você vai trabalhar com um aluno com deficiência auditiva... Acho que teria que ser por aí para conseguir. A prática que não tem. A teoria é muito bonita, mas a prática...

**Pesquisadora:** Você considera que possui conhecimento suficiente para selecionar recursos educativos, proporcionando melhor aprendizado de alunos com necessidades educacionais especiais em sua classe?

**Professora Ivone:** Sim, pelos 31 anos que vou fazer em sala de aula como educadora, eu sempre procurava fazer, criar recursos até com a própria sucata, eu fazia aquela capinha de colocar ovos, garrafas, tampinhas, eu sempre inventei minhas coisas, me sinto feliz com isso,

e os alunos gostam. As vezes aprendiam até mais com esses recursos do que ficar lá o tempo todo no quadro, que as vezes ele não entende o que você quer dizer. Então quando você permite que ele trabalhe com esses recursos visuais facilita mais. Hoje eu faço psicopedagogia (Não deu para entender) institucional. Justamente nessa área. Que é uma área até que eu gosto, não sei se vou continuar, mas é uma área que eu gosto e por conta disso facilita o trabalho até para eu estar passando para outras colegas minhas que tem alunos com essas deficiências.

**Pesquisadora:** Você tem alguma especialização na sua formação na área de educação inclusiva?

**Professora Ivone:** Durante a faculdade, eu fiz cursos de LIBRAS, de Educação Inclusiva várias vezes e agora Psicopedagogia.

**Pesquisadora:** O que você acha/entende da inclusão?

**Professora Ivone:** Quando você fala em inclusão, a gente pensa muito em acolhimento. É você acolher o outro. Aquele que tem mais dificuldade precisa ser acolhido, não só pelo professor, como o professor tem que fazer com que os alunos acolham também. Porque se você acolhe e os alunos não acolhem você tem um problema dobrado. E eu fazia muito isso quando trabalhava (antes de ser professora de inglês)...Eu tinha 5 alunos com deficiência em minha sala, com as dificuldades em minhas costas. E eu fazia com que os alunos acolhessem também, e eles acolhiam, ajudavam no momento correto.

**Pesquisadora:** Quais são as principais preocupações quanto ao aluno com deficiência na escola regular quanto às práticas pedagógicas?

**Professora Ivone:** Que ele não vai ser igual aos outros, mas ele precisa caminhar do jeito dele. Eu preciso fazer com que ele aprenda alguma coisa. Se ele sair aprendendo o nº 1 eu já fiz alguma coisa. Ele não precisa ser igual a ninguém não.

**Pesquisadora:** Em sua opinião o que seria necessário para o aprendizado do aluno com deficiência nas escolas regulares ocorra da melhor forma possível?

**Professora Ivone:** Eu já citei vários fatores né? Recursos, acolhimento, o espaço e o próprio Estado, o governo fazer alguma coisa para capacitar os professores gratuitamente. Hoje muita informação que você tem o professor tem que pagar. Ele não tem acesso a ficar fazendo só gratuito não. É tudo pago. O que ele faz como estágio de faculdade não é suficiente. Então o governo teria que pagar. Olhe você quer trabalhar com deficiência? Então vou pegar você e capacitar.

**Pesquisadora:** Como é a participação de alunos com deficiência nas atividades propostas numa sala de aula? Por quê?

**Professora Ivone:** Se ele é estimulado, se ele é monitorado, ele vai ter um bom rendimento. Apesar de que tem alunos que tem dificuldade de concentração. Aluno com retardo mental, às vezes ele fica impaciente e não consegue entender e não quer fazer mais. Você precisa estar estimulando o tempo todo, colocando ele no meio do grupo. Vai fazer uma dramatização, você coloca. Vai fazer uma atividade total, você coloca... Dá um exemplo de uma atividade na sala, se você coloca, ele se sente no meio daquilo, fazendo parte daquilo.

**Pesquisadora:** Você acha que aparelhos como muletas, cadeira de rodas, aparelho auditivo (...) dificulta ou facilita a participação do aluno com deficiência nas atividades propostas em sala de aula?

**Professora Ivone:** Eu acho que facilita sim. Porque muitas vezes o aluno, ele tem dificuldade de audição, mas ele precisa do aparelho não só na escola. Ele precisa na rua também. Na rua ele vai fazer o quê? Vai ficar só com gestos? Só sinais? Não. Cadeira de rodas, é necessário para não ficar carregando o aluno a todo momento. Eu não aguento, não vou ter condição nem tempo para isso. Tem que ter sim.

**Pesquisadora:** Você acha necessária uma modificação na formação do docente para atuar na inclusão da criança com deficiência?

**Professora Ivone:** Já falei anteriormente sobre essa formação. Para ser modificado o governo precisa fazer, para que isso aconteça. Não é só o professor não. Porque o salário do professor hoje não é suficiente para pagar todos os cursos que ele deseja. Não tem condição.

**Pesquisadora:** Você acha que a multidisciplinaridade pode favorecer o trabalho do professor da escola regular quanto a inclusão do aluno com deficiência nessas escolas?

**Professora Ivone:** Creio que é importante, e acho obrigatório. Porque o professor não é psicólogo. Na parte figurativa entendeu? Mas ele precisa muito é ter apoio de um profissional. Essa parte interdisciplinar é necessária. Também porque ele não vai conseguir trabalhar só com orientadores. O mundo hoje é multidisciplinar, não tem você ficar na mesmice o tempo todo não. Isso aí é demagogia dizer...

**Pesquisadora:** Quais os conhecimentos que você acredita que seriam mais relevantes se acrescidos no currículo do docente que realiza atividades com crianças com deficiência?

**Professora Ivone:** Os conhecimentos em relação as próprias deficiências. TDH, eu preciso saber o que é TDH para eu conseguir trabalhar. Eu tenho que saber o que é Síndrome de Down para eu conseguir perceber como é que ele vai aprender, quais recursos que eu vou utilizar. Não posso fazer sem conhecer.

**Pesquisadora:** Você sabe o que é Tecnologia Assistiva? Acha que o uso da TA no ambiente escolar pode facilitar a realização de atividades com alunos com deficiência?

**Professora Ivone:** Essa TA eu não tenho muito conhecimento. Nunca me preocupei em chegar hoje, até porque não estou trabalhando o tempo todo com os alunos, assim diretamente. Agora que eu tô com inglês, aparece algum aluno com deficiência é que você começa a estudar eles. Essa é mais para uma outra colega que tá com a coordenação nessa área, mas creio que todo recurso que vier facilitar a realização de atividades eu sou a favor.

**Pesquisadora:** Você foi orientada, ensinada a adaptar instrumento de avaliação para alunos com deficiência? Você acha importante?

**Professora Ivone:** Já. Outros meios eu comecei a inventar, comecei a criar, comecei a fazer. Comecei a fazer por conta da necessidade em sala de aula, comecei a criar meus próprios recursos.

**Pesquisadora:** Como profissional você tem esses recursos de TA em sua sala de aula?

**Professora Ivone:** É como eu disse. Datashow, imagens... Mas Tecnologia Assistiva... não utilizo. Não tenho capacitação para fazer uma prova em braile. Teria que ter uma capacitação para dizer que faz.

**Pesquisadora:** Você considera importante o docente ter conhecimento mais aprofundado acerca da deficiência?

**Professora Ivone:** Eu acho necessário.

**Pesquisadora:** Como profissional de educação você se sente preparada para atuar na inclusão escolar com alunos com deficiência?

**Professora Ivone:** Sinto. Até porque sempre tive aluno com deficiência. Às vezes eu ficava um ano, às vezes outro ano comigo. O retardo mental a gente sabe que vai demorar que não vai aprender tudo num ano, mas no outro ano ele já aprendeu a fazer o nome todo, ele aprendeu o alfabeto, então isso já é gratificante. Ele não vai ser igual ao outro nunca, de jeito nenhum. Ele não vai aprender no mesmo período que o outro, então eu acho que tudo que vim trabalhando esse tempo todo vem dando resultado. Só tive um caso de aluno que não teve muito resultado, porque ele estava indo muito bem no ano, já estava sendo alfabetizado, começou a ler (ele tinha retardo mental). Só que no ano seguinte que ele foi para outra sala, ele em casa, ele bebeu o próprio remédio todo. Ele teve convulsão na mesma hora. Depois disso ele ainda ficou em minha sala, porém não era mais o mesmo aluno. Fazia natação, que era uma coisa que ele conseguia fazer, o resto... Não podia ver lanche que ele queria comer. Não podia ver essa borracha que ele queria comer. Tudo que ele via ele colocava na boca. Ele não foi mais o mesmo. Hoje não sei como ele está, mas ele ficou... ele desaprendeu tudo. Ele perdeu tudo que ele tinha depois que ele deu essa convulsão. Como se passasse uma borracha na memória dele. Ele só lembrava de mim. Até os médicos, os avós... Todo mundo só chamava de "Ivone" (nome fictício). Hoje eu não sei por onde ele anda. Não tenho ideia.

**Pesquisadora:** Você tem alguma sugestão de mudança com relação a formação docente e a prática docente que a senhora gostaria de deixar registrada?

**Professora Ivone:** Já dei várias, a começar pelo governo e a começar por nós mesmos. A gente precisa querer abraçar a deficiência, que muitas vezes a gente quando vê... tem professores que quando vê um aluno deficiente na sala já torce o nariz. Poxa, esse menino vai ficar na minha sala! Não começa nem dizer assim: vou tentar. Puxa, porque botou em minha sala? Quando a sala de fulano tem tudo. Porque botou na minha? Então o próprio professor, o próprio profissional, ele avisa que não abraça a ideia. Essa é a parte triste também, viu?

**Pesquisadora:** Como a senhora definiria a Fisioterapia?

**Professora Ivone:** Uma área para desenvolver. Ele consegue se mover melhor em relação a deficiência. Eu creio assim. Sou um pouco leiga para falar sobre isso, mas acho também que é importante.

**Pesquisadora:** A senhora acha que a fisioterapia poderia trabalhar com pessoas com deficiência motora, visual, auditiva, deficiência intelectual... qual dessas a senhora acha?

**Professora Ivone:** Motora. Creio que a parte de falar, né? Maxilar, movimentos... Sou muito leiga. Você fala a parte visual, ele não vê, mas ele sente, você pode fazer alguma coisa. Acho que tinha que ter que criar alguma coisa em relação a isso aí, mas creio que sim.